

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

EDUARDO FREITAS GORGA

**A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM A GUINÉ-BISSAU DE 2003 ATÉ 2021:
REFLEXOS NO COMBATE AOS TRÁFICOS TRANSNACIONAIS**

Porto Alegre

2023

EDUARDO FREITAS GORGA

**A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM A GUINÉ-BISSAU DE 2003 ATÉ 2021:
REFLEXOS NO COMBATE AOS TRÁFICOS TRANSNACIONAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Gorga, Eduardo Freitas

A cooperação brasileira com a Guiné-Bissau de 2003 até 2021: reflexos no combate aos tráficos transnacionais / Eduardo Freitas Gorga. -- 2023. 134 f.

Orientador: Guilherme Ziebell de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Guiné-Bissau. 2. Brasil. 3. Cooperação. 4. Tráfico. I. Oliveira, Guilherme Ziebell de, orient. II. Título.

EDUARDO FREITAS GORGA

**A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM A GUINÉ-BISSAU DE 2003 ATÉ 2021:
REFLEXOS NO COMBATE AOS TRÁFICOS TRANSNACIONAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de janeiro 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira – Orientador
PPGEEI/ UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
PPGEEI/ UFRGS

Prof. Dr. Fernando Comiran
FURG

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
UNILAB

À minha família, especialmente, pela compreensão e pelo constante incentivo.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a Deus por tudo, mas fundamentalmente por iluminar a minha trajetória ao longo de todas as etapas desse curso, com plena saúde, disposição física e motivação mental. De igual modo, à minha família pelo apoio permanente e por entender os meus momentos de ausência nas horas dedicadas aos estudos, a fim de prosseguir e concluir mais essa jornada de formação acadêmica.

Ao meu orientador, professor Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira, pelo exemplo, pelo tratamento sempre educado e cordial, pela compreensão e paciência com todas as minhas limitações e pela total atenção no decorrer do período de preparação e elaboração dessa dissertação. Em especial, sou grato pela sensibilidade e flexibilidade de horários e datas para a realização das importantíssimas orientações em reuniões semanais, desde agosto de 2021, tanto remotas, síncronas, decorrentes das restrições provocadas pela pandemia da Covid-19, quanto presenciais. Agradeço, ainda, pelas vastas bibliografias indicadas, pelos profícuos debates e esclarecimentos das minhas dúvidas, mesmo quando inoportunas, pelas diversas leituras atentas das minutas dos meus textos, bem como pelos meticulosos ajustes sugeridos, além dos imediatos retornos das correções sempre que demandado. Destaco as contribuições dos seus ensinamentos em História Geral e do Brasil, Relações Internacionais (RI) e, principalmente, atinentes ao continente africano, em disciplina ministrada no ano de 2022, o que foi de enorme valia para a construção e a revisão crítica da pesquisa, além da composição do arcabouço conceitual e teórico do trabalho, facilitando sobretudo as análises empreendidas e o cumprimento do cronograma planejado.

À equipe do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais e, particularmente, ao Sr. Rached, pela atenção e presteza demonstradas quando solicitado. Da mesma forma, aos senhores e senhoras docentes, Dra. Silvia Regina Feraboli, Dr. Érico Esteves Duarte, Dr. André Moreira Cunha, Dr. Diego Pautasso, Dr. Fernando Ferrari Filho e Dra. Luiza Peruffo, que muito cooperaram na minha formação por meio das disciplinas de Introdução à Metodologia das RI; RI do Mundo Árabe; Relações Civis-Militares e Efetividade Militar; Finanças Internacionais e os Países Emergentes; A Nova Rota da Seda e a Ordem Mundial; e Seminário de Dissertação, proporcionando ensino de incontestável excelência, o que torna ainda maior a minha honra de ter realizado esse curso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Por fim, muito obrigado à Representação Discente e aos demais colegas pelas amizades e, antes de tudo, informalidade das discussões em todas as ocasiões.

[...] o que quer o homem africano é ter a sua própria expressão política e social [...], marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça, para o progresso que tem direito, como qualquer povo do mundo!

Amílcar Cabral

Não há problema na África que não possa ser resolvido pelo potencial da própria África.

Ban Ki-moon (2013)

RESUMO

Esse trabalho debate a intensificação da cooperação brasileira com a Guiné-Bissau, que foi e continua sendo importante para a capacitação e o fortalecimento do Estado guineense, especialmente na tentativa de conter os ilícitos transnacionais, de 2003 até 2021, sob a lente da teoria institucionalista neoliberal. Na América do Sul da última década do século XX, ocorreu o crescimento dos fluxos de pessoas e negócios para os mercados consumidores da Europa e da África, em razão da fase da globalização iniciada após a Guerra Fria, o que gerou reflexos para a segurança internacional. No presente, a busca pelo multilateralismo visa reforçar os Estados nas distintas expressões do poder, principalmente no contexto das interações Sul-Sul. Nesse ínterim, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reuniu, entre outros, o Brasil com a Guiné-Bissau, país situado na África Ocidental, significativa região de desembarque das exportações brasileiras. Paralelamente, os tráfegos transfronteiriços, com origem ou trânsito no território brasileiro e tendo como suposto destino o continente europeu, possivelmente passam pela Guiné-Bissau. Destarte, o objetivo desse estudo é apontar os reflexos da cooperação institucional brasileira junto à Guiné-Bissau, sobre os tráfegos transnacionais via Atlântico Sul, entre 2003 e 2021. A partir de uma abordagem qualitativa e tendo como procedimento de pesquisa a revisão bibliográfica, no primeiro capítulo foram expostos aspectos gerais da Guiné-Bissau, como a fisiografia, os fatores históricos e as características peculiares que permitem compreender a pobreza existente, as diversas crises políticas e a sua conjuntura atual. No segundo, o trabalho assinalou as ocorrências dos tráfegos transnacionais, como o de drogas, dentre outros, cujas consequências potencializam a fragilidade institucional guineense. No terceiro, a dissertação revelou considerações sobre as relações brasileiras com a África e, fundamentalmente, com a Guiné-Bissau por meio da Agência Brasileira de Cooperação, órgão governamental vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, observando como isso pode colaborar para, em alguma medida, mitigar os tráfegos internacionais nesse eixo do Oceano Atlântico. Por conseguinte, a cooperação brasileira fortalece institucionalmente a Guiné-Bissau e eleva a capacitação dos seus agentes de segurança, com ações de prevenção e repressão dos tráfegos irregulares, como o de entorpecentes, contribuindo para a redução das vulnerabilidades e das sensibilidades desse Estado.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Brasil. Cooperação. Tráfego.

ABSTRACT

This work discusses the intensification of Brazilian cooperation with Guinea-Bissau, which was and continues to be important for the training and strengthening of the Guinean State, especially in the attempt to contain transnational illicit activity, from 2003 to 2021, under the lens of institutionalist theory neoliberal. In South America in the last decade of the 20th century, there was an increase in the flows of people and businesses to consumer markets in Europe and Africa, due to the phase of globalization that began after the Cold War, which had repercussions for international security. At present, the search for multilateralism aims to strengthen States in the different expressions of power, especially in the context of South-South interactions. In the meantime, the Community of Portuguese-Speaking Countries brought together, among others, Brazil with Guinea-Bissau, a country located in West Africa, a significant region for landing Brazilian exports. At the same time, cross-border traffic, with origin or transit in Brazilian territory and with the supposed destination of the European continent, possibly passes through Guinea-Bissau. Thus, the objective of this study is to point out the reflexes of Brazilian institutional cooperation with Guinea-Bissau, on transnational trafficking via the South Atlantic, between 2003 and 2021. From a qualitative approach and having as a research procedure the bibliographic review, in the first chapter, general aspects of Guinea-Bissau were exposed, such as physiography, historical factors and peculiar characteristics that allow us to understand the existing poverty, the various political crises and its current situation. In the second, the work highlighted the occurrences of transnational trafficking, such as drugs, among others, whose consequences enhance Guinea's institutional fragility. In the third, the dissertation revealed considerations about Brazilian relations with Africa and, fundamentally, with Guinea-Bissau through the Brazilian Cooperation Agency, a government agency linked to the Ministry of Foreign Affairs, observing how this can collaborate to, to some extent, mitigate international traffic on this axis of the Atlantic Ocean. Therefore, Brazilian cooperation institutionally strengthens Guinea-Bissau and increases the training of its security agents, with actions to prevent and repress irregular traffic, such as narcotics, contributing to the reduction of vulnerabilities and sensitivities in that State.

Keywords: Guinea-Bissau. Brazil. Cooperation. Traffic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Guiné-Bissau.....	30
Figura 2 - Divisão política da Guiné-Bissau	38
Figura 3 - Principais eixos do tráfico de cocaína.....	57
Figura 4 - Origens e passagens do tráfico de cocaína.....	59
Figura 5 - Fluxos do narcotráfico na África Ocidental.....	59
Figura 6 - Origens e destinos do tráfico de cocaína	61
Figura 7 - Centros de tráfico de crianças na Guiné-Bissau e no Senegal.....	66
Figura 8 - Impulsionadores das instabilidades nacionais guineenses no século XXI	73
Figura 9 - A contribuição do Brasil para o Estado guineense no século XXI.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Contêineres retirados com troncos de árvores pelo porto de Bissau.....	71
Gráfico 2 - Exportações de madeiras da Guiné-Bissau para a China (2007 - 2014).....	72
Gráfico 3 - Cooperações Sul-Sul do Brasil com membros da CPLP (Defesa e Segurança)	82
Gráfico 4 - Outras cooperações brasileiras Sul-Sul com membros da CPLP.....	83
Gráfico 5 - Projetos da ABC com a Guiné-Bissau	88
Gráfico 6 - Projetos de todas as áreas concluídos na África, via ABC, de 1999 até 2006	96
Gráfico 7 - Projetos da ABC em Defesa e Segurança, entre 2003 e 2010	98
Gráfico 8 - Projetos da ABC, iniciados entre 2007 e 2014, concluídos com a África	100
Gráfico 9 - Projetos da ABC em Defesa e Segurança, entre 2011 e 2016	101
Gráfico 10 - Projetos da ABC em Defesa e Segurança, entre 2017 e 2021	103
Gráfico 11 - Ano(s) de vigência das ações da ABC junto à Guiné-Bissau por período.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Algumas debilidades guineenses, (-2,5 fraco; 2,5 forte).....	39
Quadro 2 - Investimento estrangeiro direto (IED) na Guiné-Bissau	44
Quadro 3 - Países em cooperação com a Guiné-Bissau em 1973	48
Quadro 4 - Interferências externas na Guiné-Bissau	50
Quadro 5 - Dados do Exército e das Forças de Segurança da Guiné-Bissau	51
Quadro 6 - Atuação da ABC junto à Guiné-Bissau (exceto em Defesa e Segurança)	86
Quadro 7 - Atuação da ABC junto à Guiné-Bissau em Defesa e Segurança	94
Quadro 8 - Cooperações técnicas vigentes com países da África Atlântica, da CPLP	97
Quadro 9 - Ações da ABC junto aos Estados da CPLP, da África Atlântica, em 2011	100
Quadro 10 - Instituições brasileiras executoras de projetos com a Guiné-Bissau.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Potencial agrícola guineense em 2018	31
Tabela 2 - Algumas fragilidades estatais guineenses	34
Tabela 3 - Principais incidências de doenças (2020).....	35
Tabela 4 - Dados educacionais da Guiné-Bissau.....	36
Tabela 5 - A força de trabalho guineense em 2016	42
Tabela 6 - A balança comercial guineense em 2020	43
Tabela 7 - O PIB guineense	43
Tabela 8 - Construção de estradas na Guiné-Bissau.....	46
Tabela 9 - Escolas do ensino básico na Guiné-Bissau em 2006.....	48
Tabela 10 - Dados das vendas das madeiras na Guiné-Bissau em 2013	71
Tabela 11 - Primeiros atos internacionais oficiais do Brasil com os Estados africanos.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ASA	América do Sul-África
CAEE	Centro Africano de Estudos Estratégicos
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DPU	Defensoria Pública da União
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMCDDA	- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction
EUA	- Estados Unidos da América
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FMI	- Fundo Monetário Internacional
HIV	- Vírus da Imunodeficiência Humana
IED	- Investimento Estrangeiro Direto
IGG	- Índice de globalização geral
Interpol	- Organização Internacional de Polícia Criminal
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONG	- Organização(ões) Não-Governamental(is)
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	- Organização da Unidade Africana
PAIGC	- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIB	- Produto Interno Bruto
PIR	- Polícia de Intervenção Rápida
PJ	- Polícia Judiciária
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POP	- Polícia da Ordem Pública
RI	- Relações Internacionais
RSDS	- Reforma do Setor de Defesa e Segurança
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UA - União Africana
UE - União Europeia
UEMOA - União Econômica e Monetária do Oeste Africano
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOGBIS - Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A GUINÉ-BISSAU.....	30
2.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS	30
2.2	EXPRESSÃO ECONÔMICA.....	41
2.3	FATORES DE PRODUÇÃO.....	44
2.4	CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	46
2.5	ASPECTOS MILITARES.....	49
3	OS TRÁFICOS TRANSNACIONAIS NO TERRITÓRIO GUINEENSE	55
3.1	NARCOTRÁFICO	56
3.2	OUTROS TRÁFICOS	65
4	AS COOPERAÇÕES DO BRASIL COM A GUINÉ-BISSAU.....	77
4.1	ATOS OFICIAIS INICIAIS DAS RELAÇÕES BRASILEIRAS COM OS PAÍSES AFRICANOS	77
4.2	AÇÕES NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	81
4.3	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS POR MEIO DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO	85
4.4	AÇÕES DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GUINÉ-BISSAU	93
4.4.1	De 2003 até 2010.....	95
4.4.2	De 2011 até 2016.....	99
4.4.3	De 2016 até 2021.....	102
5	CONCLUSÃO.....	109
	REFERÊNCIAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo discute a cooperação do Brasil com a Guiné-Bissau, com foco nas suas contribuições para a capacitação guineense, a fim de otimizar o combate aos tráficos no eixo dessa relação Sul–Sul. Uma motivação do trabalho advém da importância da ação da política externa brasileira voltada para o apoio aos países em processo de construção, principalmente no seu entorno estratégico afastado. Outra, por sua vez, provém de ambas as nações estarem inseridas nos debates da agenda de segurança mundial. Em amplo sentido, a cooperação securitária internacional pode ser desenvolvida em resposta ao crime organizado transnacional, como o narcotráfico, além de outros ilícitos (OLIVEIRA, 2019).

As relações institucionais entre os aludidos Estados possuem significativa importância para o combate aos crimes internacionais que ocorrem por meio do Oceano Atlântico, especialmente se considerado o período a partir de 2003. Tal país africano está a cerca de 3 mil km de distância do litoral brasileiro, tendo o estado do Rio Grande do Norte como referência (DISTANCE.TO, c2019). Com aproximadamente 36 mil km², a Guiné-Bissau possui uma área pouco maior que a de Porto Velho, capital do estado de Rondônia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2021a). Do mesmo modo que o Brasil, o idioma oficial dessa nação é o português (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP, 2022a). A sua população equivale à da capital paranaense, Curitiba, com aproximadamente 1,8 milhões de habitantes (IBGE, 2021b). De acordo com Zeni (2018, p. 158),

[...] a Guiné-Bissau é um pequeno país na costa ocidental da África, situado entre o Senegal a norte, o Oceano Atlântico a oeste e Guiné-Conakry a leste e a sul. Este país apresenta um território com 36.125 km² de extensão, faz fronteira com Senegal. Guiné é banhada pelo Oceano Atlântico onde possui mais de 80 ilhas que formam o Arquipélago de Bijagós. Apresenta uma população estimada de 1,8 milhão de habitantes e uma renda *per capita* de US\$ 100 - 200.

As fragilidades desse país o expõem aos riscos dos ilícitos globais, advindos principalmente da América do Sul. Segundo Nau (2021), o registro do consumo global de drogas, entre 2011 e 2018, indicou que, anualmente, em média mais de 180 milhões de pessoas foram usuárias de maconha, ultrapassando o total de 1,4 bilhões de consumidores nos oito anos referenciados. No contexto do narcotráfico a partir da América do Sul, via Atlântico, pelos territórios do Brasil e da Argentina circulam os entorpecentes destinados para além desse oceano, procedentes da Bolívia, da Colômbia, do Peru e do Paraguai. Em tais

áreas, a maconha é uma das drogas de maior expressão, tendo produtores regionais líderes do comércio ilegal internacional, como os paraguaios, que distribuem essa droga para múltiplas rotas (CASTILLO, 2008).

De acordo com o *European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction*¹ (EMCDDA), os volumes de cocaína traficados para a Europa aumentaram muito, via Atlântico (UNIÃO EUROPEIA - UE, 2021). No relatório mundial sobre drogas alusivo a 2018, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinalou que a Colômbia contabilizou cerca de 70% da área global do cultivo de coca, o Peru 20% e a Bolívia 10% (NAU, 2021). Em 2020, o Brasil e a Colômbia estiveram entre os principais pontos de origem do mencionado entorpecente (CHASTINET, 2021). Em 2021, a Colômbia liderou tal produção com o Peru (VOLCAN, 2021). Nesse sentido, os fluxos de cocaína partem da América do Sul, tendo como rota intermediária os países da África Ocidental, como a Guiné-Bissau. Conforme Nau (2021, p. 54),

[...] a Guiné-Bissau é apenas um país de trânsito desta substância ilícita para o mercado europeu em função de vários problemas, nomeadamente fragilidade de Estado, instabilidade político-militar, debilidade no sistema de justiça. [...] Podendo assim traduzir-se numa grave ameaça à paz e à estabilidade da nossa sub-região, e concluiu afirmando que [...], sozinha, não tem condições para enfrentar, com sucesso, o tráfico de drogas e o terrorismo.

Além do trânsito de substâncias ilícitas, outro problema evidente na Guiné-Bissau é a instabilidade política e o aumento da corrupção. A camada de elite que emergiu, ainda na época colonial, deu rumo ao complexo processo político de descolonização da, até então, metrópole Portugal. Ela foi extremamente dura na condução do país ao progresso e à democracia, em mais de quatro décadas de poder político (CARVALHO, 2016). Como exemplo da crise institucional, atualmente, as Forças Armadas da Guiné-Bissau, tal qual ocorre no Brasil, são relativamente desprovidas de equipamentos, caracterizando as dificuldades dos setores de Defesa e Segurança desses Estados (NAU, 2021). Ainda, o país africano sofre de problemas estruturais para o preparo e o emprego das suas tropas militares convencionais. Em razão disso, a falta de modernização das Forças Armadas restringe a capacidade do Estado de proteger o seu território de possíveis ameaças externas e combater práticas como da pirataria marítima e do transporte de drogas, as quais têm sido comuns, com registros a partir do Oceano Atlântico (PEREIRA, 2020).

¹ O *European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction* é uma agência da União Europeia estabelecida em Portugal, em 1995, tomada como referência pela comunidade internacional quando requeridas informações sobre as drogas e a toxicod dependência na Europa (EMCDDA, 2022).

Esse crime organizado transnacional que, segundo Werner (2009), é uma associação de indivíduos para a obtenção de ganhos ilícitos, gera óbices para o desenvolvimento guineense. Tais associações aumentam a instabilidade política interna, desafiam as forças de segurança e geram consideráveis adversidades na Guiné-Bissau, desde a Guerra Fria. Antes do fim desse período histórico, a noção de segurança decorria do monopólio do Estado, com a divisão entre a sua soberania e a segurança interna. Após o seu fim, o Estado passou a compartilhar o próprio monopólio com instituições (internacionais, públicas, privadas e regionais), em atenção às seguranças humana, econômica, social e outras (NAU, 2021). A partir de então, o transcorrer dos anos 1990 marcou a redefinição do conceito de segurança, que teve as suas discussões ampliadas (OLIVEIRA, 2019). Nessa esteira, as inseguranças proporcionadas pelos criminosos ameaçam as áreas política, social, econômica e ambiental, além da militar, em razão de afrontarem os valores fundamentais dos Estados, como a liberdade e a igualdade, inerentes à evolução humana (WERNER, 2009).

Essas ameaças são materializadas na Guiné-Bissau com a chegada dos entorpecentes e das armas ilícitas frutos do crime organizado transnacional, geralmente pelo Oceano Atlântico. Esse, em sua porção Sul, que é a partir de Cabo Verde, conta com uma paz relativa, quando comparado com outras áreas oceânicas do globo terrestre, uma vez que os países da região mantêm uma cooperação a fim de proporcionar maior segurança marítima (UNESP, 2014). Contudo, essa agenda securitária é complexa, como consequência de muitos interesses conflitantes nesse espaço, inclusive geradores dos tráficos de drogas, pessoas, armas e madeiras, dentre outros (AMORIM; CHIOZZO, 2017).

Em certa medida, apesar de seguirem distintas vias, as rotas dos tráficos dependem, principalmente, de fatores como o seu tipo e mercado consumidor, a fragilidade do controle estatal sobre o território fronteiriço, a debilidade econômica nacional, a corrupção interna, a incerteza política no país, a localização geográfica do Estado e a sua circunstância histórica (NAU, 2021). Essas condicionantes, aliadas à insegurança marítima, potencializam delitos, como a pirataria e os tráficos. Como contenção, em 2016, a União Africana (UA) adotou a Carta Africana sobre Segurança Marítima e Segurança e Desenvolvimento na África, convocando os Estados ao combate dos crimes transnacionais suscetíveis de serem praticados no mar (OLIVEIRA, 2019).

Ademais, essa região é alvo de preocupações elementares de segurança e de “novas ameaças”, como a pirataria, o terrorismo e o narcotráfico, com maiores ocorrências no pós-Guerra Fria (PIMENTEL, 2018). Em cooperação ao enfrentamento do terrorismo e outros crimes transnacionais, como membro da UA, a Guiné-Bissau integrou o Pacto de Não-

Agressão e Defesa Comum, por meio de uma declaração assinada por 27 Chefes de Estado de nações do continente, em 2001 (OLIVEIRA, 2019). O aumento da expressão política, gerado pela atuação de uma instituição conjunta africana, motivou novas interações em escala mundial para o continente. Segundo Oliveira (2014, p. 112),

A retomada de importância da África no cenário internacional nos anos 2000, marcada por um crescente interesse de parceiros “tradicionais”, como as potências centrais, e “emergentes”, como China, Índia e Brasil, se mostrou como uma importante oportunidade para que os países africanos vivenciassem um empoderamento político significativo.

Nessa senda, as vulnerabilidades securitárias da África Ocidental contrastaram com a necessidade brasileira de projetar proteção sobre o seu entorno estratégico afastado, ou seja, além do Atlântico (CARVALHO, 2016). Diante de restrições orçamentárias e como exemplo de cooperação em segurança marítima, o país firmou parceria com a Guiné-Bissau, em 2006, no governo do presidente Lula, em contexto paralelo à revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o que representou o progresso dessas questões na agenda da diplomacia no país (MOREIRA, 2015). Cabe acrescentar que o governo brasileiro possui uma embaixada naquela nação africana, com a presença de um diplomata e um assistente de chancelaria, tal qual a China, despertando o interesse europeu, como no caso da França, que também busca relações com os países litorâneos da África Ocidental, mantendo presença no Atlântico Sul. De acordo com Pimentel (2018, p. 60),

[...] a “economia marítima” seria responsável por quase 14% do PIB francês – e de meio ambiente, mas também coloca alguns desafios de segurança em pauta, sobretudo a questão da pirataria, da pesca ilegal, do tráfico de drogas (oriundo principalmente do Caribe e do Brasil) e da dificuldade de monitorar o largo espaço Atlântico. Apesar de não identificarem a figura estratégica do Atlântico Sul, os franceses exercem uma presença fundamental nos assuntos da costa africana sul-atlântica e possuem um contingente importante de tropas estacionadas na região. Ou seja: apesar de não darem relevância para uma concepção de Atlântico Sul, os franceses são um dos Estados mais ativos nessa região.

Por meio da costa africana atlântica, a Guiné-Bissau conserva relações comerciais expressivas com o Brasil, principalmente a partir de projetos bilaterais desde o último quartil do século XX, como no campo agrícola (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC, 2012). No transcorrer do primeiro mandato do presidente Lula foi estreitada as relações com a África, por meio de 14 visitas oficiais do governo brasileiro às nações da costa africana sul-atlântica, sendo uma destinada à Guiné-Bissau. Com tal nação, o saldo da balança comercial brasileira foi negativo somente em 2011 e em 2012, demonstrando as vantagens dessas priorizações de interações para o setor econômico nacional (PIMENTEL, 2018). Vale

ressaltar que, em 1978, foi firmado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Guiné-Bissau, para fomentar oportunidades de colaborações bilaterais em temas definidos como preferenciais pelos governos dos dois países (ABC, 2012).

Desde as últimas décadas do século XX, cresceu o fluxo internacional de pessoas e mercadorias para a África, as últimas especialmente por via marítima, ratificando a maior relevância das relações institucionais entre o Brasil e os Estados da porção ocidental daquele continente, como a Guiné-Bissau (MOREIRA, 2015). Na atualidade, a busca por essas relações multilaterais visa fortalecer os países nas distintas expressões do poder, inclusive militar, com impactos para a Defesa e Segurança. No mesmo sentido, acordos bilaterais incrementam e potencializam as capacidades do Brasil na procura pelo maior protagonismo no exterior, com atuações marcantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

No Ministério das Relações Exteriores (MRE), a ABC é importante para a política externa brasileira como instituição de profícuo desempenho na promoção de acordos de cooperação técnica e humanitária, desde a sua criação em 1987. As suas ações, programas e projetos potencializam as capacidades do país no transcorrer das múltiplas relações estabelecidas, sejam do Brasil para o exterior ou em sentido inverso. No eixo Sul-Sul, situação observada junto à Guiné-Bissau, as principais características da ABC são focar nos progressos humano, institucional e produtivo, a fim de dar resposta às necessidades dos países em desenvolvimento, considerando as possibilidades e limitações das entidades brasileiras contribuintes (ABC, 2021).

Nesse contexto, ao final de 2011, um projeto foi organizado entre o Brasil e a Guiné-Bissau para colaborações na área da segurança pública (ABC, 2012). Entre 2011 e 2013, o Brasil forneceu mais de R\$ 4,5 milhões em cooperação técnica à Guiné-Bissau, caracterizando ainda mais esforços para as colaborações internacionais, particularmente para a reforma do setor de segurança daquele país, em razão do narcotráfico também preocupar as autoridades brasileiras. Complementarmente, desde 2015, o projeto do Centro de Formação das Forças de Segurança guineenses, por meio da Polícia Federal e da ABC, proporciona treinamento às forças de segurança públicas locais (PIMENTEL, 2018). Salienta-se que a Guiné-Bissau é reconhecida como o “trampolim” do tráfico de entorpecentes que parte da América do Sul com destino ao continente europeu (NAU, 2021). Entretanto, em que pese a ajuda supracitada, o Brasil é partícipe de situações que colocam em risco a segurança do país africano, o que o destaca negativamente, uma vez que tanto pode ser a origem quanto o local de trânsito de ilícitos fronteiriços provenientes das suas nações vizinhas (CASTILLO, 2008).

Na Guiné-Bissau alguns fatores relevantes cooperam para a sua fragilidade aos crimes transnacionais. O primeiro aspecto a ser considerado é a falta de vigilância fronteiriça, que pode estar associada aos seus recursos humanos limitados e à restrição de materiais disponíveis, como armamentos e veículos. O segundo fator, em alguma medida um reflexo do anterior, é a sua notável carência de investimentos financeiros e tecnológicos para a fiscalização territorial. Ambos os aspectos impactam para os recorrentes fluxos de migrações ilegais que, possivelmente, também advenham da sua localização geográfica e das situações sociais instáveis dos países da costa ocidental africana (UNODC, 2017). Simultaneamente, outras modalidades de ilícitos, como o tráfico de drogas, de armas e de madeira, deixam a sua política externa estatal mais vulnerável. Por conseguinte, na Guiné-Bissau há necessidade de evolução no campo da segurança, a partir de cooperações externas, a fim de conter o acompanhamento natural das mencionadas dinâmicas prejudiciais existentes no sistema internacional (CARVALHO, 2016).

O tráfico de entorpecentes, que está entre as dinâmicas consideradas, conta com grande parte da produção mundial circulando através da África Ocidental, de onde segue para os seus destinos (UE, 2021). Esse tema coloca as autoridades brasileiras em alerta, pelo motivo do país estar inserido nas dinâmicas transnacionais do tráfico de drogas (UNODC, 2011). Nesse contexto, no espaço marítimo da Guiné-Bissau, a falta de fiscalização do narcotráfico aumenta o seu déficit securitário. De acordo com Nau (2021), a falta de vigilância na Guiné-Bissau gera uma fiscalização precária e impulsiona as entradas de drogas no país. Tal fato, presumivelmente, se deve à carência de meios terrestres, aéreos e marítimos.

Com a falta de recursos materiais, tecnológicos e, sobretudo, financeiros, paralelamente às dificuldades impostas pela insegurança, é admissível supor que os posicionamentos geoestratégicos de ambos os países em estudo potencializam as suas participações em fóruns e cooperações, tanto no âmbito regional quanto mundialmente, além de outros fatores que podem melhorar as suas relações exteriores. Como exemplo disso está a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que congrega o Brasil e a Guiné-Bissau com mais nações, em meio a variadas colaborações e capacitações técnicas (ABC, 2012). Entre esses Estados, na CPLP, ainda há um representante europeu e outro asiático, dinamizando as possibilidades de interações multilaterais.

Nesse ínterim, por meio da análise da intensificação das relações institucionais entre o Brasil e a Guiné-Bissau, é possível verificar reflexos para a segurança internacional, uma vez que esse Estado africano é a porta de entrada para os produtos brasileiros, que ampliam o seu mercado consumidor em direção à África Ocidental (VERDÉLIO, 2021). Diante de todo o

exposto, a pergunta que norteia o presente trabalho é a seguinte: a cooperação brasileira junto à Guiné-Bissau, coordenada pela ABC, foi desenvolvida de modo homogêneo e contribuiu para a capacitação guineense, a fim de elevar o seu fortalecimento institucional e mitigar, em alguma proporção, os tráficos transnacionais, via Oceano Atlântico, de 2003 até 2021?

A hipótese do trabalho é de que as aproximações entre a Guiné-Bissau e o Brasil tiveram distintas formas, intensidades e impactos no transcorrer dos governos dos presidentes Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro. Tal expectativa advém das aludidas diferentes interações decorrerem das características de cada governo, que foram heterogêneos em matéria de cooperação. Entre 2003 e 2010, o governo Lula reaproximou as ligações brasileiras com o continente africano, potencializando as perspectivas positivas por novas parcerias institucionais, bilaterais e multilaterais. No período de 2011 até agosto de 2016, o governo Rousseff visou manter a impulsão diplomática com a África iniciada pelo seu antecessor, o que não foi realizado com o mesmo ímpeto, provocando o começo da mudança de padrão das relações em estudo. De setembro de 2016 até 2018, os países africanos tiveram discreta prioridade no governo Temer, que teve em vista assegurar os vínculos estabelecidos pelos mandatos pregressos. Nos anos de 2019 até 2021, o governo Bolsonaro evidenciou um relativo arrefecimento das ações brasileiras com a África, o que não significa que laços tenham sido prejudicados. Para compreender tais interações, segundo Keohane (1989), devemos entender o mundo moderno a partir de conceitos de descentralização e institucionalização, uma vez que as relações internacionais, no Institucionalismo Neoliberal, possuem vetores para ligações em todas as direções e campos do poder.

O objetivo geral dessa pesquisa, diante disso, é verificar os reflexos das relações institucionais coordenadas pela ABC para o fortalecimento do Estado guineense, a fim de combater os tráficos transnacionais em melhores condições e, conseqüentemente, reduzir a insegurança no Oceano Atlântico, desde 2003. Nessa senda, quatro objetivos específicos foram selecionados para viabilizar o alcance do objetivo geral do trabalho. O primeiro é apresentar a Guiné-Bissau, essencialmente para conhecer as generalidades e as origens das fragilidades institucionais desse Estado, do passado ao presente. Ele colabora para atingir o objetivo geral da pesquisa, pois possibilita identificar quais as carências do país referenciado e a sua situação geral no contexto internacional.

O segundo objetivo específico é identificar a partir de qual período tiveram início as cooperações brasileiras com a Guiné-Bissau, bem como quais os setores e as metas pretendidas ou alcançadas pela ABC, e se ocorreu mudança de padrão na condução das relações, fruto da alternância de governos no Brasil, no transcorrer do século XXI. Esse

objetivo contribui para a consecução do objetivo geral em razão de permitir a constatação da maneira como ambas as nações sustentam colaborações, bem como a partir de qual ano, diante das mudanças das políticas idealizadas e realizadas pelos diferentes governos brasileiros. O terceiro é caracterizar as situações dos tráficos internacionais na área do Oceano Atlântico, com o foco nas vulnerabilidades existentes no eixo Guiné-Bissau-Brasil. Isso coopera para o objetivo geral da pesquisa, uma vez que permite compreender por quais motivos as relações brasileiras com a Guiné-Bissau são relevantes, a fim de tentar conter as atividades ilícitas transnacionais pela via marítima.

E, por último, o quarto objetivo específico é analisar os reflexos dos projetos conduzidos pela ABC para o incremento das competências guineenses, principalmente na área de Defesa e Segurança, a fim de reforçar o combate aos tráficos no eixo Guiné-Bissau-Brasil, resultantes da intensificação das relações institucionais entre ambos durante as alternâncias de prioridades dos governos brasileiros, a partir de 2003. Esse objetivo contribui para o foco geral da pesquisa, pois visa estabelecer a relação entre a ABC e a Guiné-Bissau, frente ao combate necessário para a redução do trânsito de ilícitos pelo Oceano Atlântico, desde a primeira gestão do presidente Lula, em razão da capacitação dos agentes de segurança guineenses.

A partir da teoria institucionalista neoliberal, também reconhecida como neo-institucionalismo ou, ainda, neoliberalismo, investiga-se como as instituições afetam o comportamento dos Estados do sistema internacional (KEOHANE, 1989). Como exemplo, Brasil e Guiné-Bissau devem ter interesses em comum para poder cooperar, ou seja, eles devem perceber que têm algo a ganhar com a cooperação entre ambos (ABC, 2012). Por conseguinte, o grau de institucionalização exerce grande influência sobre o comportamento dos Estados, pois as instituições são fundamentais nos relacionamentos, afetando os incentivos que eles têm para cooperar (KEOHANE, 1989).

Salienta-se que Keohane e Nye (1971) abordam os numerosos arranjos e os seus incentivos por meio da noção de interdependência complexa, que é mais do que uma realidade de fato concreta. Os autores revelam tal interdependência como uma abstração, uma espécie de estado da arte, cujo conceito apoia o entendimento fundamentado do comportamento das relações, sobretudo, entre a maioria dos Estados. Nesse cenário, as afinidades são estabelecidas por canais diversificados entre as sociedades, com variados atores, não apenas as instituições dos próprios Estados. Esses canais geram múltiplos assuntos nas suas agendas diplomáticas, os quais não são hierarquizados, tendo os militares papéis reduzidos, diante da irrelevância das ameaças ou do uso da força. Logo, os países que

estejam, eventualmente, conectados pela interdependência complexa podem despontar significativos intercâmbios em outros espaços, como da economia e da política.

No final da década de 1980, os formuladores de políticas e economistas das potências globais planejaram uma integração mundial mais profunda (RODRIK, 2018). Para isso, os Estados não ignoraram o poder ou a riqueza uns dos outros, mas as suas ações foram baseadas em arranjos institucionais (KEOHANE, 1989). Ainda que existissem tensões em Defesa e Segurança ou decorrentes de regimes autoritários, os acordos comerciais tornaram-se mais ambiciosos e foram além das fronteiras. Em relação ao continente africano, na política, as ambições dos seus militares raramente os deixaram longe dos corredores do poder (DIAS, 2010). Por essa razão, no campo político-militar, a África forneceu terreno fértil para o estudo do militarismo, que possivelmente colaborou para manter a estabilidade regional.

Durante a Guerra Fria, alguns Estados da África Subsaariana foram considerados de orientação socialista, dentre eles a Guiné-Bissau (ISMAIL; SKONS, 2014). Nesse país, os militares promoveram golpes contra o governo constituído, a fim de obter poder e influência nacional (SÁ, 2010). Cabe lembrar que no transcorrer do período, com a influência mundial dividida entre o ocidente e os soviéticos, a desordem social equivalia à ascensão do comunismo, tendo os militares como baluartes conservadores contra a sua disseminação e centrais para a manutenção da estabilidade internacional (ABRAHAMSEN, 2018). Sequencialmente, a crise que encaminhou o término da Guerra Fria não trouxe o fim da política de poder, o que demandou maior confiança no multilateralismo, bem como um papel mais amplo para as instituições internacionais (WALT, 1998). De acordo com Oliveira (2014, p. 41),

[...] a segunda metade da década de 1970 foi marcada por um antagonismo acentuado no continente africano. De um lado, Zaire, Marrocos, Egito, Sudão, Quênia, Somália e os países francófonos da África Ocidental e central estabeleceram (ou intensificaram) seus laços com o Ocidente. De outro, Guiné-Bissau, Líbia, Etiópia, Moçambique e Angola se identificaram abertamente com o bloco socialista, e Argélia, Guiné e Uganda recebiam ajuda soviética.

Após o encerramento da Guerra Fria, os golpes militares podem não ser mais uma via para o poder político, que é passível de ser exercido por meio de alianças entre distintas nações no contexto liberal, seja regionalmente ou em escala mundial (ABRAHAMSEN, 2018). Vale lembrar que as formações dessas alianças são facilitadas pelos processos de institucionalização, que possuem regras estabelecidas, normas, convenções, reconhecimento diplomático com entendimentos formais ou não-formais, cujas habilidades dos Estados de se

comunicarem e cooperarem dependem dessas construções, variando em termos de suas naturezas e forças (KEOHANE, 1989).

Já para Mearsheimer (2019), a expansão das instituições internacionais causou e agravou problemas políticos em diferentes Estados liberais. Como exemplo, elas passaram a interferir na soberania de países, sendo notório na Europa, com a Convenção de Schengen, idealizada pela União Europeia (UE). Esta favoreceu o regime de livre circulação de pessoas através dos países-membros e de outros signatários, daquele continente, suprimindo gradualmente os controles fronteiriços e impactando mundialmente (BRASIL, 2021a). Em consequência, isso pode potencializar as inseguranças domésticas, os problemas migratórios e, ainda, facilitar os delitos, como aqueles relacionados aos tráficos de pessoas, expondo leis que requerem melhor elaboração para as suas efetivas aplicações (PEREIRA, 2020).

As instituições internacionais caracterizam a ordem liberal idealizada, pois buscam promover ações com reflexos para várias nações. Como exemplos, nota-se a ONU, a UE, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e, dentre outras grandes instituições, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por meio delas, conforme Colgan e Keohane (2017), a ordem liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) incentiva a cooperação multilateral, cujas questões compreendem desde a segurança, passando pelo comércio, até as mudanças climáticas. Ainda, os institucionalistas neoliberais acreditam que o comportamento pacífico pode ser estimulado por uma economia aberta, com trocas mutuamente benéficas sob o regime de regras e normas (KEOHANE, 1989). Dessa maneira, no âmbito da comunidade internacional, a remoção das restrições à mobilidade do capital tornou-se a regra, e não a exceção.

Do exposto, é admissível compreender que as interações entre a maioria dos Estados não estão condicionadas pela segurança e, sim, pela interdependência complexa. Um exemplo disso é o apoio da UE à Guiné-Bissau, em 2008, com o total de US\$ 11 milhões para diversificados fins, no mesmo contexto de reforma do setor de segurança em que a ONU esteve atuante, pelo motivo de ter assumido importante papel para promover a estabilidade desse país africano, no decorrer das tensões geradas pelos reiterados casos de golpes de Estado naquele país (ISMAIL; SKONS, 2014). Esses golpes, apesar de idealizados pelos militares, não tinham razões atreladas somente às questões securitárias internas, mas também buscaram garantir o poder de determinadas elites civis na intenção de gerar alianças em múltiplas áreas, inclusive com o exterior, ratificando a interdependência complexa nessas relações (KARBO; VIRK, 2018).

Como exemplo das alianças internacionais, em múltiplas áreas, pertinentes ao Estado guineense e ao Brasil, profícuas relações foram estabelecidas com países cuja língua oficial é o português, por meio da criação da CPLP. Tal ligação, com Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, ocorreu a partir do final dos anos 1980. Vale salientar que desse período em diante, para Duncombe e Dunne (2017), a ordem mundial liberal seguiu em estado de mudança. Com isso, no transcorrer dos anos 1990, e, especialmente, no século XXI, com o ingresso da Guiné Equatorial, a CPLP favoreceu ainda mais colaborações entre as supracitadas nações em diversos setores, como educação, cultura, meio ambiente e turismo, dentre outros, comprovando os efeitos da globalização (BRASIL, 2014).

Com o aumento de suas capacidades materiais, as potências emergentes têm criado mais oportunidades de relações com os Estados afetados por conflitos. Para isso, as questões econômicas estimulam as possibilidades de interações (GHIMIRE, 2018). No contexto da interdependência complexa, ressalta-se que, em geral, ocorre assimetria no estabelecimento das supracitadas relações. Tal fato denota não existir uma distribuição equilibrada de necessidades e possibilidades de apoio entre os Estados eventualmente considerados (KEOHANE; NYE, 2001). A mencionada assimetria resulta dos Estados dependerem uns dos outros, em variada medida, nos múltiplos assuntos da agenda internacional, tal qual na esfera do desenvolvimento econômico ou, ainda, na reconstrução dos Estados prejudicados por disputas. Como exemplo, o Brasil e a Guiné-Bissau possuem a mencionada afinidade, pois um tende a depender mais do outro, de acordo com o campo em estudo. Desse modo, a cooperação é uma ferramenta relevante para os Estados tentarem diminuir as suas carências.

Nesse ínterim, o diálogo e as interações são formas de cada ator buscar atenuar as suas vulnerabilidades e, em alguma proporção, as do outro. Ainda, é viável que, para um ator, a cooperação represente a diminuição de sua vulnerabilidade, enquanto que para o outro proporcione a redução de sua sensibilidade. Nesse caso, ambos teriam ganhos e, mesmo estes sendo distintos, dariam motivos para a cooperação. Conceitualmente, a vulnerabilidade diz respeito à disponibilidade e ao custo das alternativas diante da situação de interdependência. Já a sensibilidade refere-se ao grau de resposta a uma política, quão rápido um acontecimento qualquer traz mudanças custosas e quão grandes são esses ônus (KEOHANE; NYE, 2001).

A origem dessa discussão teórica deriva do período da Guerra Fria, quando em 1973 o mundo presenciou uma crise energética, que ficou reconhecida como o “Choque do Petróleo”. Os EUA, mesmo com todo poderio bélico da época, não conseguiram evitar que as suas sensibilidades e carências energéticas fossem expostas diante de um problema proveniente da

esfera econômica e de países em desenvolvimento, exportadores de petróleo. Tal qual nos EUA, na Europa a crise foi semelhante e altamente dispendiosa, evidenciando as vulnerabilidades do velho continente. Entretanto, uma menor vulnerabilidade foi percebida nos EUA, pelo motivo de que existiam alternativas que supriam, em alguma medida, as demandas da crise imposta pelos embargos realizados pelos países produtores de petróleo.

Para os EUA, que dependiam menos da importação do petróleo, se comparados com os europeus, as alternativas disponíveis estavam relacionadas ao aumento da produção interna, por meio da exploração desse recurso natural nas suas próprias reservas. Já os europeus não tinham tal opção da mesma maneira que os EUA, uma vez que o petróleo não estava disponível na mesma razão em seu território, motivando a intensificação da procura por formas alternativas de energia. Keohane e Nye (1973) utilizaram o evento referenciado para embasar a abordagem de que nem mesmo os EUA, com toda a força militar existente, conseguiram evitar os impactos do choque do petróleo. Nesse diapasão, as vulnerabilidades demonstram os custos das alternativas. Como exemplo, se o Brasil e a Guiné-Bissau, supostamente, dependem igualmente da importação de carvão, isso significaria que eles possuem uma sensibilidade idêntica. Contudo, se um deles tiver uma fonte alternativa de energia, a custos moderados, será menos vulnerável que aquele que não possui outras opções.

Em um mundo de interdependência complexa, como no mencionado exemplo do poder militar, que deixou de ser decisivo e não foi preponderante para impedir ou conter o choque do petróleo, não há uma agenda hierárquica definida. O poder passa a ser obtido por meio do estreitamento de ligações estratégicas, das formações de agendas, das relações transnacionais e transgovernamentais e pelo papel das organizações internacionais, sejam regionais ou em escala mundial (KEOHANE; NYE, 2001). Em níveis locais ou globais, agendas mutuamente benéficas permitem que, por vezes, os países compartilhem definições comuns de perigos e ameaças, mesmo em complexos de segurança comuns e distantes geograficamente, como no caso da abrangência da OTAN, devido a desafios marítimos semelhantes no Atlântico Norte, tanto envolvendo os EUA quanto as nações da Europa, em questões de segurança não convencionais (GHIMIRE, 2018).

Para esses desafios a força militar é um instrumento contundente, poder bruto, e continuará sendo um componente importante do poder na política global (NYE, 2019). Tendo a OTAN como referência desse poder, a sua influência é exercida principalmente pelas ações estadunidenses. Para a sustentação da sua hegemonia militar, os EUA possuem pilares fundamentais em escala mundial, como investimentos para a ampliação da economia, das relações institucionais e do *soft power* (LAYNE, 2018). Esse último é o poder brando, que

possui o significado de fazer com que outros cooperem sem a necessidade de uso do poder bruto (*hard power*), ou seja, uma arte de negociar com o uso do diálogo, do exemplo, da argumentação e da persuasão (NYE, 2002).

Esses empregos dos diálogos foram facilitados pela globalização, que criou uma série de complexas redes de relacionamentos, que aumentaram as possibilidades de enlaces estratégicos, além de gerar grandes incertezas e desigualdades (SILVA, 2017). Outrossim, a ordem internacional aberta compreende assuntos político-militares, afinidades econômicas, relações ecológicas e direitos humanos, seja direta ou indiretamente. No campo político-militar, a promoção da democracia pode ser uma fonte de *soft power*, uma vez que não é comum países democráticos entrarem em guerra contra outras democracias (NYE, 2019). Por conseguinte, o diálogo entre Estados é favorecido por ações de *soft power*, gerando o entrelaçamento de relações econômicas, ambientais, militares e sociais, o que evidencia a complexidade atual das influências mútuas envolvendo variados setores.

Em amplo sentido, Keohane e Nye (1971) identificam quatro grandes interações globais mantidas pelos governos. Os autores explicam que a interdependência na política mundial resulta de transações de bens, pessoas, fluxos de dinheiro e mensagens através das fronteiras nacionais. Complementarmente, em perspectiva não apenas institucional, na esfera neoliberal, os atores não-estatais também são considerados relevantes para as relações internacionais. Esses são todos os atores internacionais que não representam os Estados, como as empresas multinacionais, as transnacionais, a Igreja, os terroristas, os traficantes internacionais, as máfias, dentre outros (VIOTTI; KAUPPI, 1993). Para enfrentar esses últimos atores, no domínio da Defesa e Segurança, as nações necessitam compreender os processos de construção de um entendimento compartilhado de o que deve ser considerado e respondido coletivamente como uma ameaça (BUZAN et al., 1998).

Com efeito, essa pesquisa apresenta dados qualitativos sobre a evolução das relações institucionais entre a Guiné-Bissau e o Brasil, no decorrer do século XXI, em distintas áreas sob a liderança da ABC. Esses elementos permitiram a comparação das relações decorrentes das transições dos governos brasileiros, entre 2003 e 2021. Assim, por meio da manipulação e da compilação dos dados obtidos, a pesquisa viabilizou discussões a fim de responder à pergunta do trabalho, verificando a uniformidade ou de que modo as ações da ABC variaram na busca por contribuir para o fortalecimento institucional guineense contra os tráficos internacionais, que em geral partem da América do Sul até a Europa.

Para subsidiar a consecução dos objetivos, foram tabulados os dados dos projetos levantados entre ambos os países, a partir das iniciativas da ABC. Essa quantificação, na seara

da Defesa e Segurança, objetivou apurar o engajamento brasileiro para a capacitação bissau-guineense contra os tráficos de entorpecentes, armas, madeiras e seres humanos, ao longo do século XXI. Ainda, foram utilizados dados de sítios eletrônicos como da ONU, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da UE, dentre outros. Como exemplos, foram consultados os relatórios globais disponíveis sobre o tráfico de pessoas (UNITED NATIONS - UN, 2020); os relatórios sobre drogas (UN, 2021); e os relatórios mundiais das Nações Unidas sobre armas (MUNDO, 2020). Conseqüentemente, foram analisados os reflexos das relações lideradas pela ABC, em benefício da Guiné-Bissau, com atenção ao seu fortalecimento institucional.

Em relação à hipótese, essa foi testada por meio da comparação das apurações dos projetos coordenados pela ABC junto à Guiné-Bissau. Logo, foram listadas as iniciativas que tiveram relação com o fortalecimento institucional desse país e, especialmente, com o aumento dos agentes das suas Forças de Segurança, formados nos três períodos propostos a partir de 2003. Destaca-se que esses profissionais operam, dentre outras atividades, em ações preventivas e repressivas para tentar conter os tráficos estudados nesse trabalho, o que pode reduzir as vulnerabilidades e as sensibilidades, tanto guineenses quanto do Brasil, em razão dos fluxos nesse eixo (UNODC, 2011).

Quanto à estrutura e organização da dissertação, no primeiro capítulo há aspectos gerais da Guiné-Bissau, com a abordagem da sua fisiografia e considerações históricas, a partir de 23 de janeiro de 1963, data referente ao início da guerra de independência local. Destaca-se que, em setembro de 1974, a Guiné-Bissau foi formalmente independente de Portugal (PEREIRA, 2020). O capítulo revela os golpes de Estado consumados, pelos militares, que interferiram no governo legítimo e geraram deposições de chefes do poder executivo (BIJAGÓ, 2018). Nesse ínterim, é relevante o estudo de aspectos que caracterizam a Guiné-Bissau, a fim de compreender a sua conjuntura atual, decorrente da atuação da ONU no país, da pobreza existente, da sua instabilidade crônica, da atuação persistente do crime organizado, da carência de meios e equipamentos de Defesa e da sua participação na CPLP.

No segundo capítulo, o trabalho verifica as principais ocorrências de crimes transnacionais no eixo Guiné-Bissau-Brasil, via Oceano Atlântico. Merece atenção o tráfico de drogas, como da maconha e da cocaína, por meio das porosas fronteiras tanto na América do Sul quanto na África. Nesse diapasão, em 2019, ações de fiscalização da Guiné-Bissau apreenderam 2,6 toneladas de cocaína, aproximadamente, em rotas provenientes das fronteiras sul-americanas, envolvendo suspeitos colombianos e africanos, inclusive com a identificação de corrupção na marinha guineense (NAU, 2021). Ainda, ressalta-se o tráfico de

armas e os seus impactos para o crime organizado internacional, bem como de madeiras e os seus reflexos para o meio ambiente. Em outra perspectiva, a pesquisa evidencia dados atinentes ao tráfico de seres humanos, que pode decorrer da busca pela exploração sexual de menores, dentre outras motivações (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019).

No terceiro capítulo, a dissertação apresenta considerações gerais sobre as cooperações do Brasil com a Guiné-Bissau, por meio das ações da ABC. Inicialmente, foram discutidas as relações oficiais, iniciais, do Brasil com os Estados africanos. No mesmo sentido, constam as relações institucionais, com a Guiné-Bissau, em múltiplos setores. Como exemplos, há interações no campo econômico, em setores como da agricultura e da pesca; e na área política, com ênfase na CPLP. E, ainda, na esfera educacional, com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (UNIVERSIDADE..., 2021). Isso evidencia de que maneira as relações promovidas pela ABC contribuem para o fortalecimento institucional guineense e, em presumível consequência, para o arrefecimento dos crimes internacionais na área do Oceano Atlântico. A fim de atender plenamente ao quarto objetivo específico proposto, o capítulo analisa dados em três períodos: de 2003 até 2010, na gestão do presidente Lula, em que cresceu a atuação da ABC; de 2011 até 2016, no governo Rousseff, com a priorização dos projetos na área da Defesa e Segurança; e a partir de 2016, com os presidentes Temer e, em seguida, Bolsonaro, os quais mantiveram os diálogos políticos e das cooperações técnicas com a Guiné-Bissau (BRASIL, 2021b). Com efeito, a seguir, serão apresentados os aspectos gerais da Guiné-Bissau.

2 A GUINÉ-BISSAU

Nesse capítulo serão apresentadas generalidades da Guiné-Bissau, como aspectos gerais e algumas características fisiográficas desse Estado. Além disso, serão observados os fatores de produção da nação, a sua situação nos campos científico e tecnológico, bem como militar. Ainda, a fim de saber sobre as origens das suas fragilidades institucionais, serão apontadas considerações políticas e econômicas relevantes.

2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Em relação aos aspectos fisiográficos, a caracterização da área guineense, de uma maneira geral, demonstra que se trata de uma nação de território reduzido, situada na costa ocidental da África, de acordo com a Figura 1, banhada pelo Oceano Atlântico, com mais de 80 ilhas que formam o Arquipélago dos Bijagós (ZENI, 2018). A sua localização geográfica, intermediária entre a Linha do Equador e o trópico de Câncer, é a razão para que o clima do país seja tropical (CARVALHO, 2016). Ele possui características típicas das regiões quentes e úmidas, com temperaturas elevadas ao longo de todo o ano (CPLP, 2022b). Referente à hidrografia, diversos rios penetram para o interior do país, como o Cacheu, o Mansôa e o Gêba, que são considerados os mais importantes, pelas suas capilaridades, cuja extensão atinge grande parte do território guineense (GUINÉ-BISSAU, 2022).

Figura 1 - A Guiné-Bissau



Fonte: Guiné-Bissau (2017)

Na figura 1, percebe-se a imensidão do território do continente africano, se comparado com o espaço geográfico ocupado pela Guiné-Bissau. Por meio da observação do recorte político apresentado, é plausível considerar que a área total guineense está entre as menores dos Estados da África. Do seu espaço territorial, 26,3% são de áreas protegidas, a fim de salvaguardar a biodiversidade nacional para as gerações futuras, além de contar com efetivo potencial agrícola, conforme o Tabela 1, e as atividades de exploração dos recursos marinhos como a base do seu desenvolvimento econômico (GUINÉ-BISSAU, 2020b). A rica biodiversidade do país é uma característica importante, diante de variados ecossistemas, que constituem a base do desenvolvimento nacional, em razão das principais atividades econômicas dependerem dos recursos naturais (THE WORLD BANK, 2015). No mesmo sentido, a preocupação dos cidadãos e das organizações que protegem o meio ambiente está voltada para a garantia da sustentabilidade, em benefício das próximas gerações (UNIOGBIS, 2016).

Tabela 1 - Potencial agrícola guineense em 2018

Espaço	Percentual
Área florestal	71% do território guineense
Terra arável	10,7% do território guineense
Terra agrícola	29% da área florestal

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022)

Na Tabela 1, nota-se que o território total da Guiné-Bissau possui amplo espaço ocupado por áreas florestais. Dessa área, menos da metade é aproveitada para a agricultura, uma vez que 10,7% do território total é propício para as atividades de plantio. Nesse setor agrícola, os rios são relevantes para a circulação das atividades econômicas, pelo motivo de favorecerem as penetrações direcionadas ao interior do país (CPLP, 2022b). No que tange ao litoral guineense, ele possui extensão desde o Cabo Roxo até a área da ponta Cagete, com uma planície costeira por vezes pantanosa. Acerca da orografia, nesse território o relevo é bastante homogêneo, como na planície litorânea, no planalto de Bafatá e nas Colinas de Boé, cujas altitudes máximas não ultrapassam 300 metros (MUHACHA, 2021b).

A vegetação desse país está espalhada em uma grande diversidade de ecossistemas, compreendidos desde as densas florestas tropicais até os pântanos de mangue (THE WORLD BANK, 2015). Tanto as florestas de Cantanhés quanto o parque natural de tarrafes de Cacheu,

situados no sul e no norte da Guiné-Bissau, respetivamente, possuem importantes ecossistemas com demandas de reflorestamento (UNIOGBIS, 2016). Isso decorre da falta de fiscalização e de um mercado ilegal que gerou, em 2013, milhões de euros, sendo a China o principal destino da madeira extraída (PESSÔA, 2014). Sequencialmente, um capítulo abordará outros tráficos ilegais relevantes, todavia, a seguir, outros aspectos refletirão a situação desse Estado.

A impulsão do desequilíbrio social entre os países africanos independentes decorreu, de modo geral, das explorações na colonização do continente, que colaboraram para a conquista de exportações baratas pelos europeus, com o grande abuso da mão de obra local, obtendo recursos naturais de baixos custos (AMIN, 1972). Nessas circunstâncias, no que se refere aos ressentimentos do povo guineense, podem, em alguma medida, serem resultantes do tratamento dado à sua população nativa, uma vez que o seu território foi colonizado pelos portugueses em 1446, sob interesses comerciais atinentes ao tráfico de escravos, tal qual em Cabo Verde (CARVALHO, 2016).

É importante destacar que foram 528 anos de colonização, com uma luta pela independência que iniciou por meio da resistência anticolonialista, em 1954, liderada por Amílcar Cabral (CPLP, 2022b). Ele foi um político, marxista, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, que viveu de 1924 até ser assassinado por dois membros do próprio partido em 1973 (MUHACHA, 2021a). Nesse contexto, a guerra pela soberania guineense contra Portugal ocorreu a partir de 1963, tendo a sua independência reconhecida pouco mais de uma década depois, quando começou o progresso da sua autodeterminação (RODRIGUES, 2016). Com isso, a luta armada liderada por Cabral durou 11 anos, marcando o início das tradições de conflitos domésticos desse país (CPLP, 2022b).

Sobre os costumes do país, há grande produção de artesanatos, desfiles com concursos no carnaval, bem como os "toca-toca", que são meios de transporte público com interligações aos vários bairros de Bissau, que é a capital nacional (CLOSSVANY, 2022). Quanto à cultura, a Guiné-Bissau possui uma significativa diversidade, fundamentalmente decorrente dos seus variados grupos étnicos, que foram e continuam sendo importantes no processo de construção do Estado e para a sua gestão interna (PEREIRA, 2020). Cabe ressaltar que cada grupo possui uma vestimenta típica, como a saia de palha que as mulheres utilizam no Bijagós por ocasião do casamento (DIANA, 2004).

Em considerável medida, a fragilidade guineense advém do passado, uma vez que era uma colônia de tráfico e contou com um tratamento desigual da sua metrópole, Portugal, se comparada com as demais colônias (CARVALHO, 2016). A solidariedade e a coesão interna

do país, contra a violência dos colonizadores, geraram um consenso coletivo anticolonial, que potencializou as tensões e os conflitos para a expulsão dos portugueses (CHAZAN, 1999). Vale salientar que a independência da Guiné-Bissau foi conquistada em razão da guerrilha do partido fundado por Amílcar Cabral (DIANA, 2004).

Na segunda metade do século XX, o progresso da autodeterminação da Guiné-Bissau foi influenciado pelas ações do Estado português, que havia implantado escolas públicas por meio da Igreja, dando expressão a um grupo social, especialmente a partir dos anos 1960, cujos componentes muito possivelmente seriam os futuros membros da elite política guineense, sob formação nas escolas dos padres (CARVALHO, 2016). A partir desse período, a gestão nacional estava estruturada com esforços voltados para a proteção da soberania estatal, sendo o próprio governo responsável por prover a respectiva segurança doméstica (NAU, 2021).

Diante de um cenário inseguro, o amadurecimento do Estado guineense demanda inovadoras políticas internas em prol da estabilidade, o que em grande medida pode colaborar para o aumento da autodeterminação nacional, a partir do desenvolvimento de cooperações em múltiplos setores, como da Defesa e Segurança (RODRIGUES, 2016). No século XXI, a Guiné-Bissau ainda é o retrato de uma sociedade que assume a sua falta de capacidade de dar resposta a muitas necessidades emergenciais em diversos setores da gestão estatal, o que pode ser ratificado na Tabela 2, com os respectivos indicadores e os seus valores de referência (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Verifica-se que o período de observação abrange desde o ano da independência nacional guineense até o início da terceira década do século XXI. Referente à fonte assinalada, bem como às instituições que deram origem aos dados, especialmente a Freedom House, cabe esclarecer que a orientação dos respectivos levantamentos decorreu de um contexto de perspectiva liberal. É importante ressaltar que as fontes de pesquisa são limitadas e, com tal carência de índices globais, o campo de obtenção dos resultados fica parcialmente restrito. Por esse motivo, em que pese o estudo envolver nações do âmbito Sul-Sul, mesmo a Freedom House, que é instituição estadunidense, oferece indicadores de interesse para essa pesquisa, que foi pensada à luz da teoria institucionalista neoliberal.

Na aferição da Tabela 2, considerando os principais eventos da história guineense, o valor negativo bastante expressivo dos índices de direitos civis e liberdades políticas ratifica as emergências dessa nação, que se encaminha para meio século de existência. Outra necessidade emergencial é evidenciada pela carência de alimentação para o povo, diante da exclusividade da monocultura do caju, que pode trazer problemas de segurança alimentar à

Guiné-Bissau, bem como nutricional aos cidadãos, uma vez que esse país já contou também com os cultivos de amendoim para a exportação, dentre outros, e enfrenta a fome e a pobreza recorrentes (ZENI, 2018).

Tabela 2 - Algumas fragilidades estatais guineenses

Indicador (período/ origem do dado)	Valor (ano de referência)²
Índice de Estado de direito ³ (1996 - 2020/ Banco Mundial)	-1,38 (2020)
Índice de eficácia governamental ⁴ (1996 - 2020/ Banco Mundial)	-1,45 (2020)
Índice dos direitos políticos ⁵ (1974 - 2020/ Freedom House)	5 (2020)
Índice das liberdades civis ⁶ (1974 - 2020/ Freedom House)	4 (2020)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022)

Outro ponto negativo é a baixa renda média do seu povo, que posiciona 70% da população abaixo da linha da pobreza, caracterizando a dificuldade de mobilidade social e a grande disparidade em relação às elites (LOEWENSTEIN, 2019). Entretanto, Organizações Não-Governamentais (ONG), sobretudo portuguesas, operacionalizam uma importante ajuda externa, a fim de melhorar as necessidades básicas da sociedade guineense. Simultaneamente, atendem as demandas das vítimas de tráfico humano, aumentando a conscientização sobre os riscos de pedofilia, bem como dos trabalhos forçados nas fronteiras, além do tráfico para o turismo sexual infantil (PEREIRA, 2020).

No presente, a maior parcela da população guineense vive nas zonas rurais, com parcial acesso ao saneamento básico, que nos maiores centros também é precário, colaborando negativamente para a situação sanitária do país (GUINÉ-BISSAU, 2014). Com efeito, o índice de desenvolvimento humano da Guiné-Bissau está entre os piores do mundo, refletindo para que o padrão de vida do povo seja baixo, o que confirma os demasiados problemas socioeconômicos nacionais (THE GLOBAL ECONOMY, 2022). Como exemplo, o país possui uma incidência significativa de doenças sexualmente transmissíveis, além da tuberculose e da hepatite também serem comorbidades bastante comuns, de acordo com a

² Para a obtenção dos valores elencados foram considerados os dados médios levantados no decorrer dos períodos assinalados, segundo as respectivas fontes e os parâmetros constantes das definições apontadas.

³ O índice para o Estado de Direito captura percepções do grau em que os agentes confiam e cumprem as regras da sociedade, polícia e tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência [-2,5 (fraco)/ 2,5 (forte)].

⁴ O índice de eficácia do Governo capta as percepções da qualidade dos serviços públicos, o grau de independência das pressões políticas e a credibilidade do compromisso do governo [-2,5 (fraco)/ 2,5 (forte)].

⁵ Avalia o processo eleitoral, o pluralismo e a participação no funcionamento do governo [7 (fraco)/ 1 (forte)].

⁶ O índice de Liberdades avalia a liberdade de expressão, a autonomia pessoal e os direitos individuais [7 (fraco)/ 1 (forte)].

Tabela 3 (CPLP, 2022b).

Indicador	Valor
Casos de Tuberculose por cada 100.000 pessoas	361
Percentual da população total com HIV	3%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022)

No Tabela 3, observa-se que a cada cem cidadãos guineenses três possuem o vírus da imunodeficiência humana (HIV), o que de alguma forma demanda a intensificação das medidas sanitárias para conter a transmissão dessa doença, cujo combate é reconhecido internacionalmente. Mesmo essa baixa qualidade de vida não desencoraja as migrações, sendo o território guineense vulnerável à imigração ilegal, principalmente a partir dos seus países vizinhos fronteiriços, Senegal e Guiné, pelo fato desses Estados terem as mesmas condições sociais instáveis da Guiné-Bissau, além de etnias e crenças religiosas semelhantes (CARVALHO, 2016). Nesse ínterim, a fragmentação social guineense pode ser caracterizada pela existência de 30% de balantas, 20% de fulas, 17% de papeis, 14% de manjacos, 13% de mandingas e 6% de outros subgrupos, em que se destaca uma divisão de 45% de muçulmanos, 22% de cristãos, 15% de animistas e 18% de praticantes de outras religiões (PEREIRA, 2020).

Ressalta-se, de modo negativo, que a expectativa de vida nacional guineense é de 58 anos, em média, inferior à do Senegal, que ultrapassa os 68 anos, e à da Guiné, que supera os 61 anos (THE GLOBAL ECONOMY, 2022). Outrossim, a questão do idioma pode, em alguma medida, refletir sobre a imigração ilegal, pois ambas as supracitadas nações possuem como idioma o francês, divergindo da Guiné-Bissau, em que a língua portuguesa é a oficial, mesmo sendo somente falada pela modesta parcela de cidadãos que frequentaram a escola regular até o ensino médio, conforme a Tabela 4 (DIANA, 2004). Todavia, tal qual os seus vizinhos, essa nação também conta com dialetos típicos, cujo destaque cabe ao crioulo, facilitando os enlances regionais (CARVALHO, 2016). Pouco atrativo para eventuais imigrantes é saber que no território guineense a distribuição de energia elétrica é deficiente e irregular, bem como o fornecimento de água potável, que não segue um padrão planejado, mesmo nas áreas urbanas, que representavam somente 40% da extensão do país, em 2014 (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Tabela 4 - Dados educacionais da Guiné-Bissau

Indicador	Valor
Taxa de alfabetização em 2014 ⁷	45%
Taxa de conclusão do ensino primário em 2000 ⁸	28,3%
Matrículas no ensino médio em 2000 ⁹	18,1%
Matrículas no ensino superior em 2005 ¹⁰	2,3%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022)

Na Tabela 4, constata-se que a educação, em todos os níveis, constitui um grande desafio para o país, uma vez que menos da metade do contingente populacional guineense estava alfabetizado, na década anterior. Além disso, gradativamente, desde os primeiros anos escolares, o percentual de cidadãos na escola estava decrescendo no início dos anos 2000. Em relação ao ensino superior, a quantidade era ainda menor, o que revela a carência da nação quando o tema é o nível de instrução do povo. Para mitigar todos os problemas até o momento apresentados e impulsionar o desenvolvimento guineense, no que se refere à instrução e à educação dos seus jovens e agentes, o país precisa aprimorar a qualificação técnica e profissional dos seus gestores, especialmente para os quadros administrativos nos órgãos de governo (CARVALHO, 2016).

Paralelamente, um dos setores mais promissores é o turístico, pois o ecoturismo tende a ser explorado no Arquipélago dos Bijagós, a fim de atrair visitantes para aproveitarem as suas riquezas naturais (THE WORLD BANK, 2015). Em consequência, a fim de contribuir para que essa sociedade possa superar a pobreza existente e obter melhores condições de vida, as instituições públicas devem somar esforços, junto ao apoio internacional, a fim de atingirem o desenvolvimento desejado, consolidando o regime democrático, o que a seguir será abordado nas considerações sobre a política guineense.

⁷ Percentagem da população com 15 anos ou mais que consegue, com compreensão, ler e escrever uma declaração curta e simples sobre a sua vida quotidiana (calculado pela divisão do número de alfabetizados, com 15 anos ou mais, pela população da faixa etária correspondente, multiplicando o resultado por 100).

⁸ A taxa de conclusão do ensino primário, ou razão de admissão bruta para o último ano do ensino fundamental, é o número de novos ingressantes (matrículas menos repetências) no último ano do ensino fundamental, independentemente da idade, dividido pela população em idade de ingresso no último ano/ série do ensino fundamental. As limitações desses dados impedem o ajuste para alunos que abandonam a escola durante o último ano referenciado.

⁹ Total de matrículas no ensino secundário, independentemente da idade, expresso em percentagem da população em idade oficial de ensino secundário.

¹⁰ Total de matrículas no ensino superior, independentemente da idade, expresso em percentagem da população total do grupo etário de cinco anos após a conclusão do ensino médio.

2.2 CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS

Para o entendimento da atual situação política guineense, é importante conhecer o contexto do continente. Em 1963, o desequilíbrio da África contrastou com o desejo de união entre os Estados e favoreceu os interesses para a formação de uma comunidade, que foi denominada Organização da Unidade Africana (OUA), visando a aceitação da igualdade por todos, afastando o isolacionismo (ČERVENKA, 1977). Ao longo do último quartil do século XX, algumas das autoridades responsáveis pelo estabelecimento da OUA conseguiram manter o seu poder como chefes de Estado, o que não foi o caso na Guiné-Bissau (CLAPHAM, 1996).

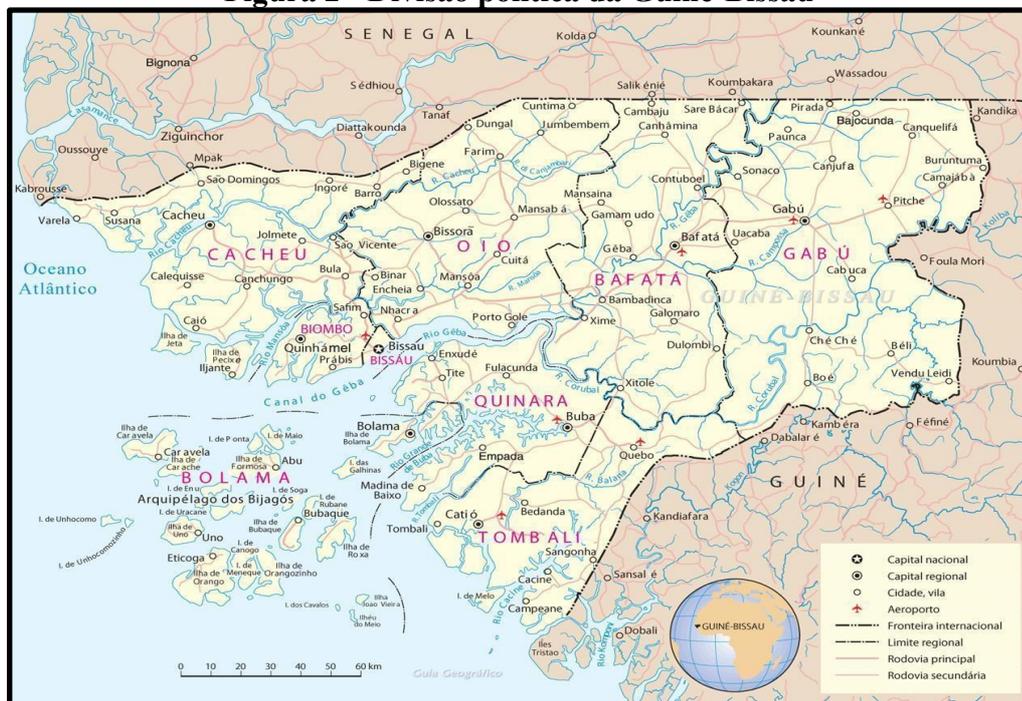
Apesar dos progressos obtidos e do esforço conjunto no processo da OUA, a África continuou sendo habitualmente enquadrada à margem do sistema mundial em diversos assuntos da agenda internacional, provavelmente como reflexo das opressões pretéritas suportadas (AMIN, 1972). É importante salientar que a crença nos ideais firmados na OUA fortaleceu os diferentes líderes a concordarem na manutenção dos limites fronteiriços existentes, decorrentes das divisões do período colonial empreendidas pelos exploradores, o que garantiu em grande proporção a segurança contra eventuais invasões territoriais de vizinhos e o respeito à soberania de cada país (ČERVENKA, 1977). Acerca das fronteiras guineenses, o Senegal está ao Norte e a Guiné ao Sudeste, mantendo uma relação com ambas as nações marcada pelos laços históricos e culturais, sendo que esses estão entre os primeiros países africanos a reconhecerem a soberania guineense, após a independência (PEREIRA, 2020).

Atualmente, o país possui nove regiões em sua divisão administrativa, conforme a Figura 2, que inclui um espaço dominado por ilhas e, também, apresenta os seus vizinhos fronteiriços. Para a sua gestão estatal, a Guiné-Bissau conta com três poderes, executivo, legislativo e judiciário, sendo uma república semipresidencialista, situação que perdura desde a promulgação do texto constitucional de 1984 (GUINÉ-BISSAU, 2014). Em relação ao poder executivo, diante de um sistema político democrático, o presidente é o chefe de Estado, sendo eleito para um mandato de 5 anos, renovável, podendo candidatar-se para um segundo, e o primeiro-ministro para 4 anos, sendo o chefe de governo, com a liberdade de concorrer em outros pleitos (CPLP, 2022b).

Por meio da Figura 2 é possível assinalar que as rodovias da Guiné-Bissau interligam grande porção do território do país, por meio terrestre. Ainda, próximo de mais da metade das principais cidades regionais há aeroportos, bem como importantes eixos penetrantes de

navegação fluvial. Como exemplo, o rio Cacheu banha a capital regional que leva o seu mesmo nome, de modo semelhante ao que ocorre com o rio Gêba, cujas margens atingem a capital nacional, Bissau. Complementarmente, vale frisar que o arco fronteiriço guineense é permeado por muitas vias de acesso, tanto fluviais quanto terrestres, junto ao Senegal e ao Estado da Guiné, o que em razoável medida deve impactar na segurança do Estado da Guiné-Bissau, juntamente com o controle dos tráfegos pelo espaço aéreo, especialmente a partir do Oceano Atlântico.

Figura 2 - Divisão política da Guiné-Bissau



Fonte: Guia Geográfico (2022, n.p)

Referente ao controle estatal sobre os nove setores constantes da divisão política assinalada na Figura 2, o poder legislativo guineense é frágil e não revela diretrizes claras para a fiscalização dos gastos da administração pública, demandando o desenvolvimento de parcerias e cooperações jurídicas, como ocorre no âmbito da relação da CPLP e da UA, para a reforma das leis nacionais, especialmente contra a corrupção, constante do Quadro 1, e o tráfico de drogas (CARVALHO, 2016). Ademais, vale ressaltar que o sistema judiciário possui uma atuação independente dos demais poderes, tendo no Supremo Tribunal um importante vetor para tentar assegurar a Ordem nacional (CPLP, 2022b).

No Quadro 1, nota-se que o indicador da corrupção atesta um saldo negativo para o Estado guineense, em um período considerado de quase um quarto de século, o que evidencia que em grande medida ela está instalada entre as instituições do país. De igual forma, o dado

que se refere à globalização revela que o país está com capacidade limitada de manter efetivas relações internacionais. É importante reforçar que na Guiné-Bissau a instabilidade reside em diversos campos do poder e persiste desde a independência, com golpes de Estado e a deposição de autoridades, por meio das ações sobretudo de militares, maculando os cenários político e social do país, o que por vezes estabeleceu um vazio nos Poderes nacionais, principalmente no executivo (BIJAGÓ, 2018).

Quadro 1 - Algumas debilidades guineenses, (-2,5 fraco; 2,5 forte)

Indicador	Valor	Definição
Controle da corrupção (1996 - 2020)	-1,32	O índice de Controle da Corrupção captura percepções da extensão em que o poder público é exercido para ganho privado.
Índice de globalização geral (IGG) (1974 - 2019)	-0,99	O IGG abrange a capacidade de internacionalização nas dimensões econômica, social e política.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022)

Como exemplo, na Guiné-Bissau ocorreu uma guerra civil em 1998, a partir de um golpe liderado por um oficial general, que se estendeu até 1999 (ZENI, 2018). Um exemplo mais recente ocorreu de abril de 2012 até maio de 2014, quando um golpe de Estado gerou um governo de transição na Guiné-Bissau, que viveu dificuldades no campo diplomático, perdendo ajudas externas, em razão de suspeitas levantadas sobre a participação da oposição na troca do executivo nacional (CARVALHO, 2016). Por conseguinte, um dos grandes desafios da política externa guineense é transformar a sua imagem negativa em nível mundial, decorrente da sua instabilidade institucional, o que afeta o seu IGG, de acordo com o Quadro 1 (GUINÉ-BISSAU, 2014).

No que se refere às intervenções e ingerências, quando o mundo vivia a Guerra Fria, o sistema internacional passou por relevantes mudanças, precisando adaptar-se às necessidades globais, majoritariamente decorrentes das imposições das principais potências dominantes, o que não incluía qualquer membro da OUA (CASTILLO, 2008). Isso decorreu em grande medida de, após a Segunda Guerra Mundial, o pan-africanismo ter sido uma ideologia que visou proteger os valores culturais africanos, bem como divergir da colonização das potências europeias (ZENI, 2018). Dessa maneira, em suas ligações políticas, a Guiné-Bissau seguiu mantendo uma relação histórico-cultural com Portugal, diante dos seus próprios desafios estatais, como no encontro da estabilidade e para a manutenção da governança interna (PEREIRA, 2020).

Sobre as lideranças estatais guineenses, Amílcar Cabral merece destaque no período da resistência a Portugal, tendo sido um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956 (CPLP, 2022b). Cabe ressaltar que, ao longo da história guineense, um quadro político bastante desfavorável gerou instituições manipuladas, com o narcotráfico latente no país, em razão das entidades precárias e com gestores supostamente fáceis de corromper (CARVALHO, 2016). Desse modo, a interação entre o Estado e a sociedade civil não possui laços expressivos, seja também por reflexos da guerra de libertação nacional ou pelo Estado ainda priorizar determinadas elites dirigentes em detrimento do povo em geral, o que fortalece as pressões e as vontades pelos ideais defendidos no passado (PEREIRA, 2020).

Atualmente, a Guiné-Bissau é um país em desenvolvimento, que depende da ajuda internacional (DIANA, 2004). Ela possui afinidades que promovem a convivência pacífica com os seus vizinhos, diante de um quadro de integração regional, como na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o que enfraquece possíveis antagonismos no campo da segurança (GUINÉ-BISSAU, 2014). Salienta-se que o país mantém relações exteriores importantes com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a OMC, a ONU e a UA (RODRIGUES, 2016). Como exemplo, há esforços de conservação ambiental financiados pelo Banco Mundial e outros parceiros, o que fortalece o desenvolvimento sustentável para a preservação da biodiversidade guineense (THE WORLD BANK, 2015).

Em âmbito mundial, o final da primeira década do século XXI foi marcado pelo pedido de ajuda do Secretário Geral das Nações Unidas para os Estados da região do Golfo da Guiné, em que a Guiné-Bissau está incluída (PEREIRA, 2020). Sequencialmente, Angola assumiu a presidência da CPLP e apoiou a Reforma do Setor de Defesa e Segurança (RSDS) guineense, com uma missão estabelecida a partir da organização de um escritório da representação da ONU na capital, Bissau. Isso ganhou maior representatividade após o início da segunda década do século atual, evidenciando que a instabilidade política guineense é uma preocupação que, também, requer ajuda diplomática (CARVALHO, 2016).

Paralelamente, a debilidade do sistema judicial e as relações promíscuas entre o poder civil e o poder militar enfraqueceram o Estado guineense e as suas instituições políticas (GUINÉ-BISSAU, 2014). Percebe-se a intenção da comunidade internacional de colaborar para a redução das debilidades internas e externas guineenses, cujo destaque cabe à cooperação de apoio técnico-militar brasileira, que será elencada no terceiro capítulo dessa pesquisa. Igualmente, a ONU, por meio do representante especial do Secretário-Geral, José

Ramos-Horta, nomeado em 2013 para o cargo de Chefe do Escritório Integrado para a Estabilização do país, condenou ações contra o meio ambiente, com foco na extração ilegal de madeiras na Guiné-Bissau (PESSÔA, 2014).

Além da CEDEAO, a CPLP também é um organismo internacional que exerce significativo grau de influência política na evolução da Guiné-Bissau, no decorrer do século XXI (CARVALHO, 2016). Ademais, em que pese os referenciados apoios, não há uma potência hegemônica regional para apoiar Estados débeis e, mesmo sem conflitos bélicos notáveis entre as suas nações, em grande proporção em razão da OUA, há considerável quantidade de países africanos com capacidade limitada para contornar problemas internos, expondo as suas fragilidades institucionais (PEREIRA, 2020). Nesse contexto, a seguir, serão apontadas as considerações econômicas acerca do país.

2.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA

A Guiné-Bissau, durante o período colonial, foi explorada pelos colonizadores europeus, a fim de suprir a demanda por matérias-primas daquele continente, gerando o extrativismo das formas de riqueza lá encontradas, além de contribuir para o tráfico de pessoas escravizadas (ZENI, 2018). Essa nação carrega consigo a notoriedade de ser um dos Estados mais pobres da África Ocidental e do mundo, em decorrência dos seus problemas internos, desequilíbrios na economia e da evolução limitada durante o pós-independência (NAU, 2021). Nesse período, a reforma monetária criou o peso guineense em 1976, com a característica de ser uma moeda de elevado custo para a conversão, mantendo a sua pauta exportadora voltada prioritariamente para a venda da castanha de caju que, atualmente, abarca grande parcela da força de trabalho nacional (RODRIGUES, 2016).

Essa força de trabalho na Guiné-Bissau é muito pouco desenvolvida e valorizada, estando no final da lista dos países do mundo quando o tema é o índice de desenvolvimento, o que revela a carência por capacitação do seu capital humano (GUINÉ-BISSAU, 2014). Ressalta-se que, em 2016, essa força era de cerca de 750 mil trabalhadores (CARVALHO, 2016). De acordo com a Tabela 5, percebe-se um relativo equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres disponíveis para o mercado de trabalho, bem como uma quantidade considerável de jovens desempregados, demonstrando a demanda por uma melhor gestão governamental, no que tange a criação de oportunidades e incentivos para a classe trabalhadora.

Tabela 5 - A força de trabalho guineense em 2016

Indicador	Valor
Mulheres com 15 anos ou mais	47,3 %
Homens com 15 anos ou mais	52,7 %
Desemprego jovem, entre 15 e 24 anos	11,4 %

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022)

Em relação à geração de empregos, devido à sua costa atlântica e diversas vias fluviais, o setor da piscicultura ocupa um lugar estratégico no desenvolvimento do país. Com expressivo potencial de crescimento, esse setor contribui para a melhoria da qualidade da alimentação do povo, diante da sua plataforma continental que conta com uma rica variedade de recursos. Exemplificando, com a exploração de cerca de 250 mil toneladas de pescados anuais, a Guiné-Bissau é significativa exportadora do cenário internacional decorrente da sua produção de camarão, revelando a importância econômica dessa atividade para essa nação (GUINÉ-BISSAU, 2014).

As exportações referenciadas são insuficientes, pelo motivo da circulação econômica depender das importações, elevando a inflação e agravando a pobreza (RODRIGUES, 2016). A fim de buscar mais equilíbrio para a balança comercial guineense, constante da Tabela 6, o desenvolvimento das atividades agrícolas está entre as principais atividades econômicas, juntamente com a mineração, por meio do extrativismo, concorrendo com atividades laborais alternativas, como as ligadas aos variados ilícitos (CARVALHO, 2016). Essas práticas de ilícitos podem, em alguma medida, ser fruto da renda *per capita* nacional, que está em um dos mais baixos níveis do mundo, sendo reflexo do fraco crescimento econômico e do aumento da pobreza no país, cujo índice passou de 63%, em 2006, para 70%, em 2012 (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Na Tabela 6, o saldo negativo da balança comercial demonstra que há maiores ocorrências de aquisições provenientes do exterior do que vendas dos produtos guineenses. Isso impacta diretamente na variação do valor do Produto Interno Bruto (PIB) da nação, em razão de também possuir relação com o aumento da produção e das exportações, o que no caso da Guiné-Bissau está aquém das importações. Uma alternativa para a elevação do PIB, referenciado na Tabela 7, seria investir nas grandes¹¹ reservas de petróleo confirmadas no país, que igualmente podem ser exploradas para suprir, parcialmente, a demanda da produção

¹¹ O Golfo da Guiné conta com grandes reservas inexploradas de petróleo, que demandam perfurações em alto mar, cujas prospecções das companhias de extração apontam para 100 mil barris/ dias para 2022, em uma zona de exploração conjunta, envolvendo a Guiné-Bissau e o Senegal (AGUIRRE, 2019).

energética guineense (AGUIRRE, 2019).

Tabela 6 - A balança comercial guineense em 2020

Indicador	Valor (percentagem do PIB)	Valores absolutos (US\$)
Exportação de bens e serviços	14,4 %	210 milhões
Importação de bens e serviços	29,3 %	420 milhões
Balança comercial	-14,9 %	- 210 milhões

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022)

Tabela 7 - O PIB guineense

Ano	Valor	Posição global/ total de países considerados
2020	US\$ 1.430.000.000	170/ 184
2010	US\$ 850.000.000	182/ 194
2000	US\$ 370.000.000	183/ 192
1990	US\$ 240.000.000	162/ 173
1980	US\$ 110.000.000	137/ 143

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022)

Na Tabela 7, constata-se que o PIB da Guiné-Bissau, desde a sua independência, esteve sempre entre os mais baixos do planeta. Tal fato demanda a melhoria da gestão da produção interna, a fim de incrementar a economia guineense. Ademais, o setor de comunicações é um dos poucos com progressos nos últimos anos, principalmente em telefonia móvel, o que não oculta as suas deficiências estruturais, bem como a necessidade de investir na modernização da rede fixa (GUINÉ-BISSAU, 2014). Igualmente, o valor do PIB influencia o potencial tecnológico, que na Guiné-Bissau demonstra limitações, demandando cooperações técnicas externas, como junto aos seus parceiros da CPLP, o que assinala os investimentos estrangeiros diretos, conforme o Quadro 2 (CARVALHO, 2016).

No Quadro 2, observa-se que até o início do século XXI, os IED na Guiné-Bissau foram modestos, em que pese uma missão da ONU ter iniciado no país em 1999 (UNIOGBIS, 2022). Em 2005, o IED aumentou em razão da estabilidade política e, muito possivelmente, como consequência do amadurecimento das ações da ONU que cooperaram para a eleição presidencial e, também, promoveram gradativamente o IED. Contudo, entre 2008 e 2012, o IED não progrediu, diante de dois cenários de golpes no país. Em 2014, com o retorno da estabilidade institucional, o IED subiu consideravelmente, como consequência da repercussão

positiva internacional da Guiné-Bissau. Nesse ínterim, no que se refere às possíveis parcerias externas, vale lembrar que o território guineense possui reservas petrolíferas confirmadas e ainda não exploradas, o que também pode contribuir para o seu setor de energia interna, pois passados mais de quarenta anos da independência, essa nação ainda não consegue prover suficientemente o seu sustento energético, o que requer importações e também afeta o saldo comercial (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Quadro 2 - Investimento estrangeiro direto (IED) na Guiné-Bissau

Ano	Percentual do PIB	Valores absolutos de IED recebidos (US\$)	Fato histórico no país
2014	2,74	30 milhões	Eleição presidencial
2012	0,67	10 milhões	Golpe militar
2008	0,76	10 milhões	Suposta tentativa de golpe
2005	1,48	10 milhões	Eleição presidencial
2004	0,36	2 milhões	Revolta dos militares e assassinato de um general
2003	0,84	2 milhões	Golpe militar
2002	0,85	1 milhão	Dissolução do Parlamento
2000	0,19	1 milhão	Eleição presidencial
1994	0,18	2 milhões	Eleição presidencial

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de The Global Economy (2022), Pereira (2020) e UNCTAD (2004)

Pelo exposto, constata-se que a administração pública guineense precisaria evoluir as suas doutrinas e políticas econômicas, a fim de incrementar as pautas sobre a obtenção de tecnologias para o uso das suas matérias-primas próprias, além das gerações de serviços. Desse modo, em alguma medida ocorrerá o crescimento do capital interno e das cooperações para a obtenção de créditos, visando o comércio no mercado internacional, tudo a fim de melhorar as condições de vida nas suas cidades. A seguir, será feita uma breve abordagem dos fatores de produção na Guiné-Bissau.

2.3 FATORES DE PRODUÇÃO

Até esse ponto do trabalho, é viável assinalar que a estabilidade na Guiné-Bissau, de

modo geral, precisa ser sustentável para que ocorra a consolidação e o fortalecimento das suas instituições democráticas, em decorrência do seu processo histórico de golpes de Estado (CARVALHO, 2016). Para a evolução desse país, os fatores de produção domésticos devem ser otimizados. Com isso, relativo aos seus recursos econômicos, alguns aspectos foram tratados anteriormente, como nas atividades primárias, com a produção agrícola e a pesca. Na área dos recursos secundários, as indústrias guineenses têm como atividade predominante o ramo alimentar, que explora a castanha de caju e o arroz, seguida da madeira, do algodão e das cerâmicas (BARBOSA; BUARO, 2010).

Entre 2005 e 2015, o supracitado setor secundário teve menos de 15% anuais, em média, de participação na geração do PIB do país (GUINÉ-BISSAU, 2020a). As melhorias do segundo setor da economia dependem, em alguma medida, do avanço tecnológico nacional, que por sua vez requer energia para o funcionamento das máquinas das fábricas e das indústrias. Entretanto, conforme abordado anteriormente, esse é um recurso precário, uma vez que sequer a rede elétrica guineense atinge a maioria das residências. Esse campo reflete as adversidades enfrentadas pelo governo da Guiné-Bissau, uma vez que a sua capacidade de produção, em 2014, era de cerca de 10 MW, o que não supria sequer 10% das necessidades do consumo nacional (GUINÉ-BISSAU, 2014). Consequentemente, em termos de progresso da tecnologia, o país segue bastante atrasado (BARBOSA; BUARO, 2010).

Em correlação com o setor industrial, novamente citando a força de trabalho, em uma perspectiva do potencial da administração pública e do capital humano formado, apropriado para a evolução de um Estado recém-independente, a Guiné-Bissau não teve bases social e educacional apropriadas, sobretudo de ensino regular, demandando a imigração de pessoas de Cabo Verde e de outros países para serem servidores no seu governo (CARVALHO, 2016). Nesse sentido, entre os empresários guineenses há uma quantidade escassa com formação em administração, economia ou contabilidade, o que pode ser explicado pela criação recente do ensino superior em Administração no país (GUINÉ-BISSAU, 2020a).

No que concerne aos transportes marítimos para o escoamento da produção nacional, o porto de Bissau é o principal para o comércio do país, com disfuncionalidades de várias ordens, seja por falta de investimentos ou por má gestão (GUINÉ-BISSAU, 2014). Debruçado na plataforma continental do país, as embarcações que saem desse porto passam pelo arquipélago dos Bijagós, que abriga um ecossistema reconhecido internacionalmente como reserva da biosfera, em razão da reprodução das espécies marinhas, além de ser um dos santuários mais importantes da avifauna migratória (BARBOSA; BUARO, 2010).

Em relação ao capital, ao crédito e aos investimentos, o governo Bissau-guineense

pode priorizar reformas na sua gestão que fomentem a diplomacia voltada para a promoção dos negócios multilaterais. Para isso, a sua imagem para o exterior influencia na credibilidade de empresários estrangeiros de modo a atrair mais IED, como para o setor de aviação, pois a Guiné-Bissau não possui companhias aéreas de bandeira nacional (GUINÉ-BISSAU, 2020a). Quanto aos transportes terrestres, nota-se uma evolução desde o final da última década, em razão do crescimento gradual da quilometragem de rodovias projetadas, construídas e pavimentadas, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 - Construção de estradas na Guiné-Bissau

Ano	Km construídos
2015	54
2016	60,2
2017	81,8
2018	105,5
2019	126,5

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Guiné-Bissau (2020)

Cabe destacar que essas pavimentações dependem de obras públicas do governo e, por vezes, da contratação do setor privado, a fim de apoiar fases específicas ou executar o serviço integralmente. Contudo, outro obstáculo à atuação dos empresários refere-se aos impostos cobrados pelo governo da Guiné-Bissau, o que demanda a criação de incentivos fiscais para os nacionais, a fim de conter o afastamento de empresas do mercado, o que pode agravar o desemprego e atrasar o progresso do país (BARBOSA; BUARO, 2010). Por conseguinte, a evolução desse Estado africano será proporcional aos investimentos na educação e na infraestrutura, dentre outros fatores, como os que serão a seguir abordados, relacionados ao campo científico e tecnológico.

2.4 CAMPO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O campo científico e tecnológico requer uma ativa gestão governamental para que existam projetos e financiamentos que desenvolvam as pesquisas, as infraestruturas e as instituições. Desde a idealização da OUA, alguns chefes de Estado já haviam apontado deficiências de modo geral no continente, fundamentalmente no setor de telecomunicações, o que poderia potencializar as integrações regionais e o comércio (ČERVENKA, 1977). Em

nível regional, os países africanos estão divididos por uma variedade de barreiras institucionais e pela falta de infraestruturas e, nos níveis internacionais, a África encontra-se cada vez mais à margem dos mercados mundiais, das redes tecnológicas, e dos principais sistemas de telecomunicações (NAU, 2021).

No presente, a pobreza faz com que a maioria da população ainda tenha acesso limitado em diversas áreas, evidenciando a fragilidade da capacidade da gestão estatal (ZENI, 2018). Na Guiné-Bissau, a cobertura da rede móvel é escassa, o que decorre especialmente da deficiência estrutural existente, uma vez que essa nação é a única da região que não possui conexão por um cabo submarino (GUINÉ-BISSAU, 2014). A ampliação dessas redes pode otimizar a educação, por exemplo, favorecendo o combate ao analfabetismo e possibilitando a construção de um sistema educacional adequado ao país, diante de um ensino básico precário, conforme consta na Tabela 9 (SANÉ, 2019).

Na Tabela 9, constata-se que em Bissau, principal região do país, onde está situada a capital nacional, menos da metade das escolas do ensino básico possuíam boas condições de infraestrutura no interior das salas de aula, o que é muito importante que exista, pois motiva não só os alunos, como também os professores. Ademais, nas regiões administrativas de Bafatá, Tombali e Bolama, que representam em alguma medida grande porção do território total, os percentuais são ainda mais baixos do que na capital. Vale salientar que em Gabú, Oio e Cacheu mais da metade das salas estavam em boas condições, porém ainda em percentual bastante modesto.

O nível de aprimoramento educacional de uma nação, bem como tecnológico, contribuem para a sua projeção positiva ou negativa, pois juntamente com vários outros elementos, tangíveis e não tangíveis, são observados pela comunidade internacional (NAU, 2021). No século XX, durante a luta armada que encaminhou a independência, a Guiné-Bissau recebeu o apoio de nações para a formação dos seus quadros, no contexto da Guerra Fria, visando atender aos seus desafios de reconstrução e de desenvolvimento. Nesse sentido, nos níveis médio e superior, o PAIGC possibilitou bolsas de estudos no exterior, de acordo com o Quadro 3 (SANÉ, 2019).

No Quadro 3, nota-se que o Estado guineense, por meio do PAIGC, possuía em certa medida alinhamento com a URSS às vésperas da conquista da independência, que ocorreu em 1974. Anteriormente, nos anos 1960, somente onze guineenses concluíram uma licenciatura estudando em Portugal, evidenciando a repressão colonial ao desenvolvimento de uma autonomia de pensamento entre os jovens do país (SANÉ, 2019). Nos anos 1970, as ideologias disseminadas pelos países do Quadro 3 podem ter influenciado a juventude

intelectual da Guiné-Bissau, uma vez que alguns dos seus estudantes tiveram oportunidades acadêmicas no exterior. Desse modo, uma resistência cultural foi necessária, a fim de que a evolução do país fosse pensada desde os primeiros anos da sua existência, apesar de contar com limitados efetivos de nacionais aptos para isso, diante dos ideais propagados no contexto da Guerra Fria.

Tabela 9 - Escolas do ensino básico na Guiné-Bissau em 2006

Local	Total	Salas em boas condições
Bafatá	277	27,3 %
Biombo	55	47,4 %
Bissau	126	41,3 %
Bolama	46	31 %
Cacheu	228	55,4 %
Gabú	167	55,6%
Oio	277	55,4 %
Tombali	135	33,3 %

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Sané (2020)

Quadro 3 - Países em cooperação com a Guiné-Bissau em 1973

Países	Nível	Estudantes guineenses
Cuba, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, China, Alemanha Democrática, Romênia e Argélia, entre outros.	Superior	47
	Médio	64
	Técnico-profissional	325

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Sané (2020)

Talvez em razão disso, o posterior colapso da URSS possa também ter refletido para o limitado progresso científico e tecnológico da Guiné-Bissau, que passou a ser influenciada, juntamente com outros países africanos, pelas potências ocidentais (ZENI, 2018). A partir desse contexto, com o avanço da globalização, essas nações passaram a buscar parcerias para receber a transferência de tecnologias, especialmente com países que não interferissem em suas políticas internas (CARVALHO, 2016). Um exemplo de potência ocidental que atuou na Guiné-Bissau foi a França, em meados de 2004, com a inauguração de uma instituição de ensino de língua francesa, proporcionando cursos de idioma no contexto do processo de integração regional, bem como para a formação dos funcionários da administração pública

guineense (PEREIRA, 2020).

No planejamento da governança guineense, referente à legislatura de 2014 até 2018, consta a promoção do intercâmbio científico e técnico com estabelecimentos de ensino superior, especialmente com os países nos quais existem outros acordos de cooperação, como com os integrantes da CPLP, da CEDEAO e da UEMOA (GUINÉ-BISSAU, 2014). Na gestão governamental, um dado relevante atinente ao ensino básico é que o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia do país só propôs a sua gratuidade no início do século XXI (SANÉ, 2019). Com isso, pode-se inferir que o mesmo Ministério que planeja a educação nacional também atua para o progresso tecnológico, a fim de mitigar importantes obstáculos para o desenvolvimento guineense.

Nesse domínio, outro problema decorrente da falta de recursos tecnológicos é relacionado à vigilância terrestre do entorno fronteiriço, assim como do espaço aéreo e marítimo, nos quais a efetiva fiscalização poderia mitigar as recorrentes entradas de drogas no país (NAU, 2021). Dessa forma, a Guiné-Bissau depende das transferências e dos compartilhamentos de conhecimentos e tecnologias para, dentre outras finalidades, prover a própria segurança e a sua defesa territorial (ZENI, 2018). Nesse contexto, serão apresentados alguns aspectos militares desse país, em razão dessa expressão do poder impactar de modo relevante a soberania de uma nação.

2.5 ASPECTOS MILITARES

Por meio dos aspectos militares é possível compreender a situação da Guiné-Bissau relativa, dentre outros fatores, ao preparo e ao emprego das suas Forças Armadas. No que tange a defesa territorial, a sua debilidade pode ser caracterizada pelos problemas estruturais enfrentados no setor de Defesa, bem como pela falta de modernização das suas organizações policiais, que permanecem com limitada capacidade de proteger a própria terra (PEREIRA, 2020). Além disso, no planejamento estatal guineense, da legislatura de 2014 até 2018, consta uma citação sobre a promiscuidade entre o poder civil e o poder militar, que enfraqueceram o Estado e as suas instituições (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Para mitigar essa imagem, em alguma medida ocorre a demanda por aumentar a profissionalização dos seus efetivos militares, o que torna imperativo que ocorram formações, especializações e aperfeiçoamentos junto a outras nações. Vale lembrar que as permanentes instabilidades político-militares e institucionais foram um fator impeditivo para a promoção de soluções com a adoção de políticas mais assertivas para o país (SANÉ, 2019). Até 1998, o

sistema de segurança interna não respeitava os cidadãos, mantendo atitudes violentas e atuando por meio dos militares com uniforme de polícia (NAU, 2021). Em alguma medida isso agravou os problemas de credibilidade pública da polícia, pois mesmo nos casos de denúncias, na Guiné-Bissau o povo possuía receio de represálias por parte de quem estava por trás das ações, diante de ameaças contra eventuais delatores (PESSÔA, 2014).

A partir de 1985, iniciou a modernização do exército de acordo com uma estrutura ocidental (UNIOGBIS, 2018). Nesse ínterim, atualmente, acerca da pesquisa e da instrução militar, os oficiais das Forças Armadas da Guiné-Bissau têm participado nas operações conjuntas desencadeadas pela CPLP, que contam com a liderança do Brasil e de Portugal (PEREIRA, 2020). Paralelamente, para dirimir o supracitado problema, outras cooperações com potências ocidentais seguiram na pauta do século XXI, sendo que entre 2002 e 2015, os EUA ofereceram treinamento militar para mais de 130 mil africanos, em que a Guiné-Bissau foi contemplada com os treinamentos de 517 oficiais (PIMENTEL, 2018). Em outro processo de colaboração, para garantir a estabilização interna, a ONU já estabeleceu uma missão no país, além da CEDEAO, bem como a UE auxiliou, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 - Interferências externas na Guiné-Bissau

Ano	Contexto	Patrocinador
1998	Conflito político-militar	CEDEAO
de 1999 até 2020	Conflito político-militar	UNIOGBIS
2008	Conflito político-militar	UE
de 2012 até 2020	Golpe de Estado	CEDEAO
2022	Tentativa de golpe	CEDEAO

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de UNIOGBIS (2018) e UNIOGBIS (2022)

No Quadro 4, observa-se a missão estabelecida pela ONU, por meio do Conselho de Segurança, que aprovou a criação do Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), em 3 de março de 1999, que permaneceu ativo até 31 de dezembro de 2020, assinalando dados relevantes das Forças de Segurança guineenses, constantes do Quadro 5 (UNIOGBIS, 2022). Adicionalmente, em 2008, a UE auxiliou no orçamento e no planejamento da RSDS da Guiné-Bissau, que foi idealizada desde 2005 (UNIOGBIS, 2018). Dessa forma, o país retrocede e desmotiva muitos propensos parceiros a outras interações estratégicas, devido à insegurança e aos seus próprios militares não garantirem a estabilidade nacional (SANÉ, 2019).

Quadro 5 - Dados do Exército e das Forças de Segurança da Guiné-Bissau

Ano	Força	Efetivos
2016	Exército	4000
	Guarda Nacional (GN)	8500
	Forças policiais [Polícia da Ordem Pública (POP); Polícia de Intervenção Rápida (PIR); Polícia Judiciária (PJ); e Serviço de informações]	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de UNIOGBIS (2018)

Segundo o UNIOGBIS (2018), em 2008, a idade média de mais da metade dos militares do Exército era de 40 anos, com alguns superando os 80 anos, em 2016. Isso decorreu, em grande medida, da inexistência de um dispositivo de reforma previdenciário, o que os levou a permanecerem na Força, a fim de garantirem os seus vencimentos remuneratórios. Como reflexo da permanência, em 2009, o Exército possuía 17 oficiais gerais, contra somente um dos anos 1990, sendo que o quantitativo cresceu para 37, em 2018. Além disso, aproximadamente apenas 200 militares possuíam curso superior, considerando o efetivo do Exército apresentado no Quadro 5 (UNIOGBIS, 2018).

Após a desativação da missão do UNIOGBIS, considerações passaram a ocorrer na gestão estatal guineense acerca do retorno do serviço militar obrigatório, o que iniciou nos anos 1980 e teve a última ocorrência em 1992, sendo necessário segundo a visão das próprias Forças Armadas, além de contar com o apoio popular. Destaca-se que em 2017, o Exército providenciou um recrutamento formal de 750 jovens para o serviço militar (UNIOGBIS, 2018). Essa insuficiência de militares revela que a Guiné-Bissau pode melhorar a organização das suas tropas regulares para, a partir disso, aprofundar os planejamentos de preparo e emprego efetivos.

Desde o século XX, a estrutura das Forças Armadas guineenses foi prejudicada e passou a refletir, possivelmente, uma consequência organizacional advinda da guerra colonial, travada a partir de 1963, contra o regime exploratório imposto pelos portugueses (PEREIRA, 2020). Passado quase meio século, a efetiva participação militar para a instabilidade político-institucional crônica é um desafio a ser erradicado na Guiné-Bissau. Nesse sentido, em 2012 eclodiu um novo golpe de Estado, que gerou sanções pelos parceiros internacionais do país aos militares responsáveis, em razão da mudança de poder inconstitucional, impondo ainda mais desequilíbrio à retomada do desenvolvimento socioeconômico do país iniciada nos anos 2000 (SANÉ, 2019).

Em resumo, o primeiro capítulo revelou diversos aspectos da Guiné-Bissau, sobretudo políticos, econômicos e sociais, a fim de identificar as origens históricas das suas fragilidades institucionais, uma vez que os seus militares não conseguiram assegurar a própria estabilidade estatal interna. A debilidade do país decorre dos problemas estruturais enfrentados, também, no setor de Defesa e Segurança, em razão da limitada capacidade de proteger o próprio território. Tal espaço foi colonizado pelos portugueses durante 528 anos, desde a instalação de feitorias para o tráfico de escravos e a fim de suprir a suas demandas por matérias-primas. A partir de 1954, a resistência anticolonialista foi liderada por Amílcar Cabral, um dos fundadores do PAIGC, em uma guerrilha contra a violência dos colonizadores, o que potencializou as tensões e os conflitos para a expulsão dos portugueses. Destaca-se que as nações vizinhas, Senegal e Guiné, estão entre as primeiras a reconhecerem a soberania e as fronteiras guineenses, após a sua independência.

Por meio do PAIGC, a Guiné-Bissau manteve alinhamento com a URSS nos anos iniciais da sua evolução e, a partir de 1985, começou a sua modernização, adotando uma estrutura militar, em alguma proporção, ocidentalizada. Atualmente, os integrantes das suas Forças Armadas têm participado de operações conjuntas desencadeadas pela CPLP, que contam com a liderança do Brasil e de Portugal. Nesse sentido, essa comunidade é um organismo internacional que exerce expressiva influência sobre esse Estado. Como exemplo, no planejamento da governança nacional bissau-guineense, de 2014 até 2018, constou a promoção do intercâmbio científico com instituições de ensino superior dos integrantes da CPLP, especialmente com os países nos quais existem outros acordos de cooperação.

Quanto aos aspectos fisiográficos, a caracterização da área guineense revelou um espaço geográfico reduzido, se comparado com a imensidão do território do continente africano. Esse país conta com uma rica biodiversidade, entre variados ecossistemas, que podem assegurar a sustentabilidade para as futuras gerações. Para isso, um dos seus setores mais promissores é o do ecoturismo, que tende a ser explorado nas riquezas naturais do Arquipélago dos Bijagós. Ressalta-se, como potencialidades, que o território guineense possui reservas petrolíferas ainda inexploradas, bem como a sua produção agrícola e o setor da pesca podem contribuir ainda mais para o desenvolvimento das suas indústrias do ramo alimentício.

Por outro lado, a Guiné-Bissau possui demandas de reflorestamento nos seus amplos espaços com densas áreas florestais, diante de um mercado ilegal de comércio de madeiras para o exterior por via marítima. Pelo porto de Bissau ocorrem os principais movimentos comerciais do país, com restrições por falta de investimentos na estrutura portuária. Vale lembrar que a insegurança generalizada desmotiva muitos propensos parceiros estrangeiros a

investimentos estratégicos. Como restrição doméstica, são escassos os empresários guineenses com formação em administração ou economia. A origem disso é observada desde a capital nacional, pois as escolas do ensino básico não oferecem sequer boas condições físicas no espaço destinado ao ensino.

Com uma grande diversidade cultural, originada nos seus vários grupos étnicos, o governo guineense é incapaz de dar resposta para muitas necessidades emergenciais da sua sociedade. A população apresenta baixo índice de alfabetização, com uma expectativa de vida de 46 anos, em média, sendo que somente 2,9% do povo guineense ultrapassa os 65 anos. Em outro exemplo, a insegurança alimentar deriva da prioridade dada ao cultivo do caju, para uma população que vive majoritariamente nas zonas rurais, com precário saneamento básico, distribuição de energia elétrica deficiente e irregular, além do escasso fornecimento de água potável. Cabe salientar que o índice de desenvolvimento humano da Guiné-Bissau está entre os piores na comunidade internacional, ratificando os seus problemas socioeconômicos. Paralelamente, esse é um dos Estados mais carentes da África Ocidental, constando no final da relação mundial quando o assunto é o PIB ou o IED, o que em grande medida decorre dos fatos históricos do país.

Em sua história, esse Estado é bastante instável politicamente, com instituições manipuladas e o narcotráfico latente, cujos gestores são, supostamente, fáceis de corromper. Atualmente, na democracia guineense o poder legislativo é frágil e não possui diretrizes específicas para combater a corrupção e o tráfico de drogas. Isso gera a descrença internacional no país, limitando as suas relações multilaterais. As suas vulnerabilidades estão presentes em diversos campos do poder, desde a independência, com golpes de Estado recorrentes envolvendo militares, agravando a sua imagem negativa para a comunidade mundial, bem como afastando o governo da sociedade civil.

Por fim, esse capítulo colaborou para o objetivo geral da pesquisa, uma vez que possibilitou identificar carências do Estado guineense e a sua situação no contexto mundial. Nota-se que a Guiné-Bissau persiste em alguma proporção evoluindo institucionalmente, porém requer forte atuação dos seus agentes estatais para mitigar os efeitos das crises políticas, do passado ao presente. Além disso, o atraso econômico do país demanda relações de cooperação internacional, a fim de promover as suas operações econômicas. Por conseguinte, conclui-se, de maneira parcial, sobre um dos desafios na área da Defesa e Segurança desse Estado, que é aumentar a sua capacidade e autonomia para a defesa territorial, diante de desafios do presente, que serão a seguir abordados, a fim de explicitar

ocorrências impactantes para a Guiné-Bissau, que possam ser dirimidas a partir de interações bilaterais junto ao Brasil.

3 OS TRÁFICOS TRANSNACIONAIS NO TERRITÓRIO GUINEENSE

Nesse capítulo serão apresentados os desafios concernentes a alguns tráficos atuais que, no contexto internacional, possuem destacado impacto sobre a Guiné-Bissau. Tais fatos decorrem dos tráficos transnacionais, majoritariamente na área do Oceano Atlântico, que evidenciam as vulnerabilidades do eixo Guiné-Bissau-Brasil. Diante disso, serão essencialmente consideradas as ocorrências do narcotráfico e de outras adversidades, como os tráficos de pessoas, de armas e de madeiras. Em comparação com o Brasil, a Guiné-Bissau experimenta uma situação institucional similar, porém mais grave, em que há uma elite suscetível às atividades corruptas e sem compromisso com a transformação do país, mesmo tendo grandes potencialidades em seus recursos naturais, culturais e econômicos (BRITO, 2017).

Preliminarmente, é pertinente salientar que a Guiné-Bissau demonstra ser propensa aos ilícitos em análise, tanto em sua própria região quanto, também, nos direcionamentos para outros continentes, como o europeu (ANDRES, 2007). Além disso, ela recebeu internacionalmente a alcunha de primeiro "narco-Estado" do continente africano, devido aos grandes fluxos de entorpecentes que circulam através do seu território (LOEWENSTEIN, 2019; CORDEIRO, 2007). Tal qualificativo não retrata essa condição com exatidão, pelo motivo do país não institucionalizar livremente uma economia voltada para os ganhos a partir do mercado das drogas. Para tentar conter a conotação depreciativa, o país busca reforçar a sua PJ, órgão de polícia criminal, com a finalidade de demonstrar o esforço das autoridades para o controle do tráfico de entorpecentes (GUINÉ-BISSAU, 2016a).

Via Atlântico Sul, o narcotráfico revela ser um grande problema, que constitui uma das suas maiores provocações nos temas de segurança pública, demandando engajamentos bilaterais seletivos na complexa e multifacetada costa africana, diante da fragilidade demonstrada pelos seus países (PIMENTEL, 2018). Vale destacar que no Brasil, tal qual na Guiné-Bissau, há um aumento da violência interna relacionada ao tráfico de armas e drogas, que abastecem o crescente consumo dos dependentes, tornando o país um importante mercado para os entorpecentes, gerando constantes atualizações dos métodos e práticas policiais para conter esses tráficos (CASTILLO, 2008).

Outrossim, na África Ocidental é preciso lidar com as causas e os resultados profundos dos ilícitos, que são as suas motivações e consequências não evidentes, respectivamente, como a lavagem de dinheiro e a corrupção recorrentes que viabilizam os mercados ilegais, em uma região do continente que ainda continua vulnerável aos retrocessos políticos, o que

demanda maior resiliência da comunidade ao crime organizado transnacional (ANI, 2022). Vários países africanos estão em um ciclo vicioso de violência, pobreza crônica e desigualdade, com Estados frágeis, cuja evolução é lenta e repleta de obstáculos, como a Guiné-Bissau, que conta com uma trajetória lenta para a paz e o desenvolvimento de longo prazo (CILLIERS; SISK, 2013). Nesse sentido, o tráfico atua diante de uma governança enfraquecida, com casos de corrupção, insegurança alimentar generalizada e conflitos domésticos, favorecendo outras atividades criminosas que potencializam a pobreza e as privações de direitos dos cidadãos (SHAW; REITANO, 2014).

Ademais, há uma percepção de que as entidades policiais e judiciárias na região da África Ocidental são carentes de melhor preparo para as suas funções, o que estimula as atividades das diversas máfias internacionais (ANDRES, 2007). O dinamismo da criminalidade organizada transnacional abarca um conjunto de áreas, como as supracitadas, cujos delitos são executados em ao menos dois Estados ou através de um crime cometido em um Estado, mas que a sua preparação tenha ocorrido a partir de outro (NAU, 2021). Nesse ínterim, o segundo capítulo tem por finalidade identificar alguns crimes relevantes e que influenciam o crescimento da fragilidade estatal guineense, o que os torna fundamentais ao presente estudo, em razão da debilidade institucional assinalada no capítulo anterior, e da violência e insegurança causadas. Dessa forma, a seguir será apresentado o narcotráfico e, sequencialmente, serão feitas considerações acerca de outros tráficos, como os de seres humanos, armas e madeiras.

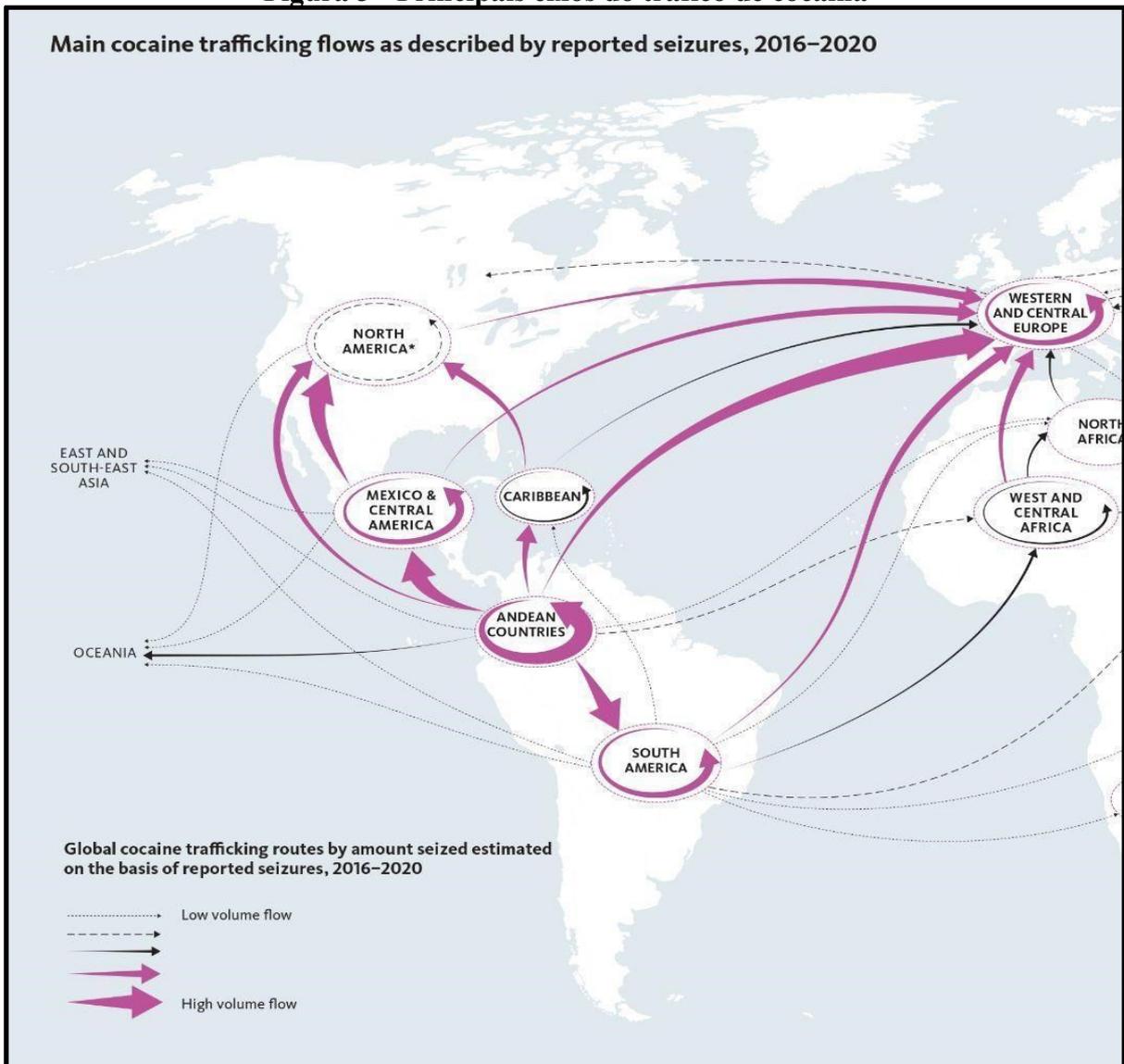
3.1 NARCOTRÁFICO

O narcotráfico cresceu entre as nações a partir das repercussões da atual fase da globalização, iniciada nos anos 1990, interferindo no crescimento do fluxo de pessoas, dinheiro e informação, franqueando mais espaço às ocorrências dos crimes internacionais (UNODC, 2009). É importante frisar que essa modalidade de crime pode ser resultante de uma associação estratégica de pessoas que opera de modo supranacional (WERNER, 2009). Como exemplo, os traficantes que atuam em redes, a partir da América do Sul, com destino à Europa, buscam auferir lucros expressivos por meio do comércio internacional dos entorpecentes.

Esse tráfico para o continente europeu persiste como o maior problema da África Ocidental, em razão do elevado consumo desses produtos e dos grandes montantes apreendidos (NAU, 2021). Conforme as avaliações do Escritório das Nações Unidas sobre

Drogas e Crime (UNODC), o mercado da cocaína traficada através da mencionada região progrediu, a partir dos anos 2000, representando um valor comercial de quase US\$ 2 bilhões anuais já no final da primeira década do século XXI, muito próximo ao PIB da Guiné-Bissau (UNODC, 2022a; NARCOTRAFICANTES, 2013; UNODC, 2011b). Nesse contexto, exemplificando uma expressiva ocorrência, em 2007, foi estabelecido um recorde de apreensão de 650 quilos de cocaína, cuja quantidade perdurou por mais de uma década como o maior montante apreendido em uma só ocasião (TRANSPORTES, 2019). Na Figura 3, percebe-se a participação intermediária da África no fluxo internacional das drogas, em razão de ser uma zona de passagem do supracitado entorpecente, se consideradas as nações ocidentais do continente europeu.

Figura 3 - Principais eixos do tráfico de cocaína



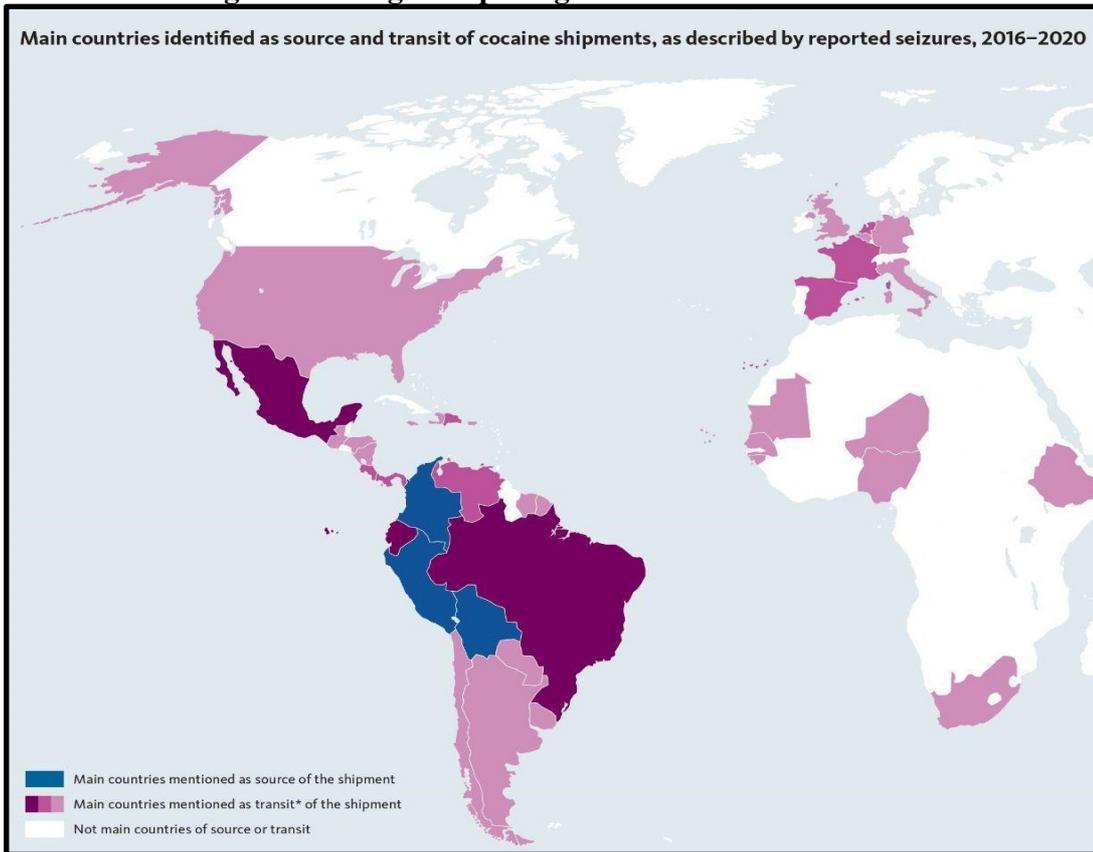
Fonte: UNODC (2022b)

Referente aos outros tipos de narcóticos encontrados no país africano em análise, a heroína e as drogas sintéticas são contrabandeadas em menor volume e não refletem lucros significativos tal qual o movimento financeiro decorrente do comércio da cocaína, sendo que a última demanda uma infraestrutura expressiva para o seu transbordo para outros pontos da África, para a Europa e para os mercados americanos do Norte (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019). Na atualidade, de modo geral, as redes criminosas inovaram ao efetuar o tráfico e a venda dessas drogas por meio de modernas ferramentas de difusão de informações. Como exemplos, aplicativos de celular para troca de mensagens (*WhatsApp*, *Telegram*, dentre outros), proporcionam maior agilidade nas comunicações entre os produtores e junto aos locais de vendas, além dos consumidores, o que evoluiu para deixar de ser uma simples aquisição em uma rua urbana aleatória, sendo aprimorado para uma entrega em local combinado ou, ainda, por via postal, com empresas de remessas de encomendas comerciais (FERRO, 2019).

Nesse diapasão, tanto o Brasil quanto a Guiné-Bissau sofrem ações constantes do crime organizado transnacional, que engloba várias modalidades de delitos ameaçadores da segurança coletiva, como os já citados tráficos de narcóticos, de armas e de pessoas (WERNER, 2009). Outrossim, a agenda securitária internacional das chamadas novas ameaças inclui, entre outros, o combate aos já referenciados tráficos, bem como os ligados ao meio ambiente (PEREIRA, 2020). Por oportuno, na Figura 4 observa-se que o Brasil e a Guiné-Bissau são áreas de passagem do mencionado entorpecente, tendo o primeiro maior intensidade de ocorrências, diante de um protagonismo negativo da América do Sul, que possui Estados de origem das drogas, que são Colômbia, Peru e Bolívia, destacados em cor distinta dos demais.

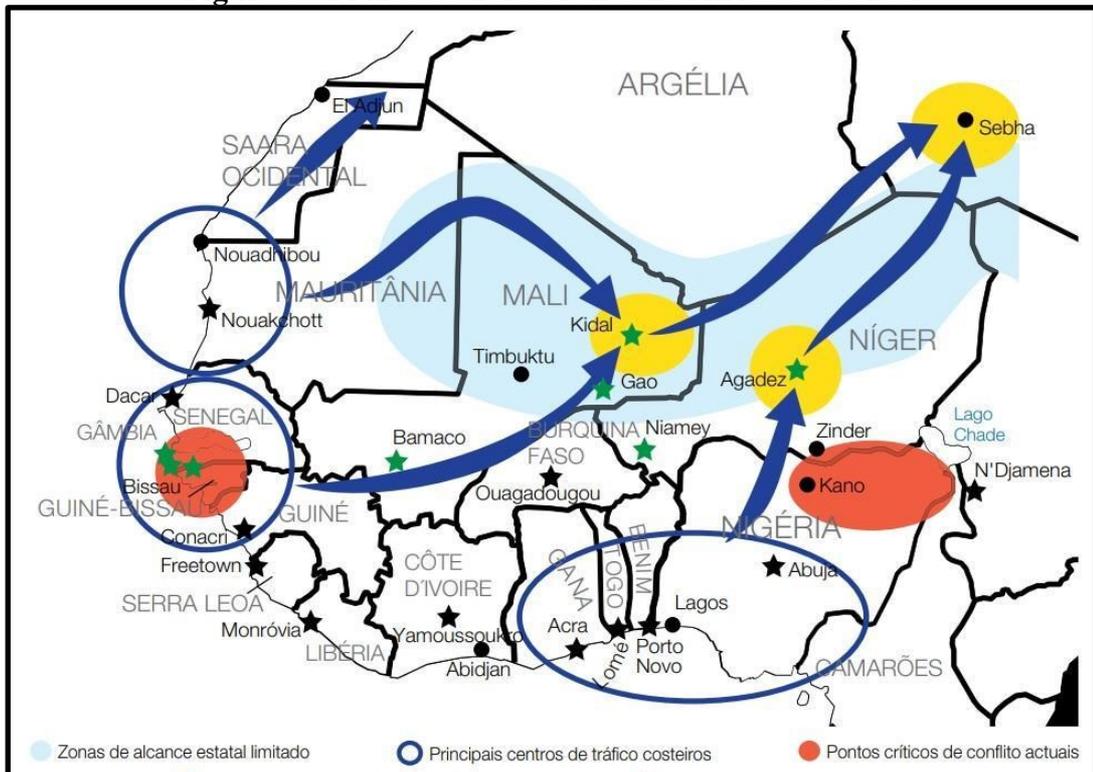
Salienta-se que, nos últimos anos, 25% da produção mundial de cocaína passou por esses países, com os seus destinos finais no continente europeu, o que preocupa as autoridades brasileiras e integra a agenda de Defesa e Segurança nacional no Atlântico Sul, fomentando a cooperação com os Estados africanos banhados pelo Oceano Atlântico (PIMENTEL, 2018). Destaca-se que o envolvimento guineense no comércio de drogas é notório, sendo esse país um entreposto da cocaína traficada a partir da América do Sul, cuja circulação na África Ocidental pode ser constatada na Figura 5 (SHAW; REITANO, 2014). Percebe-se que todas as rotas possuem sentido geral para o Nordeste, de onde muito possivelmente prosseguem para a Europa.

Figura 4 - Origens e passagens do tráfico de cocaína



Fonte: UNODC (2022c)

Figura 5 - Fluxos do narcotráfico na África Ocidental



Fonte: Shaw e Reitano (2014, p. 3)

O Centro Africano de Estudos Estratégicos (CAEE) também apontou a situação da Guiné-Bissau, relatando como as organizações do tráfico de drogas da América do Sul se estabeleceram naquele país, com destaque para a sua disseminação, na medida em que os criminosos buscam novos caminhos para os entorpecentes destinados ao continente europeu (NARCOTRAFICANTES, 2013). Essas vias de transportes de ilícitos pela África Ocidental ganharam maior significância a partir de meados de 2000, por estarem estrategicamente situadas entre a América do Sul, origem, e a Europa, destino, facilitando as distribuições dos produtos do tráfico pelos aeroportos, portos marítimos e por vários trajetos costeiros (NAU, 2021).

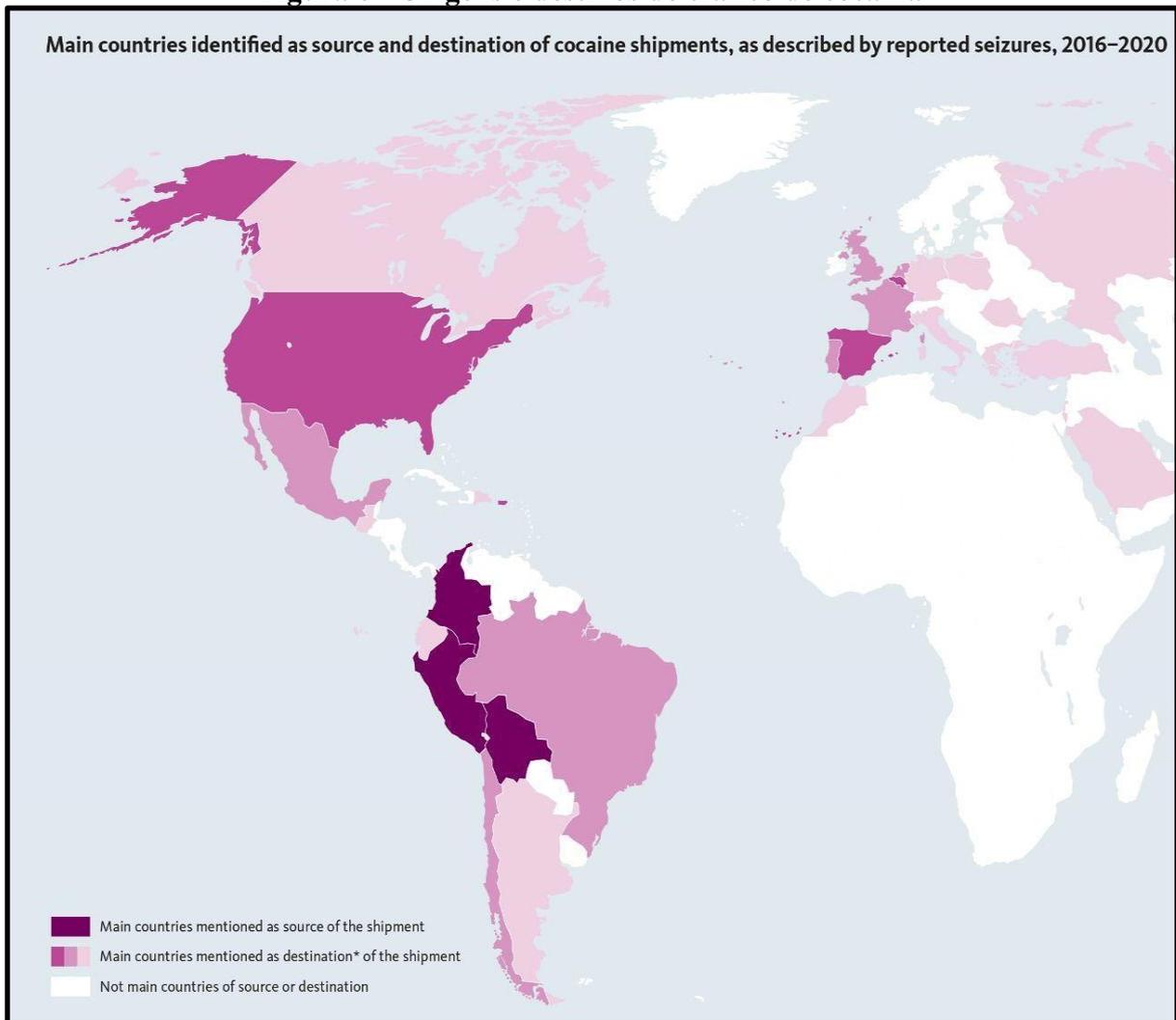
Em 2009, o Secretário-Geral e o Conselho de Segurança da ONU apelaram para o aumento da cooperação da comunidade internacional na África Ocidental, em razão do recrudescimento do comércio de cocaína naquele período e dos seus reflexos sobre os Estados, como na Guiné-Bissau, em que parte dos mais altos estamentos do governo estavam sendo corrompidos, com o recebimento de propina em troca da facilitação dos acessos das drogas ao território (UNODC, 2011b; GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019). Em relação ao consumo das drogas, quando transportadas até a Europa, presumivelmente tendo passado pela África Ocidental, estima-se que, apenas em 2020, aproximadamente 1 milhão de cidadãos europeus adultos fizeram uso de heroína, 3,5 milhões de pessoas utilizaram a cocaína e mais de 22 milhões usaram a *cannabis* (UE, 2021). Com efeito, no início da terceira década do século XXI, expressivos volumes de drogas foram apreendidos no território guineense pela PJ, com apoio externo, que muito possivelmente teriam como destino a Europa (INTERPOL, 2022).

No continente referenciado, a Holanda possui destaque negativo diante do narcotráfico. Esse país conta com uma extensa malha de estradas e ferrovias, o que facilita a circulação dos entorpecentes, além da sua proximidade com vários mercados lucrativos, tornando o seu território propício ao fluxo global de drogas ilegais, originadas na América do Sul e impulsionadas a partir da África (HOLLIGAN, 2019). Em outro exemplo, o ano de 2017 foi marcado pela apreensão de 142 toneladas de cocaína na UE, Noruega e Turquia, sendo que a Bélgica e a Espanha detiveram 60% desse montante e Portugal ficou com quase 3 toneladas do entorpecente em questão (FERRO, 2019).

Segundo o relatório do CAEE, em 2012, entraram pela Guiné-Bissau aproximadamente 25 toneladas de cocaína provenientes da América do Sul (NARCOTRAFICANTES, 2013). Cabe salientar que em um dos prováveis destinos desse entorpecente, como o território europeu da Holanda, há uma circulação contínua clandestina

de elevadas quantias, decorrentes do comércio das drogas, uma vez que, somente em 2017, cerca de €23 bilhões foram movimentados (HOLLIGAN, 2019). Posteriormente, em 2019, um recorde de 213 toneladas de drogas apreendidas apontou um aumento da oferta na UE, seja por meio da corrupção das autoridades portuárias ou da variação das vias e métodos para o contrabando (UE, 2021). Nessas adaptações evasivas, em 2020, 16 toneladas de cocaína foram acondicionadas em 1.700 latas, alocadas em cinco contêineres, de origem paraguaia, sendo apreendidas na alfândega de Hamburgo, no norte da Alemanha, além de outras sete toneladas encontradas na Antuérpia, no norte da Bélgica (POLICE, 2021). Na Figura 6, nota-se que a Guiné-Bissau não está entre as origens ou destinos da cocaína, ratificando a sua condição de ponto de passagem, o que a difere nesse aspecto da maioria dos países da América e da Europa:

Figura 6 - Origens e destinos do tráfico de cocaína



Fonte: UNODC (2022d, n.p)

Voltando a atenção ao Oeste do Oceano Atlântico, próximo das fronteiras, os guerrilheiros sul-americanos, principalmente colombianos, no decorrer dos anos 2000, forneceram proteção ao tráfico para a produção de narcóticos, que seguiram sendo exportados mundialmente por meio de itinerários que envolveram variadas nações, ampliando cada vez mais as redes do crime organizado internacional (CASTILLO, 2008). Com o passar dos anos, o aperfeiçoamento dos métodos empregados pelos criminosos evoluiu os modos de transporte das drogas que, no presente, são diversificados, sendo a maior parcela decorrente da ingestão feita pelo próprio indivíduo transportador e, em menor representatividade, a partir dos fundos das malas carregadas (NAU, 2021).

No espaço do continente americano, o tráfico repercute uma imagem negativa disseminada em âmbito mundial, sendo uma ameaça para os civis, demandando um forte movimento antidrogas em seus Estados (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA, 2022). Percebe-se que a América do Sul está afastada dos conflitos internacionais capitais, como as guerras ou tensões militares com grandes potências, desde o início dos anos 1980, mas permanece ao alcance dos interesses dos financiadores dos ilícitos transnacionais, contaminada pelo crescimento das atividades do crime organizado, especialmente atinentes ao narcotráfico (CASTILLO, 2008). Tal qual o Estado brasileiro, na Guiné-Bissau a situação também parece agravada pelo motivo dos traficantes contarem com redes de apoio informais, por meio das conexões com pessoas influentes cooptadas e autoridades corrompidas, atraídas pelos significativos lucros decorrentes do fluxo comercial dos narcóticos (PEREIRA, 2020).

Ainda, os *modus operandi* advêm do uso de navios de pesca e, de maneira mais inusitada, da fabricação de submersíveis para o tráfico transoceânico, o que já é utilizado há vários anos, como reflexo de o transporte com aeronaves ser muito arriscado sobre o Oceano Atlântico e bastante dispendioso financeiramente. Como exemplo de uma prática incorporada na Colômbia, ainda nos anos 1990, em 2022, o primeiro narcosubmarino de fabricação artesanal, a partir de fibra de vidro, foi apreendido na Europa, tendo partido da Amazônia brasileira com mais de 3 toneladas de cocaína, com valor estimado de R\$ 760 milhões (A INCRÍVEL, 2022).

Ao longo do segundo decênio do século XXI, foi constatado que os maiores volumes de cocaína apreendidos na Guiné-Bissau circulavam através de uma rota que iniciava no Brasil. Ressalta-se o caminho através do estado de São Paulo com destino a Bissau e, em prosseguimento, até Casablanca ou Lisboa, além de outros trajetos existentes (NAU, 2021). Não só por esse motivo, no continente americano os entorpecentes integram uma das pautas da agenda de segurança regional das principais autoridades, que consideram graves todas as

formas atuais das articulações internacionais para os crimes, pois os "chefes" das drogas da América do Sul, além de enviarem os seus produtos para a África Ocidental, também aliciam jovens da região para comporem as suas forças de trabalho longe da América (HOLLIGAN, 2019).

Além disso, um corredor de transporte mal monitorado liga o Brasil e a Venezuela com a Guiné-Bissau, com consideráveis fluxos de saída de cocaína para a Europa (NARCOTRAFICANTES, 2013). Ressalta-se que na Colômbia existe uma base estadunidense que, dentre as suas múltiplas finalidades no subcontinente da América do Sul, também contribui para o combate ao narcotráfico, tornando esse país latino um importante aliado dos EUA (CASTILLO, 2008). Nesse espaço regional e no entorno estratégico alongado do Atlântico, a liderança da diplomacia brasileira concorre com os EUA por novos parceiros, alargando as possibilidades do multilateralismo, o que pode representar mais atuações relevantes de cooperações Sul-Sul, notoriamente com os países africanos (CARVALHO, 2016).

Ademais, a Guiné-Bissau conta com expressivas apreensões de drogas em vias marítimas, a partir de operações apoiadas por embarcações militares espanholas e americanas (PIMENTEL, 2018). Nesse país intermediário do percurso mundial das drogas, conforme até aqui demonstrado, um ex-chefe da marinha bissau-guineense foi detido por agentes dos EUA disfarçados de guerrilheiros colombianos, em 2013, pois teria cobrado US\$ 1 milhão por cada tonelada de cocaína que passasse pelo território guineense (TRANSPORTES, 2019). Em que pese essas tendências corruptivas, no transcorrer de 2015, o governo Bissau-guineense destinou cerca de US\$ 20 milhões para as despesas das suas Forças de Segurança, incluindo as verbas para o combate aos tráficos, o que representou um declínio de cerca de US\$ 4 milhões em relação ao ano de 2014, sem contar os prováveis valores desviados para outros fins (PEREIRA, 2020). Desse modo, os reflexos da corrupção podem seguir agravando a criminalidade na Guiné-Bissau.

Complementarmente, nessa nação há evidências de que a corrupção esteja presente entre funcionários públicos, em vários níveis do aparato estatal, com conexões junto ao crime organizado transnacional, especialmente concernentes aos lucrativos mercados da cocaína (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019). Diante do abalo gerado pelas suas convulsões políticas internas, o tráfico de drogas guineense possui as condições adequadas para prosperar, com algumas lideranças corruptas e um sistema de justiça em alguma medida débil (NARCOTRAFICANTES, 2013). Dessa maneira, ainda há o possível envolvimento do empresariado, além dos políticos e dos militares de alto escalão, apoiados por recursos que

permitem aos narcotraficantes do exterior, inclusive, utilizar até as instalações militares do país, em ilhas desabitadas do Arquipélago dos Bijagós (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019).

Em razão de uma ausência de governabilidade eficaz na Guiné-Bissau, com crises políticas e militares, os diferentes Chefes de Estado não conseguiram elaborar uma estratégia para apontar as prioridades nacionais no domínio da Defesa, tampouco programar uma gestão específica contra o tráfico de drogas e os seus agentes externos promotores (PEREIRA, 2020). As presenças de atores estrangeiros, como dos países vizinhos ou mesmo latino-americanos, vinculados ao narcotráfico, também prevaleceram no cenário criminal dessa nação (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019). Como paliativo, na Guiné-Bissau, o plano de governo 2014–2018 assinalou o combate a esse tráfico e ao crime organizado entre as prioridades da política externa nacional, visando uma coordenação de esforços com outros países, ainda que sem propósitos bem ajustados com os seus vizinhos mais próximos do Golfo da Guiné (GUINÉ-BISSAU, 2014). No mesmo sentido, em 2016, ocorreu a destruição de uma grande apreensão de drogas feita por forças policiais (GUINÉ-BISSAU, 2016b).

Para conter as ações dos diversos grupos de traficantes, por meio dos órgãos de fiscalização domésticos, foram identificadas as pistas clandestinas para o pouso de aviões no território da Guiné-Bissau, como uma mantida pelas próprias Forças Armadas, que também são suspeitas de acobertarem o narcotráfico no país (PEREIRA, 2020). Além disso, grande parte das apreensões de entorpecentes ocorrem no interior da sua capital, Bissau, principalmente na região do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, e o restante nas fronteiras do país (NAU, 2021). Ainda, há discrepâncias consideráveis entre a quantidade de drogas, supostamente apreendidas pelo governo, e o volume estimado existente no país, uma vez que há possibilidade de 30 toneladas de cocaína circularem, anualmente, pela Guiné-Bissau, evidenciando ser pouco representativa qualquer tentativa de calcular as reais grandezas transportadas, provenientes das negociações transnacionais ilícitas (TRANSPORTES, 2019).

Para deter as organizações criminosas, a PJ bissau-guineense possui amplas responsabilidades, uma vez que os traficantes tendem a aproveitar o posicionamento geoestratégico do país, além de explorar as suas fraquezas no controle do território, especialmente das ilhas atlânticas (GUINÉ-BISSAU, 2016b). Simultaneamente, ao longo da fronteira com o Senegal, a *cannabis* é bastante traficada para os mercados europeus, sendo plantada, concentrada e preparada para a venda ao exterior, bem como para atender, fundamentalmente, o público jovem guineense (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX,

2019). Portanto, é válido considerar, parcialmente, que o narcotráfico em alguma medida pode impactar nas interações do Brasil com a Guiné-Bissau, além de incrementar a fragilidade estatal desse país africano, demandando efetivas ações cooperativas brasileiras, tal qual se faz necessário com os outros tipos de tráficos que serão a seguir apresentados.

3.2 OUTROS TRÁFICOS

Primeiramente, outros tráficos podem impactar na rota em análise, como os de armas e pessoas, além dos relacionados ao meio ambiente, pois seguem gerando tensões em muitas partes do globo terrestre. É essencial saber que, atualmente, a pobreza e a vulnerabilidade interna dos Estados estimulam o tráfico humano em toda a África Ocidental, o que aflige a Guiné-Bissau, podendo também ser caracterizado como uma espécie de escravidão moderna, inclusive com situações que envolvem a prostituição infantil, a partir de recrutamentos que estimulam a ambição dos menores, sob a ilusão de serem modelos ou jogadores de futebol, como no considerável número de crianças talibãs que vivem nas ruas do Senegal (PEREIRA, 2020).

Um dado preocupante é que aproximadamente um terço dos menores que vivem nas ruas do referenciado país vizinho também são guineenses, contrastando com as ocorrências de exploração sexual em áreas turísticas, como nas pousadas, que são atrativas para a interceptação das crianças que sobrevivem por meio da mendicidade (MENDICIDADE, 2016). Na Guiné-Bissau, ocorreu o aumento dos casos de pedofilia e abusos contra crianças a partir de 2008 (SHAW; REITANO, 2014). Nessas situações, as meninas são sujeitas ao tráfico sexual e, ainda, podem ser coagidas a atuar como vendedoras ambulantes, o que evidencia essa nação como uma das origens da exploração laboral envolvendo menores de idade, que são forçados a mendigar, além de trabalhar nas minas e no setor agrícola das nações lindeiras, como em Kolda, no Senegal, que consta na Figura 7 (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019).

Quando os traficantes são abordados nos postos policiais de fronteira, costumam apresentar as vítimas como os seus próprios filhos, sem documentos de identificação, dificultando os testes das veracidades das declarações pelas autoridades (KANE, 2019). Em uma das formas de escravidão contemporânea, em 2018, 300 imigrantes foram traficados da África para a França, com o uso de documentações falsas, para atuarem forçadamente como mendigos, sendo deixados nas calçadas para pedir dinheiro, do período da manhã até a noite, sofrendo maus tratos caso não obtivessem a quantia mínima esperada pelos exploradores

(REDE, 2018). Em outro exemplo, na década anterior, em 2006, mais de 200 menores, entre 12 e 16 anos, na região da fronteira, estavam sendo levados para um país vizinho, em decorrência do tráfico humano, sendo resgatados pelas autoridades policiais guineenses em patrulhamento (PEREIRA, 2020).

Figura 7 - Centros de tráfico de crianças na Guiné-Bissau e no Senegal



Fonte: Kane (2019, n.p)

A exploração infantil é a maneira mais recorrente de tráfico de seres humanos no país, com situações de migração clandestina ao largo da costa oceânica, impulsionando grande número de jovens a fugir para outras regiões em busca de melhores expectativas para as suas vidas (UNODC, 2017). Em resposta aos crimes em análise, ainda nos anos 2000, a Guiné-Bissau ratificou a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e os seus protocolos para prevenir, reprimir e punir o tráfico de seres humanos, principalmente em relação às mulheres e crianças (KANE, 2019). Apesar disso, nas áreas dos interiores, os trabalhos dos contrabandistas de seres humanos são recorrentes, iniciando com a seleção, passando pelo aliciamento e possibilitando, entre outras tarefas, as funções de guias, como ocorre em Oio, Bafatá e Gabú, regiões administrativas do país, a fim de conduzir os traficados para além das fronteiras nacionais, seja pelas rotas do norte, para a Líbia, ou por meio do deserto, via Mediterrâneo Central (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019). Em

2020, uma francesa tentou deslocar uma criança guineense sob o pretexto de adoção, o que reforçou um conjunto de denúncias de tráfico feitas nos últimos anos (TRÁFICO, 2020).

Paralelamente, supostos professores religiosos se aproveitam da ignorância das famílias vulneráveis da Guiné-Bissau e oferecem instrução aos seus filhos no Senegal, o que ratifica o tráfico de seres humanos entre ambos os países (KANE; WANE, 2021). Esse mercado é importante fonte de recrutamento de jovens, com organizações criminosas que exploram o tráfico de pessoas em situações de vulnerabilidade (FERRO, 2019). Já no Oeste, em parte dos casos, alguns franceses donos de hospedarias na Guiné-Bissau são agentes importantes que, notadamente, no Arquipélago dos Bijagós empregam intermediários da região para indicar e cooptar as propensas vítimas, uma vez que dentre as cerca de 80 ilhas, em torno de 20 são desertas e sem fiscalização, motivando maior insegurança, o que pode estimular as ocorrências desse e de outros tipos ilícitos, como o tráfico de armas (NAU, 2021; PEREIRA, 2020).

Alusivo ao supracitado distinto tráfico, o relatório de 2020 do UNODC pesquisou 81 países, que totalizaram 550 mil armas de fogo apreendidas, em parte da década de 2010, com a estatística de quase quatro armas curtas, como pistolas ou revólveres, em cada 10 confiscadas (MUNDO, 2020). Na Guiné-Bissau, a maioria dos armamentos foi adquirido por meio do apoio externo, como os recebidos no período da Guerra Fria e no final dos anos 1990, quando ocorreu uma guerra civil, que teve como impacto o aumento das negociações de armas curtas para as ações de indivíduos envolvidos com gangues e disputas políticas pelo poder, o que afetou intensamente a gestão da segurança pública do país (PEREIRA, 2020).

Em 2011, a imprensa cabo-verdiana apontou que na Guiné-Bissau circulavam armas, como fuzis do tipo AKM e pistolas Makarov, supostamente sem controle, revelando indícios de tráfico (PANAPRESS, 2011). Para o combate ao tráfico de armas, em 2021, a polícia guineense recebeu uma capacitação da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), que é uma organização intergovernamental de cooperação policial, envolvendo 194 países em trabalho conjunto para apoios técnicos e operacionais, que possui a meta de lutar contra a criminalidade organizada transnacional (POLÍCIAS, 2021; WERNER, 2009). Dessa maneira, quase trinta dos integrantes da polícia da Guiné-Bissau concluíram um curso que visou o aprimoramento nas áreas vinculadas à investigação desses crimes e de outros relacionados (MUNDO ATUAL, 2021).

Ainda na África, Angola, situada ao Sudeste da Guiné-Bissau, está na frente em número de apreensões de armas leves (MUNDO, 2020). Ao Noroeste guineense, no arquipélago de Cabo Verde, há indícios da entrada dissimulada de armas provenientes do

tráfico de Bissau, a partir dos principais portos e do aeroporto dessa capital (PANAPRESS, 2011). Uma ligação entre a cultura do consumo de drogas e o porte de pequenas armas contribui para a insegurança e a violência na região, bem como para os variados conflitos (SHAW; REITANO, 2014). Nessa situação, existem níveis contidos de tráfico de armas na Guiné-Bissau, agrupados sobretudo na capital e na faixa de fronteira, decorrentes da ligação regional de décadas com grupos do Golfo da Guiné, oriundos das intensificações dos conflitos na própria África Ocidental, o que encontra semelhanças em guerrilhas de outras partes do globo (GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX, 2019).

Um exemplo, é o outro espaço geográfico alongado da área delimitada para essa pesquisa, a América do Sul, em que a ONU aponta expressiva quantidade de armas encontradas na Colômbia, seguida pela Argentina, considerando sobretudo que não há dados consistentes relacionados ao Brasil, segundo o mesmo levantamento da entidade (MUNDO, 2020). Tal qual no próprio território brasileiro, em que há destaque negativo em razão do desflorestamento, como no espaço amazônico ou no bioma do pantanal, a Guiné-Bissau sofre ações dos traficantes de madeiras (BRITO, 2017). Tal fato prejudica os seus ecossistemas, bem como fortalece as ambições de determinadas elites estatais.

Essa problemática iniciou envolvendo a cultura da castanha de caju, cujo desmatamento foi requerido para o aumento das suas plantações, fato que potencializou os abates, a exploração e a comercialização das madeiras guineenses (HENRIQUES, 2017). Tais abusos florestais ocorrem sobretudo no norte do país, que está em processo de desertificação, em decorrência das buscas dos empresários, alguns dos quais chineses, pelo pau de sangue, que é uma madeira de grande valor comercial, de acordo com as ONG de defesa ambiental guineenses (ISSUFO, 2013). Outra madeira bastante valorizada pelos importadores dessa potência asiática é o pau rosa, encontrado em abundância no território guineense, que leva entre quatro e cinco décadas para completar a sua formação (SHRYOCK, 2021).

É importante frisar que mais da metade da madeira traficada no mundo é destinada para a China, que no início da segunda década do século XXI importava entre 40 e 45 milhões de metros cúbicos anualmente, a fim de atender as suas produções para exportações e demandas internas, que requerem mais de 400 milhões de metros cúbicos de madeira por ano (LAURANCE, 2011). Essa flora abatida pode dar acesso a combustíveis, alimentos e remédios, por meio dos seus recursos naturais próprios ou transformados pelas indústrias (THOMPSON, 2014). Em que pese a China deter elevada parcela da população terrestre, não há qualquer forma de exclusividade para a apropriação da flora, pois um dado expressivo para a comunidade internacional é que mais de um quarto dos habitantes do mundo depende das

florestas para sobreviver, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (GRAYLEY, 2012).

A preocupação do PNUMA confronta o crescimento do poder econômico de várias elites, pois a intensificação do corte abusivo das madeiras permite o enriquecimento rápido, fato que iniciou no território guineense pelos militares quando ainda estavam no poder, refletindo sobre as ações dos políticos da atualidade, que buscam parcerias vantajosas (PESSÔA, 2014). Nesse domínio, a China procura negociações que possibilitem o lucro com o corte ilegal e abusivo das florestas. Apenas em exportações diretas para a Guiné-Bissau, os chineses investiram o correspondente ao valor da construção do parlamento do país, situado no palácio da Assembleia Nacional Popular, denominado Palácio Colinas de Boé, cuja edificação foi projetada e erguida com o emprego de equipamentos degradados e o uso de mão-de-obra chineses (BRITO, 2017).

Nessa interação do Sul global, o Fórum de Cooperação China-África possibilita significativas colaborações à Guiné-Bissau, como nos setores de educação, agricultura e saúde, além de aportes de recursos financeiros para projetos de infraestruturas, a exemplo da construção de rodovias ou do parlamento do país (INFANDE, 2021). Nesse diapasão, o PNUMA aborda que a corrupção, a violência e os assassinatos atinentes à extração ilegal da madeira podem afetar a estabilidade e a segurança de um determinado país (GRAYLEY, 2012). No caso guineense, outra parte do parlamento debate tais questões e implementa medidas paliativas.

Nesse ínterim, em 2015, grupos políticos impulsionaram o governo da Guiné-Bissau a decretar uma moratória, a fim de que fossem banidos os cortes de árvores nas florestas do país, por um período de cinco anos, buscando o apoio da população para que fossem denunciados eventuais infratores (GUINÉ-BISSAU, 2016a). Isso foi em grande medida motivado pela exportação de mais de 91 mil metros cúbicos de madeiras para a China, como o pau rosa e o pau de sangue, no contexto da ambição de grupos em busca de financiamentos para as campanhas eleitorais (HENRIQUES, 2017). Com isso, as fragilidades institucionais guineenses são ainda mais potencializadas.

Em razão da mencionada moratória e para fortalecer a fiscalização nacional, denúncias populares informaram que cidadãos estrangeiros atuavam clandestinamente nas matas guineenses, em busca de explorarem madeiras ilegalmente, como da espécie pau de sangue, que é a mais visada (SANTOS, 2021). Vale salientar que essa espécie de árvore é de grande porte, podendo chegar até 30 metros de altura, sendo mais rentável diante dos troncos comuns (PESSÔA, 2014). Consequentemente, observa-se que uma árvore de pau de sangue pode ser

repartida em três ou mais menores partes durante a sua preparação para embarque em um contêiner, sendo que mesmo assim terá maior porte quando comparada com as demais espécies existentes na flora guineense.

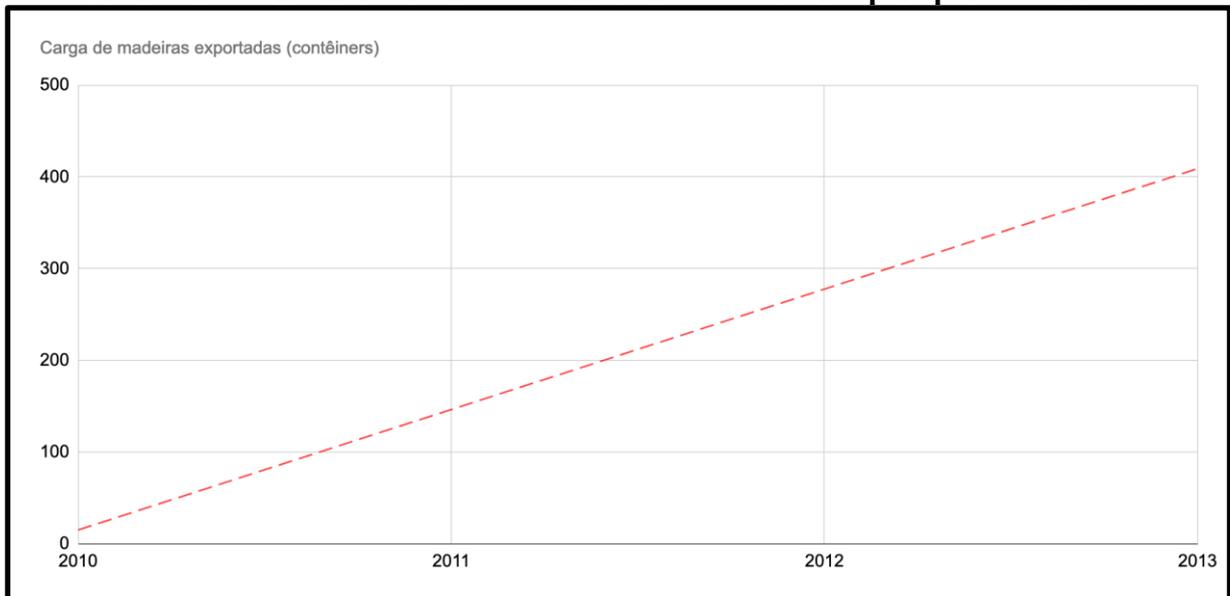
Ademais, uma das técnicas de transporte ilegal é organizar as cargas referenciadas misturando as madeiras nobres, cuja diferenciação não decorre só do seu porte, mas também pela sua qualidade, sendo que o corte é proibido, com madeiras comuns licenciadas para o comércio, diante da ineficaz fiscalização estatal (SHRYOCK, 2021). Nesse sentido, o desmatamento ilegal gera a destruição dos ecossistemas da Guiné-Bissau, o que impactará nas vidas das próximas gerações, bem como no habitat da fauna, no potencial agrícola nacional e na proteção natural das comunidades contra as cheias dos rios, que ocorrem nos períodos chuvosos (THOMPSON, 2014). Dessa maneira, as grandes extensões de florestas derrubadas revoltam a população, diante de uma forte suposição de que a China é o principal destino da madeira extraída (ISSUFO, 2013).

Ressalta-se que nos países não engajados na exploração petrolífera, como a Guiné-Bissau, a estratégia chinesa segue em apoiar a construção de infraestruturas, como o Parlamento, já citado, e uma estrada que liga um setor comercial ao aeroporto da capital, a fim de obter facilidades em relação às madeiras e outros recursos, como os referentes à pesca (INFANDE, 2021). Na primeira década dos anos 2000, os chineses importaram entre 16 e 24 milhões de metros cúbicos de madeira ilegal a cada ano, números que representam o dobro da quantidade legal demandada pelos principais países industrializados (LAURANCE, 2011). Na Guiné-Bissau, desconfianças populares são fortalecidas a partir das ações dos políticos do país, pois as supracitadas facilidades comerciais continuam causando graves consequências para o meio ambiente, segundo assinalado pelos defensores do meio ambiente (SOARES, 2020). Desse modo, no Gráfico 1 consta o significativo aumento do número de contêineres retirados pelo porto de Bissau no início da segunda década do século XXI.

Contra isso, no Norte da Guiné-Bissau existe uma confederação camponesa na gestão comunitária das florestas, em razão da ameaça dos chineses circularem nas matas com licenças ambientais emitidas pelo governo, que em alguma medida pode ser corrupto nessas concessões (BRITO, 2017). Entretanto, estima-se, que os cidadãos guineenses sejam aliciados pelos chineses, em busca de sustento para a sua família, em razão de cada um fazer o possível para sobreviver diante das carências do Estado, sendo essa mais uma opção de negócio irregular, que movimentou cerca de € 7 milhões em 2013 (PESSÔA, 2014). Tais dados não são precisos, pois desde os anos 2000 as extrações ingressaram gradativamente na

clandestinidade até a moratória de 2015 (HENRIQUES, 2017). Na Tabela 10 constam os valores presumidos dessa atividade comercial ilícita, que afeta sobremaneira a flora do país.

Gráfico 1 - Contêineres retirados com troncos de árvores pelo porto de Bissau



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Pessôa (2014)

Tabela 10 - Dados das vendas das madeiras na Guiné-Bissau em 2013

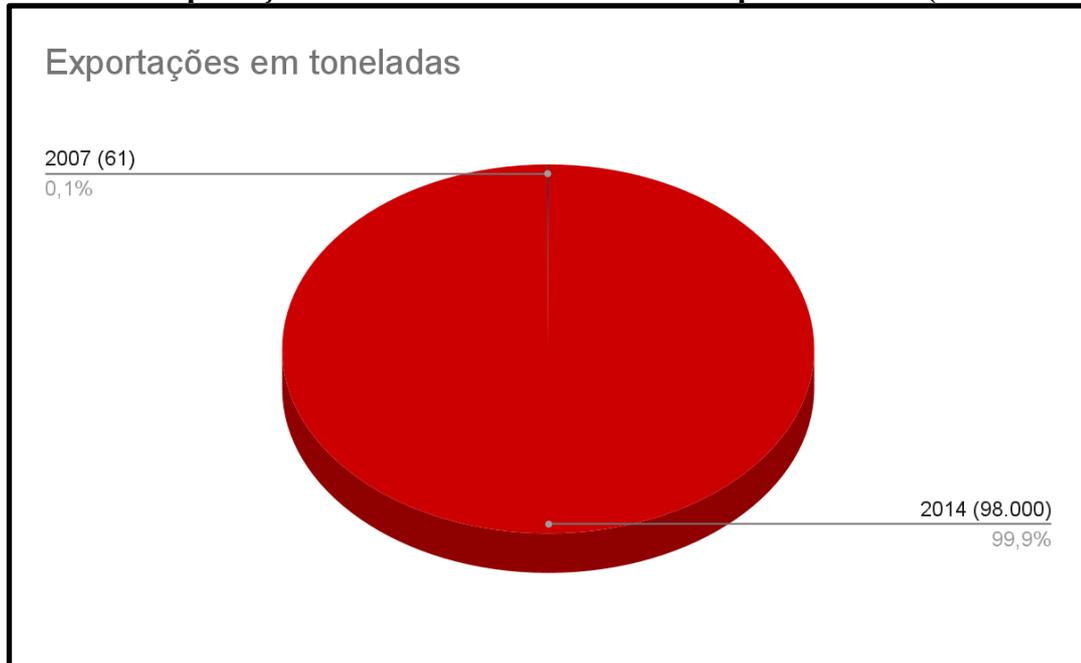
Quantidade	Valor
01 tronco de madeira comum	até € 3,00
01 contêiner cheio de troncos de madeiras comuns	€ 5.700,00
01 contêiner cheio de troncos comuns levado até o porto de Bissau	até € 11.400,00
01 contêiner cheio de troncos de pau de sangue na alfândega chinesa	€ 17.700,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Pessôa (2014)

Para tornar a fiscalização eficaz, um caso marcante é o desafio de capacitar a PJ ao nível dos Estados da sub-região, com os apoios de países e organizações parceiros, favorecendo uma maior presença no terreno de células aeroportuárias anti-tráfico. Isso demanda o estabelecimento urgente de cooperações bilaterais, bem como com as respectivas agências policiais, que devem trocar informações e experiências sobre a aplicação da lei nas fronteiras, treinando adequadamente a identificação dos indícios dos tráficos (KANE, 2019). Paralelamente ao melhoramento da atuação da PJ guineense, importa citar que, em 2012, o PNUMA e a Interpol lançaram uma iniciativa conjunta para combater mundialmente a

extração ilegal de madeira, o que almejou conter dados significativos como os do Gráfico 2 (GRAYLEY, 2012).

Gráfico 2 - Exportações de madeiras da Guiné-Bissau para a China (2007 - 2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Shryock (2021)

Além de todo o prejuízo ambiental e ilegalidade comercial apontados, na Guiné-Bissau ainda há o aspecto cultural para ser considerado. Por exemplo, nas matas de Djendo, cuja aldeia serviu de abrigo e proteção nos 11 anos de luta pela independência contra Portugal, grande parte da comunidade acredita que há espíritos dos heróis do supracitado período entre as árvores, que não devem ser perturbados na atualidade (SHRYOCK, 2021). Infere-se que esse tráfico, juntamente com o de seres humanos e o de armas, podem ter consequências para a parceria da Guiné-Bissau com o Brasil, talvez não como as requeridas pelo narcotráfico e expostas da subseção anterior, em razão da expressiva evolução dos seus métodos e meios indicados nessa dissertação.

Percebe-se que existem vulnerabilidades históricas geradas pela fragilidade da formação do Estado bissau-guineense. As várias ocorrências do crime organizado transnacional recebem atenção da comunidade internacional, em razão de que agravaram sobremaneira as crises institucionais do país. Tal fato destaca negativamente as gestões do governo da Guiné-Bissau nos mais diferentes índices de criminalidade. Cabe frisar que o Brasil, não é só aliado na CPLP, mas também participe das rotas que envolvem os fluxos dos entorpecentes que partem da América do Sul com destino ao continente africano ou europeu.

Em consequência, tais territórios são as zonas intermediárias e de destino das drogas traficadas a partir dos entornos fronteiriços aproximados do Brasil. Diante do exposto, tal qual o acionamento de uma bomba nuclear que pode ter efeitos danosos e duradouros, a depender do local da explosão, a ilustração da Figura 8 aponta uma série de ocorrências negativas, além dos tráficos em questão, fruto da percepção do que foi observado e analisado neste capítulo e no anterior, cuja reação em cadeia agrava a crise institucional histórica desse país.

Figura 8 - Impulsionadores das instabilidades nacionais guineenses no século XXI



Fonte: Elaborado pelo autor¹², por meio da plataforma Wordart.com, com dados de Nau (2021), Pereira (2020), Sané (2019), Zeni (2018), Carvalho (2016), Rodrigues (2016) e Guiné-Bissau (2014)

Os fatos negativos constantes da Figura 8, discorridos nessa pesquisa, ratificam diversas situações que conduzem ao crescimento da instabilidade institucional da Guiné-Bissau. Vale lembrar que a situação desse país, diante da comunidade internacional, é um caso complexo e que revela restrições quando o tema é a cooperação com outras nações na esfera da segurança. A fixação das redes criminais nas estruturas estatais bissau-guineenses, especialmente em relação ao narcotráfico, corrompeu instituições como a própria marinha do

¹² Na Figura 7 constam termos em distintos tamanhos, que foram determinados segundo as maiores ou menores ocorrências durante os levantamentos que embasaram a elaboração dessa pesquisa.

país, que esteve envolvida na facilitação das articulações das redes do tráfico internacional (PIMENTEL, 2018). No mesmo sentido, a participação de parcela dos militares no narcotráfico da Guiné-Bissau não deixa dúvidas à sociedade civil nacional, desacreditando o papel das suas instituições de Defesa (SANTOS, 2014). Dessa maneira, é revigorada a imagem negativa desse país africano no cenário mundial, requisitando um incremento em suas colaborações externas.

Na Guiné-Bissau os crimes internacionais, por vezes, ocorrem de maneira simultânea e combinada, tal qual no Brasil, como na prática do tráfico de armas para suprir a segurança nas atividades dos narcotraficantes. Além disso, há constante aumento do poder dos grupos criminosos, que fazem do tráfico de drogas a sua principal atividade geradora de renda, associando simultaneamente os tráficos humano e de armas (FERRO, 2019). Por oportuno, essas movimentações são corriqueiramente encontradas nas diferentes mídias informacionais, que apontam o território europeu como suposto destino para os tráficos nominados, implicando também em cooperações no domínio da Defesa, em razão da segurança transfronteiriça.

Na perspectiva da distribuição do tráfico dos entorpecentes, retornando ao outro extremo longitudinal do Atlântico, mais precisamente na área sul-americana, é importante lembrar que em razoável medida a Argentina, o Brasil e o Paraguai são nações de trânsito das drogas oriundas da Bolívia, da Colômbia, do Paraguai e do Peru, cujo destino visa atender ao mercado consumidor europeu, passando pelo território africano (CASTILLO, 2008). Entretanto, talvez como forma de compensar a participação no problema em questão, o Brasil, por meio dos projetos de cooperação, viabiliza o desenvolvimento das capacitações dos agentes dos países parceiros. Dessa forma, pertinente aos caminhos a serem tomados nos assuntos de segurança doméstica, tais colaborações serão pontuadas no decorrer da seção posterior, como no caso da construção de uma academia de polícia na Guiné-Bissau, impulsionando esse Estado para uma maior autodeterminação (UNODC, 2009).

Em resumo, o segundo capítulo abordou o narcotráfico, os tráficos de pessoas, de armas e de madeiras. A África Ocidental, área em que a Guiné-Bissau está situada, é uma região do continente que continua vulnerável aos retrocessos políticos, com ciclos viciosos de violências, desigualdades, governanças enfraquecidas, privações de direitos dos cidadãos, além de policiais carentes de melhor preparo para as suas funções. Assim sendo, foram salientadas as atividades corruptas dos gestores, políticos civis ou militares, que não demonstram compromisso com a transformação da Guiné-Bissau, que também necessita reforçar a sua PJ e a sua polícia criminal.

O maior problema da África Ocidental ainda é o tráfico de drogas, em razão de movimentar altos valores, como quase US\$ 2 bilhões anuais no término dos anos 2000. No começo dos anos 2020, em uma embarcação via Oceano Atlântico, cerca de cinco toneladas de cocaína foram apreendidas nas proximidades da África Ocidental. No mesmo período, o primeiro narcosubmarino de fabricação artesanal, a partir de fibra de vidro, também foi capturado em uma arriscada travessia transoceânica. Vale frisar que a Guiné-Bissau possui uma condição de ponto de passagem, sendo um entreposto da cocaína traficada a partir da América do Sul. Ademais, ela é considerada um país intermediário do percurso mundial das drogas por estar estrategicamente situada no caminho para a Europa, com um sistema de justiça em alguma medida ineficaz, facilitando as distribuições dos produtos do tráfico para o norte da África, diante da corrupção arraigada entre parte dos seus funcionários públicos, políticos e militares de alto escalão.

Quanto aos outros crimes analisados, a exploração infantil é a maneira mais recorrente de tráfico de seres humanos no país. Entre os menores que vivem nas ruas do Senegal, um número expressivo é de crianças talibãs e guineenses, sendo sujeitos à exploração sexual em áreas turísticas, além de sobreviverem como pedintes. Simultaneamente, na Guiné-Bissau há uma ligação entre a cultura do consumo de drogas e do porte de armas leves, o que pode gerar esse terceiro tráfico citado. Além disso, o capítulo destacou as buscas dos empresários chineses pela madeira proveniente da árvore denominada pau de sangue, que é transportada ilegalmente juntamente com as cargas das madeiras comuns e licenciadas para o comércio, caracterizando tal extração como o quarto tipo de tráfico abordado no trabalho, o que causa demasiado prejuízo ambiental para essa nação.

Até esse ponto da pesquisa, o seu desenvolvimento assinalou aspectos da formação da Guiné-Bissau e as ocorrências de crimes transnacionais. Em relação aos tráficos, foram selecionados dados sobre as drogas, como cocaína, além da exploração sexual de menores. Percebe-se que o tráfico marítimo no Atlântico Sul, no qual está parte do entorno estratégico das nações em estudo, ocorre majoritariamente ao longo das costas sul-americana e africana, com o trânsito de entorpecentes pelo litoral e pelas fronteiras. A Guiné-Bissau, que possui o rótulo desdenhoso de narco-Estado desde os anos 2000, está entre os componentes centrais da conexão das supracitadas regiões com os mercados consumidores europeus. Essa classificação vexatória, em razoável medida, tende a ser contida por meio da capacitação dos agentes e do fortalecimento institucional bissau-guineense. Por conseguinte, esse capítulo ratifica que a imagem negativa dessa nação para a comunidade internacional pode ser,

continuamente, revigorada pelos tráficos que por lá circulam, o que requer um incremento das suas colaborações externas.

Por fim, o segundo capítulo desse trabalho colaborou para que fosse atingido, de forma parcial, o objetivo da pesquisa, uma vez que permitiu compreender parte das necessidades de cooperação ao povo guineense, geradas pelas atividades ilícitas transnacionais existentes, principalmente pelas vias marítima e terrestre. Além disso, os impactos das atividades ilegais são potencializados pela fraca capacidade estatal de controle marítimo dos tráficos costeiros transatlânticos. Desse modo, a seguir, serão apresentadas as formas das intensificações das relações guineenses com o Brasil, a fim de, em alguma medida, tentar conter ou amenizar os seus problemas institucionais verificados.

4 AS COOPERAÇÕES DO BRASIL COM A GUINÉ-BISSAU

Esse derradeiro capítulo apresentará as relações oficiais brasileiras, iniciais, formalizadas com os países africanos. Adicionalmente, serão particularizadas as suas ações na CPLP e as relações institucionais estabelecidas por meio da ABC, destacando os governos vigentes em cada período. Essa parte do trabalho estudará as origens dos possíveis impactos das cooperações bilaterais entre o Brasil e a Guiné-Bissau, via ABC, para o seu fortalecimento institucional, fundamentalmente atinente ao combate à criminalidade transnacional, no eixo do Atlântico Sul. É importante recordar que uma das conexões entre as nações em análise advém da atuação dos narcotraficantes. Consequentemente, será identificado a partir de qual período tiveram início as cooperações brasileiras com o governo guineense, bem como será apurado o que foi implementado nesse país, diante das áreas e dos objetivos pretendidos pela ABC, no decorrer das alternâncias dos mandatos dos referidos presidentes brasileiros.

4.1 ATOS OFICIAIS INICIAIS DAS RELAÇÕES BRASILEIRAS COM OS PAÍSES AFRICANOS

Para revelar a origem das interações do Brasil com os Estados africanos foi elaborada a Tabela 11. Nele constam elencados os países do mencionado continente, registrando se há representação brasileira nos seus territórios ou em Estado próximo, de acordo com os dados constantes do sítio eletrônico do MRE. Ainda, foi citada a existência de embaixada ou consulado da respectiva nação africana no Brasil, revelando o aparato burocrático nacional. Complementarmente, os países foram divididos por sub-regiões e ordenados pelos seus índices de globalização geral, tendo como referência o ano de 2019, sendo que os valores mais elevados representam um maior grau de globalização.

O supracitado indicador mede o estabelecimento do sistema de redes e conexões entre os países, a partir de variados fluxos, como de pessoas e bens, que produzem relações complexas de interdependência, integrando economias, culturas, tecnologias e governanças, sendo por essas razões importante e contextualizado com a presente pesquisa (GYGLI et al., 2019). Como referência foram adotadas as informações do *site* The Global Economy (2022), pelo motivo de reunir dados de diversas fontes oficiais, como a ONU, o FMI e o Banco Mundial. Assim, constam as datas dos primeiros atos internacionais oficiais estabelecidos

junto ao governo brasileiro, o que pode ter contribuído em alguma proporção para a elevação do nível de globalização política, econômica ou social de cada nação africana indicada.

Tabela 11 - Primeiros atos internacionais oficiais do Brasil com os Estados africanos

Área	País	IGG	Local da Representação brasileira	Representação no Brasil	Primeiro Ato firmado com o Brasil (total)
Norte	Marrocos	70,47	Rabat	02	1975 (31)
	Egito	68,05	Cairo	03	1930 (24)
	Tunísia	67,80	Túnis	02	1968 (19)
	Argélia	55,57	Argel	01	1976 (24)
	Líbia	55,06	Não (Tunísia)	01	1975 (08)
	Sudão	45,46	Cartum	02	2005 (05)
	Saara Ocidental	-	Não (Marrocos)	-	Território não reconhecido
Oriental	Seicheles	62,74	Não (Tanzânia)	02	2008 (04)
	Djibuti	56,78	Não (Etiópia)	Não (Cuba)	2012 (01)
	Quênia	55,40	Nairobi	01	1973 (21)
	Zimbabué	53,02	Harare	01	1988 (09)
	Uganda	52,88	Não (Quênia)	Não (EUA)	2011 (01)
	Gâmbia	52,57	Não (Senegal)	02	2005 (03)
	Moçambique	51,81	Maputo	01	1975 (103)
	Ruanda	51,68	Não (Quênia)	Não (EUA)	2007 (03)
	Tanzânia	49,90	Dar es Salaam	01	1980 (11)
	Malawi	47,10	Lilongwe	01	2017 (04)
	Etiópia	46,40	Adis Abeba	01	1932 (13)
	Comores	40,55	Não (Tanzânia)	Não	2005 (03)
	Burundi	39,55	Não (Quênia)	Não (EUA)	2003 (06)
	Rep. Centro-Africana	38,32	Não (Congo)	Não (EUA)	2010 (01)
Eritreia	30,88	Não (Egito)	Não	-	
Somália	30,49	Não (Quênia)	Não	-	
Austral	Maurício	72,11	Não (África do Sul)	Não (EUA)	-
	África do Sul	70,20	Pretória	02	1928 (40)
	Namíbia	57,98	Windhoek	01	1991 (22)

Área	País	IGG	Local da Representação brasileira	Representação no Brasil	Primeiro Ato firmado com o Brasil (total)
	Zâmbia	57,60	Lusaca	01	1979 (16)
	Botsuana	55,40	Gaborone	01	1985 (16)
	Madagáscar	48,23	Não (Moçambique)	Não (EUA)	-
	Lesoto	48,04	Não (África do Sul)	Não (EUA)	2010 (01)
	Angola	42,30	Luanda	03	1977 (87)
	Essuatíni (ex-Suazilândia)	-	Não (Moçambique)	Não (EUA)	2008 (01)
	Gabão	52,89	Libreville	03	1972 (18)
	Congo	52,50	Brazzaville	01	1980 (22)
	Camarões	50,41	Iaundê	01	1965 (22)
Central	Guiné Equatorial	45,15	Malabo	01	1975 (10)
	Rep. Democrática do Congo	43,74	Kinshasa	01	1972 (Zaire - 16)
	São Tomé e Príncipe	43,23	São Tomé	Não (EUA)	1932 (53)
	Chade	41,80	Não (Camarões)	Não (EUA)	-
	Senegal	61,63	Dacar	06	1964 (33)
	Gana	61,03	Acra	02	1972 (22)
	Nigéria	55,29	Lagos	01	1972 (39)
	Cabo Verde	55,01	Praia	05	1976 (65)
	Costa do Marfim	53,39	Abidjã	03	1972 (16)
	Burquina Faso	52,04	Uagadugu	01	1975 (16)
	Togo	51,69	Lomé	01	1972 (13)
Ocidental	Mauritânia	51,12	Nouakchott	01	1976 (06)
	Benim	50,53	Cotonou	Não	1972 (22)
	Mali	48,83	Bamako	01	1981 (08)
	Guiné	48,56	Conacri	01	1980 (05)
	Libéria	46,89	Não (Gana)	Não	1965 (11)
	Níger	45,68	Abuja	Não (EUA)	1975 (02)
	Serra Leoa	45,33	Não (Gana)	Não (EUA)	2008 (05)
	Guiné-Bissau	39,68	Bissau	01	1976 (44)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b), Brasil (2022c), Brasil (2022d) e The Global Economy (2022)

De acordo com o Tabela 11, verifica-se que o Brasil passou a formalizar as suas interações oficiais com as nações africanas no final da terceira década do século XX, período em que o presidente era Washington Luís. A África do Sul, seguida pelo Egito e, depois, pela Etiópia, juntamente com São Tomé e Príncipe, foram os países que firmaram os primeiros acordos com o Estado brasileiro. O último possivelmente teve os diálogos e os laços facilitados em razão do idioma oficial também ser o português. Em meados dos anos 1930, bem como nos anos 1940, 1950 e até 1964, não ocorreram iniciativas que fossem formalizadas com qualquer novo país do continente. Desse modo, a partir do decorrer do governo de Getúlio Vargas até o início do mandato de Castelo Branco, o Brasil não assinou atos internacionais com outras nações da África.

Além disso, observa-se que os acordos e os atos oficiais por meio das relações diplomáticas do Itamaraty começaram com um país de cada sub-região, exceto da porção Ocidental, que é a mais próxima do Brasil, tendo como referência o estado do Rio Grande do Norte. Entretanto, no transcorrer dos governos Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e até os primeiros anos do mandato de Figueiredo, o Brasil já havia estabelecido atos formais com todas as nações da África Ocidental, exceto Serra Leoa, o que só ocorreu em 2008. Vale destacar que essa área, juntamente com a sub-região Oriental, são as que abarcam mais de 50% dos Estados do continente. Dessa maneira, antes do governo José Sarney e próximo ao término da Guerra Fria, o Brasil já possuía atos formais significativos com a maioria dos países africanos, em um período marcado pelo crescimento da interdependência entre as nações no cenário internacional.

Igualmente, constata-se que o governo brasileiro arrefeceu novas parcerias na África no decorrer dos anos 1990, período no qual os presidentes foram Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em alguma medida isso pode ter sido um reflexo da priorização de outras regiões, diante de uma nova fase da globalização que estava em andamento e da adoção de uma conduta seletiva nas relações com a África, cujo exemplo pode ser expresso pela realização de, somente, três visitas ao mencionado continente na gestão do presidente FHC, antecessor de Lula (OLIVEIRA, 2015). No espaço regional, a concorrência pela liderança sul-americana presumivelmente demandou atenção aos Tratados e aos acordos com as nações vizinhas. Dessa forma, o Brasil só firmou atos internacionais com os últimos países africanos pendentes nos primeiros anos da segunda década do século XXI, com exceção do Malawi, que ocorreu somente em 2017, e de cinco Estados que não possuem atos oficiais assinados até o presente, bem como não contam com representação brasileira no seu território, tampouco Embaixada ou Consulado em Brasília.

Nesse ínterim, percebe-se que o MRE do Brasil não reconhece o Saara Ocidental. Por essa razão, não há atos assinados ou representações diplomáticas entre ambos. Cabe ressaltar que, tal qual o Saara Ocidental, o Reino de Essuatíni (anteriormente chamado de Suazilândia) não possui dados disponíveis referentes ao IGG. Nota-se que, a partir do mandato do presidente Lula, o Brasil reaproximou as suas relações com a África, o que muito possivelmente contribuiu para elevar o mencionado índice do país, simultaneamente com as demais cooperações multilaterais atinentes ao contexto da crescente globalização. Em consequência, de algum modo ratificando as definições de interdependência complexa, a CPLP é um exemplo de maior integração entre o Brasil e as nações cujo idioma oficial é o português, em que há seis representantes africanos, como a Guiné-Bissau, cujas múltiplas interações empreendidas serão a seguir, sinteticamente, apontadas.

4.2 AÇÕES NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Inicialmente, a multilateralização das relações da África é uma das principais tendências desse continente para as suas interações com os atores externos. Por meio da CPLP, o Brasil possui disposição crescente em variadas áreas junto aos países africanos da costa atlântica, como de segurança marítima, com a participação de Portugal, a fim de garantir a estabilidade no espaço oceânico (PIMENTEL, 2018). Nesse estudo, até o momento nota-se que distintos países podem enfrentar algum tipo de percalço ao tentar interagir com os Estados do continente, diante das suas presumíveis fragilidades institucionais, bem como dos tráficos recorrentes.

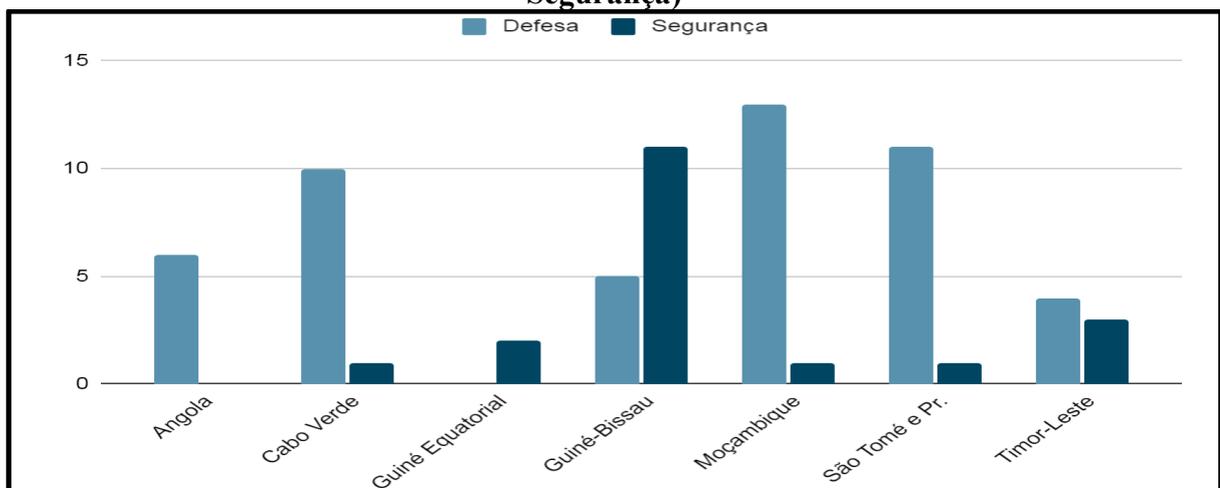
Para conter a propagação dos supracitados ilícitos, no âmbito da CPLP ocorreram as promoções de convenções por meio do Protocolo de Cooperação em Segurança entre os membros da comunidade (NAU, 2021). Além disso, o Brasil participa ativamente de importantes organizações internacionais, a exemplo da ONU, tendo enviado contingentes militares para missões de paz em países africanos, como Angola, a partir do final dos anos 1980 (BRASIL, 2022a). No mesmo sentido, a diplomacia brasileira é atuante em variados setores, como da segurança cooperativa, a fim de garantir os seus próprios interesses e dos seus colaboradores, principalmente com a assinatura de acordos junto aos integrantes da CPLP (CASTILLO, 2008).

Um exemplo aconteceu em 2008, com o Simpósio entre as Marinhas dos membros desse fórum e que, a partir de 2015, recebeu a denominação de “Conferências das Marinhas da CPLP”, cujos custos foram partilhados entre o Brasil e Portugal, evidenciando a relativa

dependência dos membros africanos (PIMENTEL, 2018). Nesse período, representado pela sua Marinha, o Brasil explorou o seu papel de líder e mediador nessa cooperação. Para isso, foram discutidas iniciativas que favorecessem políticas de segurança mais abrangentes no espaço Atlântico, o que em grande medida encontra sustentação nos objetivos idealizados pela ZOPACAS (WERNER, 2009).

Posteriormente, em 2017, quando Temer era o presidente, o Navio Patrulha Oceânico “APA” brasileiro atuou em um exercício denominado “*Obangame Express*” no Golfo da Guiné, em que estiveram representados os seguintes países: África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné, Nigéria, Libéria, Marrocos, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido, Turquia, Canadá e Estados Unidos (BRASIL, 2017). Entre os integrantes da CPLP, nota-se a ausência de três membros, sendo um atlântico, que é a Guiné Equatorial. O outro país africano é Moçambique, que está no extremo oposto do continente, cujo litoral é banhado pelo Oceano Índico, assim como ocorre com o Timor-Leste, que é o membro asiático dessa comunidade. No Gráfico 3 consta a evolução do número de cooperações brasileiras Sul-Sul em Defesa e Segurança, segundo as classificações dos projetos apresentadas no sítio eletrônico da ABC, com os integrantes efetivos da CPLP, no século XXI:

Gráfico 3 - Cooperações Sul-Sul do Brasil com membros da CPLP (Defesa e Segurança)¹³



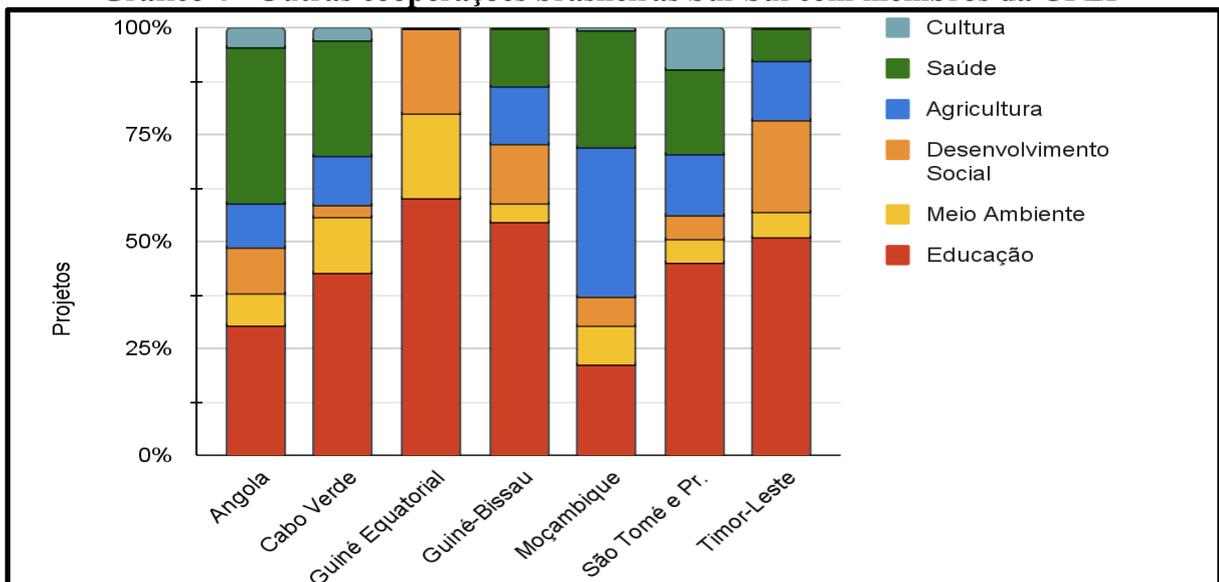
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

¹³ As cooperações em Defesa e Segurança, no século XXI, constam de modo separado a fim de dar maior evidência aos projetos da ABC, em ambas as áreas, junto aos países integrantes da CPLP, tal qual será exposto sequencialmente, em três períodos distintos, referente às iniciativas adotadas em benefício da Guiné-Bissau.

Segundo o Gráfico 3, os dados constantes do sítio eletrônico da ABC assinalam que o país possui ações oficiais com todos os membros da CPLP no século XXI, atinentes à cooperação Sul-Sul. Vale lembrar que, além de Angola, na última década do século XX, o Brasil também esteve representado na missão de paz da ONU em Moçambique (BRASIL, 2022a). Nesse diapasão, entre os projetos concluídos e em andamento, até o presente momento, o maior número foi estabelecido junto ao governo da Guiné-Bissau, com destaque para a Segurança, em que há o emprego de policiais federais brasileiros na capacitação dos agentes guineenses, o que será sequencialmente explicitado nesse trabalho (BRASIL, 2022b).

Quanto aos membros insulares africanos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, há registros de maiores atuações da ABC no setor da Defesa. Nesse sentido, ocorreram a capacitação de militares e, atinente à segurança marítima, de forma técnica, na área do controle portuário (BRASIL, 2022b). Em relação à Guiné-Equatorial, membro efetivo mais recente da CPLP, o Brasil colaborou em atividades de segurança pública, com especialistas em defesa civil, para os adestramentos dos bombeiros militares daquele país, a fim de dar maior sustentabilidade às atividades de construção da Escola de Bombeiros nacional, com a orientação sobre os equipamentos a serem adquiridos, bem como o padrão das edificações necessárias (ABC, 2016). Ademais, o governo brasileiro também colaborou com os integrantes da CPLP em outros setores, de acordo com o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Outras cooperações brasileiras Sul-Sul com membros da CPLP



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

Conforme o Gráfico 4, infere-se que o governo brasileiro empreende colaborações relevantes com os países em análise, como na esfera da saúde. As áreas elencadas são básicas para evolução de uma nação, o que pode ser deduzido a partir das variadas dificuldades enfrentadas pelo povo guineense, relatadas no transcorrer dos dois capítulos iniciais desse trabalho. Dentre os outros fatores selecionados para o gráfico, a evolução da educação e da cultura são fundamentais para o progresso de um Estado, bem como o seu desenvolvimento social. Em alguma medida a insegurança alimentar pode ser amenizada pelo incremento dos investimentos no setor agrícola, o que não deve prejudicar o meio ambiente, tal qual apontado no capítulo anterior, que envolveu a castanha de caju e o desflorestamento na Guiné-Bissau. No mesmo sentido, no campo da pesca, o Brasil possui no mínimo um projeto oficial com cada integrante africano da CPLP, exceto com a Guiné Equatorial (BRASIL, 2022b).

Entre as nações observadas, a Guiné Equatorial está atendida em 50%¹⁴ dos fatores considerados no Gráfico referenciado. Isso possivelmente seja em razão dela ter ingressado formalmente na CPLP quase no final dos anos 2000. Com esse país, o Brasil possui 60%¹⁵ dos projetos no campo da educação, além de um equilíbrio entre outros voltados para o desenvolvimento social e o meio ambiente. Igualmente, o governo brasileiro mantém mais de 50%¹⁶ de projetos no setor educacional com a Guiné-Bissau e com o Timor-Leste, cujas parcerias firmadas com o país africano serão abordadas na seção seguinte, uma vez que necessitam ser melhor explicadas, a fim de atingir os objetivos propostos para a pesquisa.

Percebe-se que referente a Moçambique, o maior percentual de colaboração é proveniente do setor agrícola. Já com Angola, o dado mais elevado considerado está relacionado com o campo da saúde. Para ambas as nações tais índices são de aproximadamente 35%¹⁷, se tomado como referência o total de projetos existentes com cada. Ademais, na área cultural o Brasil também possui projetos com Moçambique e com Angola, além de contar com outros participantes, também africanos, o que permite ratificar os laços históricos existentes, em razoável proporção originados a partir do tráfico de escravos do passado, o que originou variadas interligações culturais com o povo brasileiro. Um exemplo de projeto foi a capacitação de 133 trabalhadores de São Tomé e Príncipe, por meio de oficinas nas áreas do bordado, tingimento vegetal, marcenaria e costura, cuja formação técnica-administrativa proporcionada permitiu a abertura da cooperativa "Uê Tela", que é um espaço destinado a prática do artesanato para fins comerciais (PLESSMANN, 2017).

¹⁴ Campos considerados: educação, cultura, saúde, meio ambiente, agricultura e desenvolvimento social.

¹⁵ Considerando o número total de projetos com a Guiné-Equatorial.

¹⁶ Considerando o número total de projetos, em educação, com cada país citado.

¹⁷ Considerando o número total de projetos, por campo citado, com o respectivo país.

Além das relações multilaterais da CPLP, diante da amplitude alcançada pela globalização, outra premissa importante para a política externa guineense foi e continua sendo a busca por cooperação bilateral, pois cabe frisar que o mundo atual é caracterizado pela interdependência complexa (CARVALHO, 2016). Por essa característica, nota-se, em razoável medida, que um Estado deve participar das diversas possibilidades de interações existentes, sob pena de ser isolado no sistema internacional caso não o faça. Nesse sentido, as variadas ações projetadas pelo Brasil, por meio da coordenação da ABC, contribuem fortemente para a evolução das instituições bissau-guineenses, o que será a seguir apresentado.

4.3 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS POR MEIO DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

A penúltima subseção desse capítulo tem o objetivo de discorrer sobre a cooperação brasileira com o Estado guineense, por meio da ABC, exceto na área da Defesa e Segurança, que será retratada sequencialmente. Cabe citar que essa esfera foi separada a fim de dar destaque para as ações apresentadas. Contudo, ela também será exposta conjuntamente com as demais para efeitos comparativos. Em certa proporção, as ações da ABC oferecem condições gerais para que sejam amenizadas as dificuldades impostas pelo narcotráfico e as demais fragilidades institucionais já expostas. Todavia, a cooperação internacional, possível, é imprescindível para o enfrentamento dos crimes nos âmbitos local e global, principalmente se considerado os necessários cortes dos fluxos de financiamentos dos diferentes grupos criminosos (ANDRES, 2007; UNODC, 2009).

Por oportuno, nas últimas décadas, o apoio da ABC contribuiu para reduzir, em alguma parcela, a debilidade institucional da Guiné-Bissau com numerosos projetos planejados e executados, inclusive na gestão do presidente Bolsonaro (BRASIL, 2022b). A título de exemplo, na esfera educacional, em 2020, a UNILAB contava com, aproximadamente, 600 estudantes guineenses (BRASIL, 2020). Em 2022, a Universidade Federal da Paraíba recebeu dois estudantes bissau-guineenses para cursarem a graduação em Relações Internacionais, por meio de uma ação conjunta do MRE e do Ministério da Educação brasileiro (GUEDES, 2022). No Quadro 6, a seguir, há exemplos de iniciativas em quinze distintas áreas, como cooperação técnica, administração pública, ciência e tecnologia, legislativo e pesca.

Quadro 6 - Atuação da ABC junto à Guiné-Bissau (exceto em Defesa e Segurança)

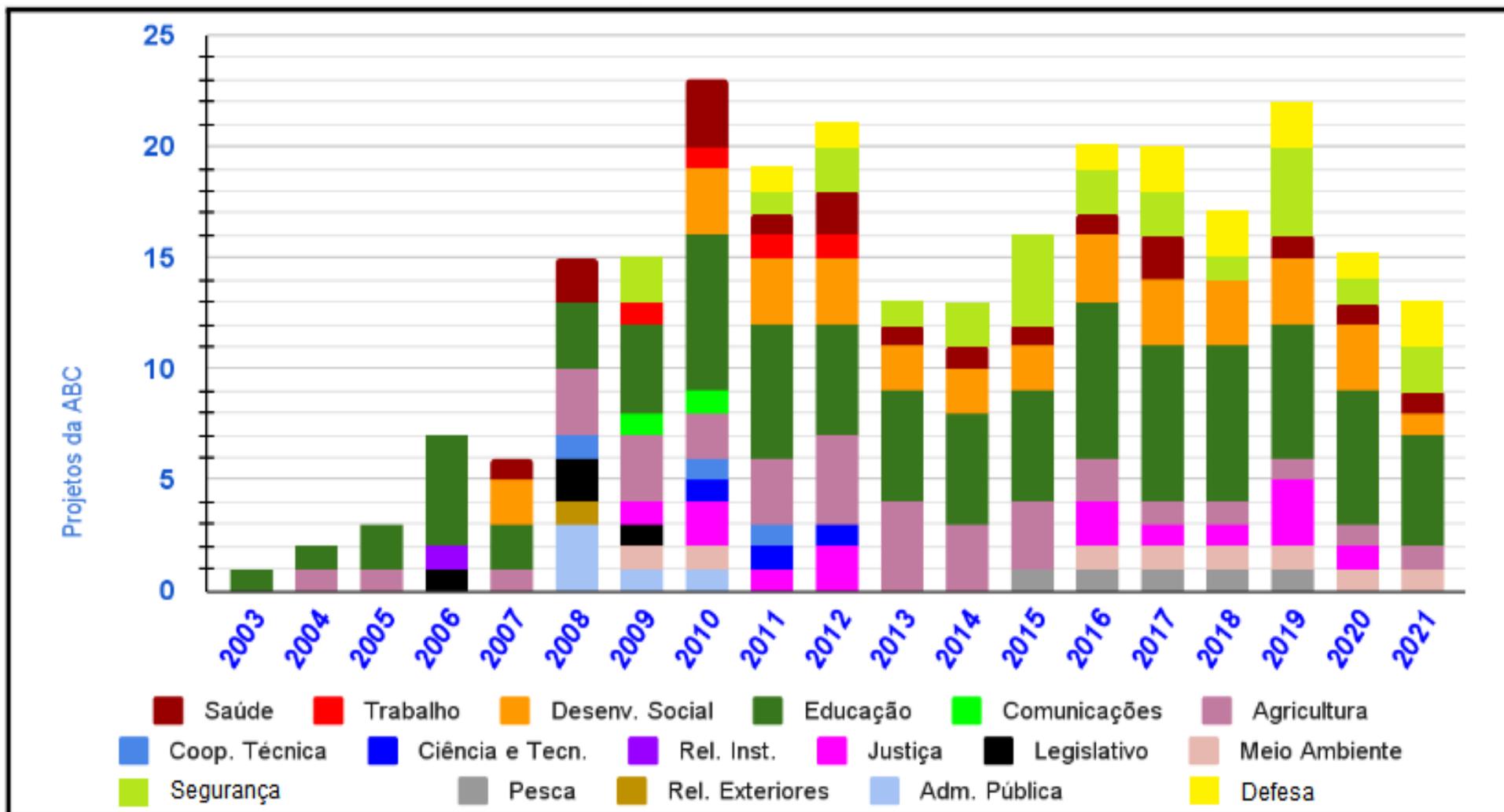
Área	Total	Exemplo de projeto	Ano inicial (Presidente do Brasil)
Administração Pública	05	Missão de apoio ao governo da Guiné-Bissau para apresentação a Comissão de Construção de Paz da ONU	2008 (Lula)
Agricultura	09	Curso Internacional de produção sustentável de hortaliças	2011 (Rousseff)
Ciência e Tecnologia	01	Apoio à inclusão digital na Guiné-Bissau	2010 (Lula)
Comunicações	01	Missão de prospecção aos países em desenvolvimento de Língua Portuguesa no âmbito da comunicação social	2009 (Lula)
Cooperação Técnica	02	Missão de prospecção para elaboração de Projeto de Cooperação Técnica nas áreas de Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Pesca e Aquicultura, Agricultura, Minas e Energia e Educação	2010 (Lula)
Desenvolvimento Social	09	Fortalecimento e capacitação na área de saúde, nutrição, cidadania e educação – Pastoral da Criança	2017 (Temer)
Educação	36	Missão para apoiar a reabertura da Universidade Amílcar Cabral	2009 (Lula)
Relações institucionais	01	Apoio à formação de Quadros de comunicação institucional para os Parlamentos dos Países de língua Portuguesa: técnicas de jornalismo e relações públicas	2006 (Lula)
Justiça	09	Intercâmbios de conhecimento entre o Brasil e a Guiné-Bissau no âmbito eleitoral	2017 (Temer)
Legislativo	03		2008 (Lula)
Meio Ambiente	03	Apoio à gestão e ao monitoramento de recursos hídricos nos países da CPLP	2016 (Temer)
Pesca	01	Fortalecimento dos setores pesqueiros e aquícola em países africanos	2015 (Rousseff)
Relações Exteriores	01	Curso de capacitação em negociações comerciais internacionais para países de língua portuguesa	2008 (Lula)
Saúde	09	Fortalecimento do combate ao HIV/AIDS na Guiné-Bissau	2012 (Rousseff)
Trabalho e Emprego	04	Apoio à realização do curso de capacitação "Contextos e desafios para a conquista do trabalho decente"	2011 (Rousseff)
Total de projetos	94		

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

Outrossim, constata-se no Quadro 6 que o Brasil exerce relevante atuação em projetos nas áreas da agricultura, da saúde, da justiça e do desenvolvimento social. Nesses setores, a ABC colaborou com ações para combater o HIV e em prol da transparência dos pleitos eleitorais, da cidadania e da sustentabilidade. De modo semelhante, porém em maior extensão, o Estado brasileiro também manteve mais de trinta projetos voltados para o campo educacional, como a missão para apoiar a reabertura da Universidade Amílcar Cabral, único estabelecimento de ensino superior público do país, ocorrida quase no final do mandato do ex-presidente Lula.

A seguir, o Gráfico 5 discrimina a quantidade de projetos da ABC, por tipo, de modo geral, perpassados nas gestões dos governos Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro, em que sobressai as diferentes intensidades de cooperações executadas. A partir de 2003, os projetos foram crescendo, com discreta redução em 2007. Verifica-se que o ápice de iniciativas ocorreu em 2010, em que 23 estavam vigentes. Entre 2011 e 2018, a atuação da ABC sofreu variações, demonstradas pela inconstância das colunas do Gráfico 5. Quase no final da década seguinte, em 2019, o segundo maior número de projetos estava em andamento, totalizando 22, o que nos anos seguintes foi, gradativamente, sendo reduzido.

Gráfico 5 - Projetos da ABC com a Guiné-Bissau



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

Ressalta-se que a partir de 2003, foram realizadas mais de sessenta atividades de cooperação técnica e humanitária, distintas, entre o Brasil e a Guiné-Bissau, de acordo com o Gráfico 5, incluindo ramos que propiciaram o fortalecimento institucional e a capacitação profissional no Estado africano (ABC, 2018). Com efeito, no prosseguimento desse trabalho serão discriminados alguns dos diversos projetos referenciados nas múltiplas áreas elencadas, cujos protocolos, programas, memorandos, ajustes ou acordos foram celebrados a partir do começo do mandato do aludido ex-presidente, passando pelos governos Rousseff, Temer e Bolsonaro.

Na área da cooperação técnica com a Guiné-Bissau, o governo brasileiro atua desde o último quartil do século XX, poucos anos após reconhecer a independência guineense, fato já abordado anteriormente. Ademais, no transcorrer das décadas seguintes, tal acordo de cooperação seguiu renovado, sendo complementado conforme a área específica de interesse de ambos os países, fundamentalmente a fim de apoiar, fortalecer e reduzir as vulnerabilidades guineenses. Nesse sentido, em 2021, no governo Bolsonaro, verifica-se que projetos nos domínios da segurança e da saúde foram subscritos em uma reunião da ABC com o governo da nação africana em análise, o que marca mais uma fase dessa relação bilateral (CAÇADOR, 2021).

Nas relações exteriores guineenses, a ABC colaborou com um curso sobre negociações comerciais internacionais, em 2005, no primeiro mandato do ex-presidente Lula. Os diplomatas da Missão Brasileira em Genebra foram os instrutores e ministraram palestras sobre mercados, agricultura, serviços, investimentos, regras de defesa comercial, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, propriedade intelectual, compras governamentais, acordos regionais, meio ambiente e o Mercosul (DELBRASGEN, 2005). Dessa maneira, constata-se que essa atividade capacitou os agentes guineenses, ampliando conhecimentos para um avanço gradual nas ações de desenvolvimento estatal daquele período.

Na administração governamental da Guiné-Bissau, a ABC contribuiu com esforços interinstitucionais para expandir essa seara do país africano, por meio de um memorando de entendimento para cooperação com vistas ao fortalecimento da sua administração pública. Em 2007, esse documento foi celebrado pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo Embaixador guineense junto à CPLP e ao Governo português, Apolinário Mendes de Carvalho (BRASIL, 2007a). Além disso, em 2008, foi realizado um programa executivo relativo ao acordo básico de cooperação técnica e científica entre ambos os governos, assinado por Marco Farani, então Diretor da ABC, e Artur Silva, então Secretário de Estado

da Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau (BRASIL, 2008a). Com efeito, conforme os capítulos anteriores, percebe-se que essa área é carente de profissionais especializados na Guiné-Bissau, o que demandou tais ações, que em alguma medida podem ter reforçado a gestão pública dessa nação.

Na esfera legislativa guineense, a ABC apoiou o estabelecimento do projeto para o fortalecimento da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, celebrado pelo Embaixador do Brasil e pelo Presidente daquela assembleia, em 2008 (BRASIL, 2008c). Ademais, os técnicos brasileiros tiveram que capacitar técnica e pedagogicamente os funcionários guineenses do supracitado estabelecimento, em tecnologias e práticas de edição em rede, com conteúdos para a atualização de sítios eletrônicos da internet. Em consequência, verifica-se um projeto para a otimização de processos e que em alguma proporção poderia contribuir para o progresso institucional do parlamento do país africano em estudo.

No setor da agricultura do Estado guineense, o governo brasileiro cooperou, em 2007, no segundo mandato do ex-presidente Lula, para o ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica e científica entre ambos os governos, com a implementação do projeto de Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju daquele país (BRASIL, 2007b). Ainda, no mesmo ano, ocorreu outro ajuste complementar do acordo entre as nações para a transferência de conhecimento e capacitação atinentes à segurança alimentar e ao desenvolvimento do agronegócio na Guiné-Bissau (BRASIL, 2007c). Por oportuno, nota-se que o potencial agrícola guineense foi novamente apoiado em 2010, com o memorando de entendimento sobre a cooperação no campo da agricultura (BRASIL, 2010a). Outro exemplo, foi a cooperação técnica para a transformação da fruta do caju em subprodutos, ocorrida em 2020, no governo do presidente Bolsonaro, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), contribuindo para o crescimento da renda dos produtores guineenses (PLESSMANN, 2020a).

Na seara da pesca, o Brasil contribuiu com esse país da África Ocidental por meio de um memorando de entendimento, firmado entre o seu Ministério da Pesca e Aquicultura com a Secretaria de Estado das Pescas da República da Guiné-Bissau (BRASIL, 2010f). Complementarmente, segundo o que foi citado anteriormente, tal setor é de suma importância para o progresso econômico guineense, muito em razão do país ser banhado pelo Oceano Atlântico e pelo aproveitamento dos seus rios, o que amplia as possibilidades do comércio do camarão para a exportação. Assim, nota-se que tal ramo também fomenta a empregabilidade para a população em idade ativa, o que potencializa o desenvolvimento social e econômico desse país.

No domínio da educação nesse Estado africano, a ABC auxiliou, em 2007, no governo Lula, com o programa de trabalho em matéria de educação superior e ciência, no âmbito do acordo básico de cooperação técnica e científica entre ambos os governos, celebrado pelo Embaixador brasileiro e pelo Ministro da Educação e do Ensino Superior guineense (BRASIL, 2007d). Sequencialmente, em 2008, ocorreu o programa executivo para a implementação do projeto de apoio à reestruturação dos cursos de educação profissional em contabilidade e administração do centro de formação administrativa daquele país (BRASIL, 2008b). Em outro exemplo, em 2011, durante o governo Rousseff, nesse domínio ainda aconteceu um importante ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica e científica, que foi visando o projeto “jovens lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas”, sendo assinado no Rio de Janeiro, que será a seguir explicitado (BRASIL, 2010b).

Nesse ínterim, aliado ao desenvolvimento social da Guiné-Bissau, o Brasil colabora no âmbito do projeto de cooperação técnica denominado “Jovens Lideranças”, que é uma parceria da ABC com o governo desse país, além da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outros participantes (SOBREIRA, 2015). Um exemplo das atividades do projeto decorre de ações envolvendo esportes e cultura, que conta com mais de 200 participantes dos arredores da capital bissau-guineense, no local em que uma escola foi inaugurada, denominada Centro Educacional Amizade São Paulo, cuja gestão é compartilhada entre o governo e a comunidade (PLESSMANN, 2020b). Nesse ínterim, percebe-se que a ABC colabora para a multiplicação de boas práticas socioeducativas, o que impulsiona o desenvolvimento dos cidadãos participantes do bairro São Paulo.

Na expressão da ciência e da tecnologia da informação guineenses, o Brasil cooperou por meio da implantação de um espaço com máquinas para a navegação na rede mundial de computadores, no interior de um contêiner de 12 metros, na área escolar do Centro Educacional Amizade São Paulo, que anteriormente sequer contava com o fornecimento de energia elétrica (CAÇADOR, 2012). Igualmente, tal carência nacional, já abordada em outra seção, é ratificada pelo baixo percentual da população com acesso à internet. No mesmo sentido, esses campos são importantes por fomentar a inclusão digital dos cidadãos bissau-guineenses, bem como permitirem a ampliação do acesso à novos conhecimentos nos processos de ensino da escola mencionada.

No setor de saúde da Guiné-Bissau, em 2005, o governo brasileiro cooperou com a implementação do programa de cooperação internacional para o tratamento do HIV, segunda fase, assinado em Bissau (BRASIL, 2005). Em 2007, em Brasília, foi empreendido o projeto

de apoio ao programa de prevenção e controle da malária no território guineense. Vale ressaltar que, em 2009, o governo brasileiro se comprometeu a doar medicamentos antirretrovirais na Rede Laços Sul-Sul, criada pelo Brasil em 2004, no contexto do controle do HIV (ABC, 2009). Posteriormente, em 2010, foi firmado o projeto de fortalecimento da capacitação técnica das instituições de saúde, para atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência baseada em gênero, celebrado em Brasília, em 2010 (BRASIL, 2010e). Dessa forma, observa-se que esse setor apresentou diversificadas necessidades e ações, tendo na ABC uma base de sustentação para a capacitação dos seus agentes (BRASIL, 2007e).

Nos campos do jornalismo e das relações públicas governamentais, essa nação da África Ocidental participou do 1º Curso de Comunicação Institucional para Parlamentos de Língua Portuguesa. Nessa atividade, que ocorreu em 2006, em Brasília, o governo brasileiro colaborou com os técnicos guineenses em um intercâmbio com os funcionários da Câmara de Deputados, durante duas semanas (ROSSI, 2006). Outrossim, de acordo com o que já foi citado anteriormente nessa pesquisa, a história assinala que as interações entre o Estado e a sociedade não são estáveis na Guiné-Bissau. Consequentemente, constata-se que esse curso em alguma medida capacitou essa nação, pois compartilhou conhecimentos de como harmonizar as relações democráticas entre o Poder Legislativo e a sociedade.

Na seara da justiça e dos direitos civis, em 2010, o Brasil colaborou na formulação e no monitoramento do programa nacional da Guiné-Bissau para a universalização do registro civil de nascimento, cujo projeto de apoio foi assinado pelo diretor da ABC e pelo Ministro da Justiça guineense, em Brasília (BRASIL, 2010c). Além disso, no mesmo ano, foi realizado o projeto de apoio para a promoção dos direitos humanos na política nacional de educação da Guiné-Bissau (BRASIL, 2010d). Igualmente, segundo as seções anteriores, os direitos civis foram bastante prejudicados na história dessa nação, muito devido às instabilidades políticas recorrentes e em razão da frágil gestão pública estatal. Por conseguinte, observa-se que a ampla atenção aos direitos humanos e a padronização do registro civil de nascimento foram prioridades revestidas de especiais interesses para a Guiné-Bissau.

Cabe destacar que, em 2017, no mandato do ex-presidente Temer, a Defensoria Pública da União (DPU) brasileira realizou um intercâmbio com o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica do Ministério da Justiça da Guiné-Bissau. Nessa ocasião, em Brasília, os visitantes bissau-guineenses verificaram as rotinas de trabalho das seções da DPU, uma vez que não possuem uma Defensoria estruturada no seu país, contando apenas com um gabinete de informação que defende as pessoas mais carentes (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2017). Salienta-se, ainda, uma cooperação brasileira na área de capacitação jurídica, premiada

na Guiné-Bissau em 2018, fruto do compartilhamento de informações em áreas estratégicas, como do combate à criminalidade transnacional, majoritariamente ligada ao narcotráfico (ABC, 2018).

Percebe-se que a comunidade internacional depende de um amplo compromisso conjunto para a contenda contra o tráfico de entorpecentes, sendo esse um obstáculo que demanda a manutenção do empenho da ABC com os países da costa africana atlântica, a fim de tentar garantir a segurança dessa região, principalmente visando o fortalecimento institucional do Estado guineense (ANDRES, 2007; PIMENTEL, 2018). Em consequência, apesar da complexidade, uma profícua cooperação liderada pela ABC, em Defesa e Segurança, foi empreendida para a luta contra os tráficos, o que será verificado a seguir, diante das admissíveis alternâncias de padrão na condução das interações institucionais junto à Guiné-Bissau, resultantes dos governos Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro.

4.4 AÇÕES DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GUINÉ-BISSAU

Nessa seção serão constatados os reflexos dos diversos projetos conduzidos pela ABC para o incremento das competências guineenses, com atenção ao campo da Defesa e Segurança. É importante frisar que o começo do século XXI marcou o crescimento da abertura da África para relações com Estados emergentes, como o Brasil, que procurou intensificar os seus elos no campo econômico e, também, diplomático com várias nações desse continente (OLIVEIRA, 2019). Um exemplo da contribuição brasileira foi o processo de modernização das Forças de Segurança da Guiné-Bissau, tendo formado considerável parte dos agentes para a polícia local (PEREIRA, 2020).

Cabe ressaltar que, em 2005, o Brasil estava apenas na 13ª posição entre as nações mundiais de maiores investimentos em atividades e meios de Defesa e Segurança (CASTILLO, 2008). Apesar disso, no final dos anos 2000, sob coordenação da ABC, atividades de capacitação foram conduzidas pela PFB no território Bissau-guineense (NAU, 2021). Dessa forma, os agentes do país foram instruídos a fim de tornar as ações repressivas mais eficazes, incrementando a capacitação das Forças de Segurança locais. Ainda, essa cooperação pode contribuir para a evolução institucional dessa nação, reduzindo as suas vulnerabilidades e sensibilidades no espaço Atlântico, principalmente diante dos crimes transnacionais.

Em que pese toda a complexidade envolvida no contexto regional, as dificuldades dos objetivos e das tarefas da ABC e, fundamentalmente, da PFB cresceram por situações que impulsionaram as instabilidades bissau-guineenses no decorrer do século XXI (BRASIL, 2022b). Nesse diapasão, o Brasil contribuiu, em alguma proporção, para a tentativa de mitigar tais situações, por meio dos projetos coordenados pela ABC, mesmo tendo alternâncias de poder que acarretaram em distintas priorizações para as suas relações exteriores, como na área política e econômica, além das suas ações no domínio da Defesa e Segurança (LOUREIRO, 2020). Em razão disso serão considerados nessa análise os seguintes períodos de governos brasileiros: de 2003 até 2010, com o ex-presidente Lula; de 2011 até 2016, referente ao governo Rousseff; e de 2017 até 2021, com o ex-presidente Temer e, posteriormente, com o governo Bolsonaro. O Quadro 7 evidencia alguns projetos de destaque desenvolvidos ao longo dos períodos propostos para esse estudo.

Quadro 7 - Atuação da ABC junto à Guiné-Bissau em Defesa e Segurança

Área	Projeto	Objetivo	Período
Defesa	Capacitação de militares da Guiné-Bissau	Fortalecer as relações bilaterais e incrementar o intercâmbio com um militar guineense cursando a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	2011 - 2012
	Programa de Cooperação Técnica em Defesa	O Programa tem o intuito de transmitir aos militares estrangeiros conhecimentos específicos da experiência militar brasileira	2016 - 2019
	Programa de Capacitação para militares	Capacitar militares estrangeiros nas escolas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica	2019 - 2023
Segurança	Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau	Formar uma polícia tecnicamente bem preparada, modernizar os meios para a manutenção da ordem interna, bem como a cooperação internacional na repressão ao crime organizado na Guiné-Bissau	2009 - 2025
	Curso de capacitação em Operações de Inteligência Policial no Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau	Realizar curso de capacitação em Operações de Inteligência Policial no Centro de Formação para as forças de segurança da Guiné-Bissau	2014 - 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

É relevante salientar que, de 2012 até 2014, o Brasil manteve a cooperação com a Guiné-Bissau, especialmente no setor da Segurança, mesmo com a crise político-institucional instaurada naquele país (BRASIL, 2022b). Nota-se no Quadro 7 que a ABC vem exercendo atividades significativas junto ao Estado guineense, contando com o auxílio das Forças Armadas brasileiras. Como exemplo, em 2019, mais um militar da Guiné-Bissau ingressou no primeiro ano do curso da AMAN, que possui duração de quatro anos, fato que também havia ocorrido em 2007 e 2008 (BRASIL, 2019; ARAÚJO, 2012). Em dezembro de 2020, ocorreu a cerimônia de declaração dos novos Aspirantes a Oficial no supracitado estabelecimento de ensino, que forma os oficiais combatentes do Exército Brasileiro, a qual também contou com outro formando da Guiné-Bissau (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS - AMAN, 2020; MOURY, 2018).

Como projeto mais emblemático constante do Quadro 7, por mais de uma década, a PFB segue empenhada em contribuir para a formação dos agentes de segurança da Guiné-Bissau. Para isso, o projeto do Centro de Formação das Forças de Segurança foi concebido a partir dos seguintes eixos: dotar o Centro de infraestrutura adequada; capacitar o corpo de gestores e de docentes do Centro; e implementar o programa de capacitação das forças de segurança da Guiné-Bissau (BRASIL, 2022b). Nesse sentido, a PFB formou mais de 1.500 policiais guineenses para a repressão ao crime organizado transnacional, em grande medida atinente ao narcotráfico (PLESSMANN, 2022). Assim, a seguir, serão detalhadas as colaborações brasileiras, de acordo com os referenciados períodos estabelecidos.

4.4.1 De 2003 até 2010

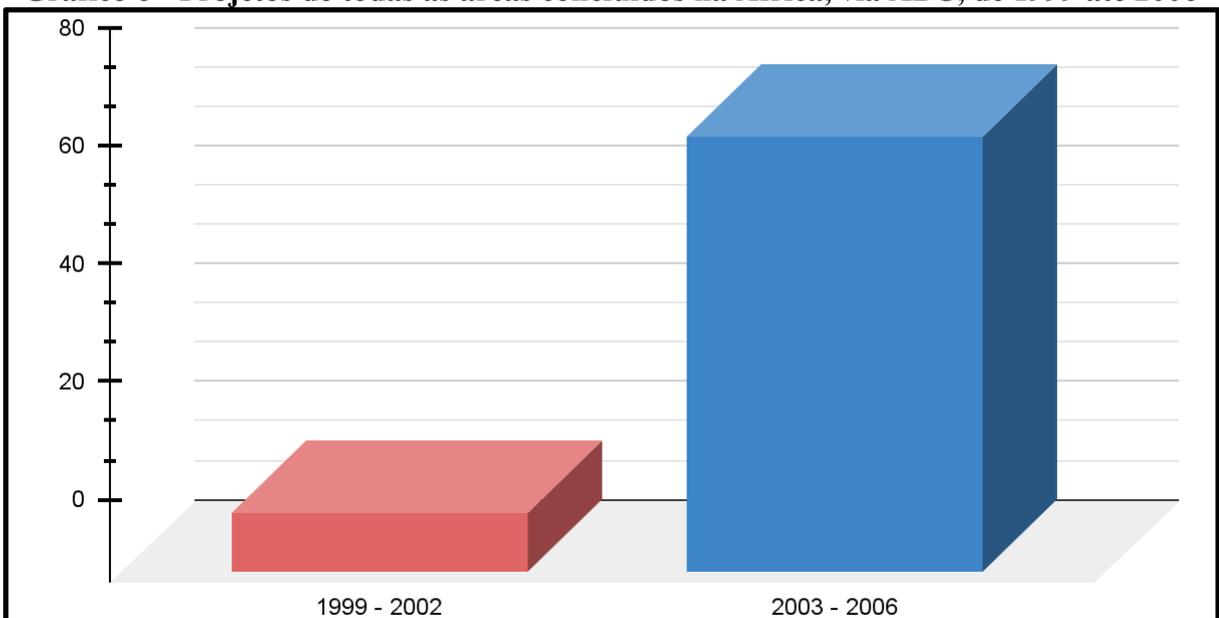
Na gestão do então ex-presidente Lula, a política externa brasileira visou intensificar os laços internacionais do Brasil com as nações em desenvolvimento. Nesse sentido, as instituições do país procuraram liderar iniciativas que ampliassem a atuação governamental junto aos diversos parceiros da comunidade mundial, especialmente os participantes dos blocos e fóruns em processo de consolidação. A ABC teve expressivo papel desde esse período, quando alavancou diversas iniciativas no âmbito Sul-Sul (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020). Como exemplos, o Brasil aumentou a sua atuação junto ao continente africano, bem como com a Ásia, além de reforçar as ligações com os países da América Latina.

Quanto às prioridades brasileiras voltadas para a África, a multilateralidade foi patente, com projetos executados em variadas frentes. Sob o enfoque do desenvolvimento

social, com atenção aos aspectos atinentes ao combate da miséria e da fome, fruto das prioridades da própria política nacional, Lula investiu nos laços com o continente africano. Isso, em alguma medida, teve como objetivo assegurar maior equilíbrio geopolítico para o Brasil na condição de líder regional, tanto do seu entorno estratégico aproximado quanto afastado. A partir de um discurso de dívida histórica com o continente africano, Lula sustentou a importância da inserção do Brasil, que fez profícuo uso da ABC, e dos países africanos nos processos de integração mundial.

A ABC, assim como visto na CPLP, e tal qual outros fóruns Sul-Sul, desempenha importante papel na promoção de apoios que não requerem reformas democráticas ou condicionalidades liberais, contribuindo para distintas relações no Sul global, como ocorre com o Brasil e a Guiné-Bissau (GHIMIRE, 2018). Na Cúpula América do Sul-África (ASA) o governo brasileiro também participa das interações Sul-Sul, com protagonismo para a ABC. A ASA foi proposta durante a gestão do ex-presidente Lula, representando uma grande oportunidade para aumentar as relações do Brasil com diversos países do continente africano (BRASIL, 2009). No mesmo sentido, o Gráfico 6 evidencia a grande evolução da quantidade de projetos, em diversas áreas, concluídos pela ABC junto aos países africanos, entre 2003 e 2006. No período em questão, Lula exerceu o seu primeiro mandato como presidente brasileiro e, após ser reeleito, prosseguiu na sua segunda gestão, por mais quatro anos, até 2010 (RIBAS, 2018).

Gráfico 6 - Projetos de todas as áreas concluídos na África, via ABC, de 1999 até 2006



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

O ex-presidente Lula atuou na política externa brasileira realizando numerosas viagens oficiais ao exterior, além de receber muitos representantes de outros países, bem como ampliar o investimento na estrutura do Itamaraty, com novos diplomatas e a abertura de novas embaixadas e consulados, com destaque para as iniciativas da ABC (JAKOBSEN, 2016). Um exemplo, em 2003, foi a Reunião de Representantes das Autoridades Cinematográficas dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, Portugal. Na ocasião, o Brasil participou, juntamente com membros dos países que compõem a comunidade, e foi representado pela Agência Nacional do Cinema (AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, 2004). Esse evento evidenciou a abrangência de atuação da aliança dos países de língua portuguesa, sendo importante no campo cultural.

Além disso, em 2006, o Brasil esteve na Reunião de Ministros de Meio Ambiente dos Países de Língua Portuguesa, cujo encontro teve por objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os países lusófonos (BRASIL, 2006). E, em 2010, foi organizada uma cooperação técnica, política e econômica para fortalecimento do turismo entre os estados-membros da CPLP (BRASIL, 2010f). Nesse sentido, o governo Lula buscou democratizar a política externa brasileira, ampliando a institucionalização e o diálogo com diversos atores da comunidade internacional, dentre eles os membros da CPLP integrantes da África Atlântica, cujas cooperações foram iniciadas, majoritariamente, no século XX, conforme o Quadro 8 (BISCHOFF, 2017).

Quadro 8 - Cooperações técnicas vigentes com países da África Atlântica, da CPLP

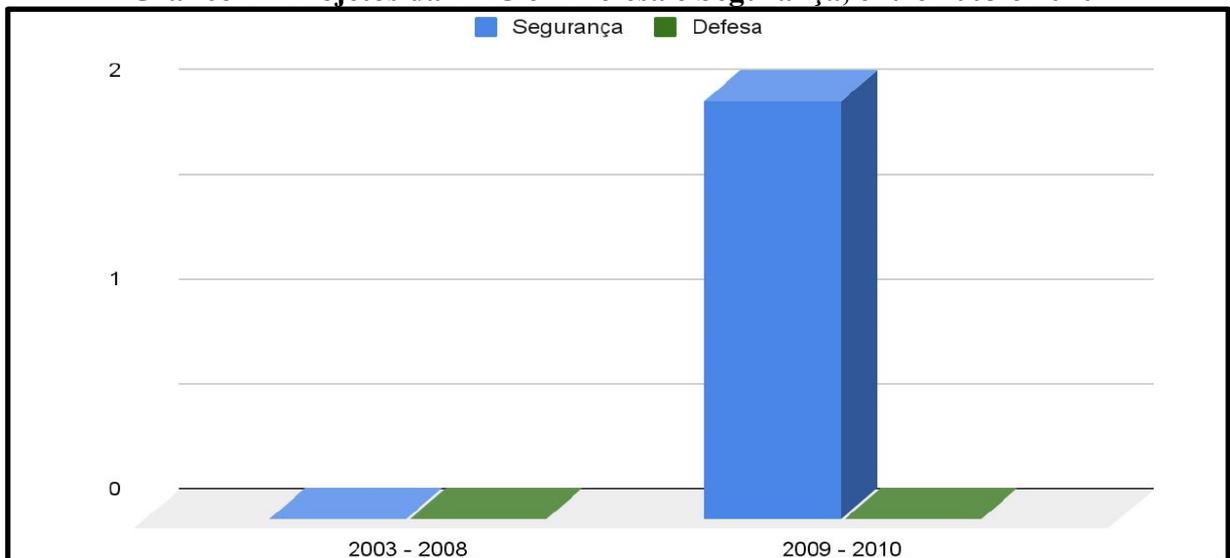
Estado	Acordo	Data
Angola	Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	11/06/1980
Cabo Verde	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	28/04/1977
Guiné-Bissau	Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	18/05/1978
Guiné Equatorial	Acordo Básico de Cooperação Técnica	24/08/2005
São Tomé e Príncipe	Acordo Geral de Cooperação	26/06/1984

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2012)

Entre os Estados supracitados está a Guiné-Bissau, que conta com a parceria brasileira para a capacitação dos seus agentes na luta contra o tráfico de entorpecentes. Ainda, esses ilícitos requerem uma estrutura de cooperação policial internacional, em que um sistema de conhecimento compartilhado, por meio dos profissionais de polícia, propicie a troca de informações e experiências (WERNER, 2009). Tais iniciativas em alguma medida poderão

conter o narcotráfico, que é relativamente recente na história guineense, concorrendo com outras situações que potencializam as instabilidades do país, como as eliminações de autoridades importantes e os confrontos à margem das regras do Estado de Direito, tudo alavancado pela corrupção (CARVALHO, 2016). Na área da Segurança Pública, para mitigar a criminalidade recorrente exposta, a ABC contribuiu para o fortalecimento institucional da Guiné-Bissau, juntamente com a PFB. Nas últimas décadas, a polícia brasileira implementou ações para a formação e a capacitação de agentes para as Forças de Segurança do país africano, a partir de 2009, o que pode ser ratificado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Projetos da ABC em Defesa e Segurança, entre 2003 e 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

Observa-se que não constam iniciativas no setor da Defesa que tenham contado com a coordenação da ABC. Entretanto, o país enviou militares para contribuir na missão de apoio das Nações Unidas ao Timor-Leste (EXÉRCITO, 2004). Segundo o Gráfico 7, dos anos de 2003 até 2008 não foram iniciados projetos de cooperação na esfera da Segurança Pública, entre o Brasil e a Guiné-Bissau, sob intermediação da ABC. Por outro lado, em 2009 e em 2010 esteve ativa a primeira fase do projeto do Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau, que foi concluída no decorrer do governo seguinte. Esse projeto foi voltado para a prevenção aos crimes, tendo a PFB como instituição parceira, o que marcou uma profícua e duradoura colaboração, cuja abordagem será aprofundada nas gestões dos próximos presidentes brasileiros (BRASIL, 2022b). Assim, ao longo do mandato do ex-presidente Lula, a política externa nacional procurou nova aproximação com a Guiné-Bissau, projetando o protagonismo do Brasil na região da África Ocidental.

4.4.2 De 2011 até 2016

Durante o governo Rousseff, a política externa nacional evidenciou a redução parcial das diferentes iniciativas implementadas na gestão presidencial anterior. A ABC, cujas ações foram desenvolvidas em variados setores, encerrou alguns projetos idealizados pelo governo Lula. Contudo, na esfera da Defesa, a gestão Rousseff demonstrou um crescimento a partir das contribuições do respectivo Ministério. No mesmo sentido, o Brasil continuou presente na missão da ONU para a estabilização do Haiti, iniciada em 2004. Ademais, em razão de conturbações internas, principalmente na área política, o governo Rousseff esteve mais ocupado em solucionar as crises e os problemas da esfera doméstica.

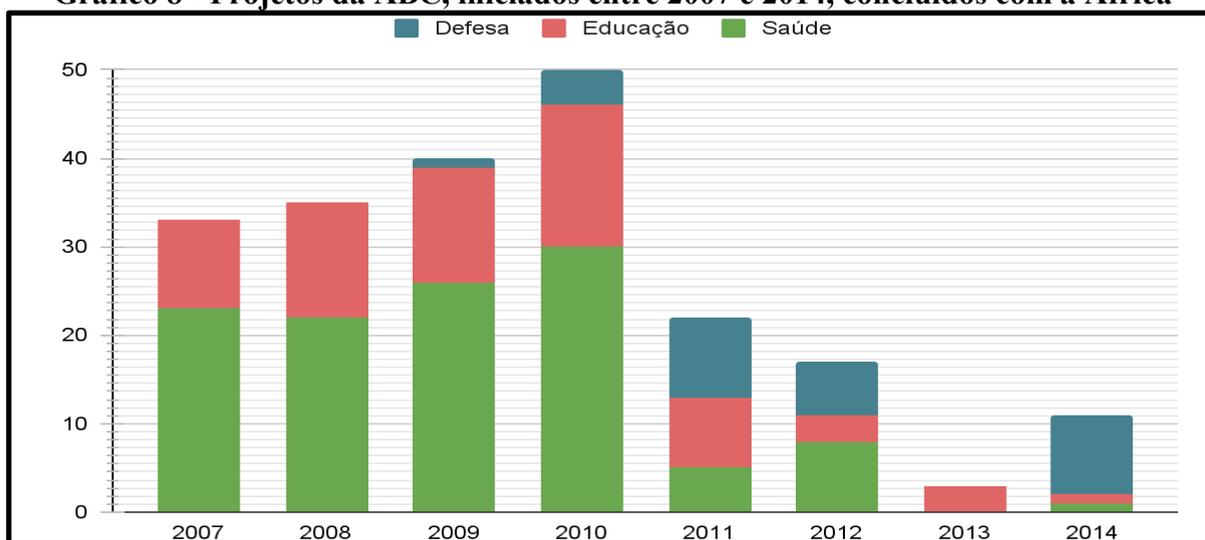
Referente às políticas brasileiras junto à África, os numerosos projetos tiveram sensíveis reduções em comparação com o mandato de Lula. Apesar disso, a Polícia Federal incrementou a sua participação na formação da polícia bissau-guineense. No mesmo sentido, as cooperações técnicas brasileiras prosseguiram em outros setores. Contudo, em que pese a manutenção do discurso de prioridade das relações com a África, a conjuntura vivenciada em ambos os períodos foi distinta, não só internamente como também externamente, se comparados os governos Lula e Rousseff. Assim sendo, a retração evidenciada decorreu de crises nos espaços domésticos e internacionais, especialmente motivadas por contextos diversos em relação ao mandato de Lula (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020).

Preliminarmente, por meio do Gráfico 8 nota-se uma redução do número de cooperações concluídas, via ABC, se comparados o segundo mandato do ex-presidente Lula com a gestão inicial do governo Rousseff, de acordo com os totais e, principalmente, se considerados os fatores Educação e Saúde. Entretanto, essa redução não ocorreu na área da Defesa, pois as cooperações aumentaram junto ao continente africano. Entre 2011 e 2014, Dilma Rousseff cumpriu o seu primeiro mandato como presidenta brasileira, sendo reeleita e exercendo a sua segunda gestão até agosto de 2016, quando sofreu um processo de impedimento e foi substituída pelo seu vice-presidente (RIBAS, 2018). Entre as metas das relações exteriores do seu governo, a ex-presidenta Rousseff procurou manter as interações com os países da África.

As relações referenciadas foram materializadas por meio de várias visitas do alto escalão do MRE ao continente africano, uma vez que ações importantes do corpo diplomático brasileiro vinham ocorrendo com as nações da África Subsaariana, desde o governo Lula, inclusive ligadas às questões de segurança internacional (BISCHOFF, 2017). Como exemplo,

no Quadro 9 constam os países da África Atlântica, membros da CPLP, cujos projetos da ABC estavam em vigor no início do governo Rousseff, com foco nos domínios da Defesa e da Segurança, em razão de que tais setores foram intensificados, permanecendo ativos no presente.

Gráfico 8 - Projetos da ABC, iniciados entre 2007 e 2014, concluídos com a África



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

Quadro 9 - Ações da ABC junto aos Estados da CPLP, da África Atlântica, em 2011

Setor	País	Quantidades de projetos vigentes (2021)	Início
Defesa	Angola	6	2011
	Guiné-Bissau	5	2011
Segurança	Cabo Verde	1	2011
	São Tomé e Príncipe	1	2011
Total	13 (11 em Defesa e 02 em Segurança)		

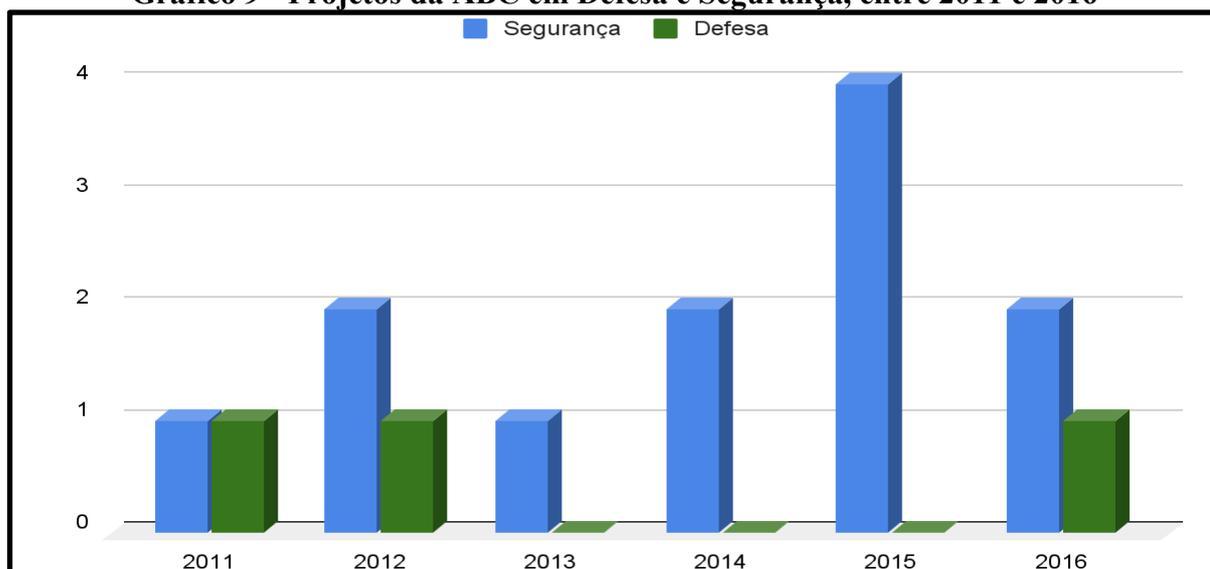
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2012)

Segundo o Quadro 9, as quatro nações que possuíam projetos vigentes em 2011, uma década depois ainda mantinham treze cooperações em andamento com o Brasil, cujo destaque cabe à Guiné-Bissau, especialmente pelas iniciativas da ABC atinentes à formação das Forças de Segurança daquele país, visando potencializar os esforços para o enfrentamento aos crimes transnacionais. Nesse diapasão, entre 2013 e 2019, ocorreram grandes apreensões de drogas no território africano, como no caso em que a polícia guineense parou e inspecionou um caminhão que transportava peixe congelado, com cerca de 800 quilos de cocaína escondidos

junto à carga, e em outro envolvendo 1,8 toneladas do mesmo entorpecente junto a sacos de farinha, sendo o novo recorde conquistado pelos criminosos transnacionais naquela região (NAU, 2021; TRANSPORTES, 2019).

Diante das debilidades nas áreas da Defesa e Segurança expostas no segundo capítulo, com a intenção de fortalecer o país institucionalmente e a fim de compartilhar experiências brasileiras com os militares bissau-guineenses, a ABC manteve os intercâmbios na AMAN, citados anteriormente. No mesmo sentido, na área da Defesa, também entre 2011 e 2016, foram recebidos outros militares de países da América do Sul e da África, como bolivianos e paraguaios, além de angolanos (BRASIL, 2022b). Destaca-se no setor da Segurança Pública os cursos ministrados para as Forças de Segurança da Guiné-Bissau, conduzidos pela PFB, como a capacitação em operações de inteligência policial no Centro de Formação daquele país, em 2015, ano em que ocorreram mais projetos ativos, conforme o Gráfico 9.

Gráfico 9 - Projetos da ABC em Defesa e Segurança, entre 2011 e 2016



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

No transcurso do governo Rousseff, de acordo com o Gráfico 9, o número de projetos na área de Segurança superou as iniciativas da área da Defesa. Entre 2011 e 2016, o Brasil, por meio da ABC, atuou cooperativamente junto ao Estado guineense em todos os anos, se considerados os campos supracitados. É importante salientar que até 2014, no contexto do desenvolvimento do Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau, ocorreu a reforma das infraestruturas do Centro referenciado, sob orientação da PFB, bem como a execução de oito cursos de capacitação para dezenas de policiais guineenses, contribuindo para a prevenção e fiscalização da criminalidade (BRASIL, 2022b).

Em 2015, durante o governo Rousseff, ocorreu no Brasil, no estado da Bahia, um Seminário da ZOPACAS, promovido pelo Ministério da Defesa com apoio da ABC. Além da presença da Guiné-Bissau, o seminário também contou com representantes de Angola, da Argentina, da Namíbia, dos Camarões, do Congo, da Guiné Equatorial, do Gabão, da Nigéria, de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, da Costa do Marfim, de Gâmbia, de Gana, da Guiné, da Libéria, de Togo e do Uruguai (ABC, 2015). Ademais, nesse ano ainda constaram quatro projetos ativos no campo da Segurança Pública, sendo o ápice da ABC nessa gestão, todos em parceria com a PFB, o que teve discreta redução em 2016. Em consequência, no decorrer do mandato de Rousseff, a política externa brasileira buscou assegurar as relações iniciadas com a Guiné-Bissau, herdadas do governo anterior, projetando positivamente o Brasil no seu entorno estratégico afastado, fundamentalmente na área da Segurança.

4.4.3 De 2016 até 2021

A política externa do país, no decorrer do mandato do ex-presidente Temer, divergiu das atuações dos governantes anteriores e foi direcionada para a renovação e a reaproximação das relações com as nações desenvolvidas, tanto na América quanto nos demais continentes (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020). Igualmente, no transcurso da gestão Bolsonaro, o Brasil manteve profícuos entendimentos diplomáticos com os EUA, enquanto perdurou o mandato do ex-presidente Donald Trump. Em ambos os períodos, Temer e Bolsonaro demonstraram distinções se comparados com as atuações de Lula e Rousseff, uma vez possuíam diferentes parceiros internacionais, desde o espaço regional, fruto de ideologias políticas em grande medida antagônicas.

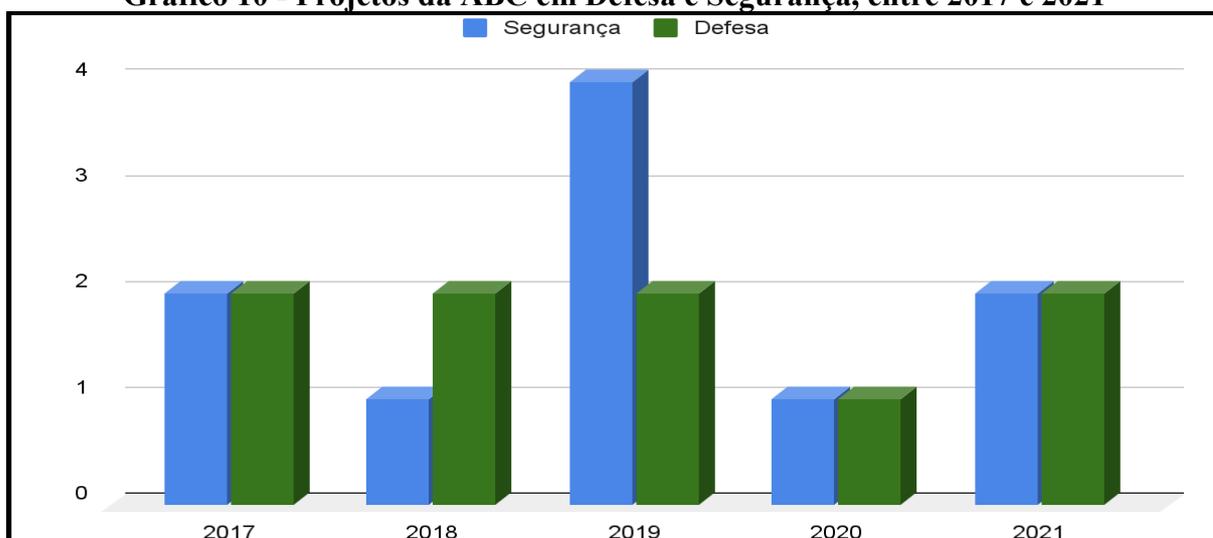
Em relação à atuação brasileira no continente africano, nos governos Temer e Bolsonaro as interações foram reduzidas, uma vez que as cooperações Norte-Sul foram priorizadas. Não só Temer, como o presidente Bolsonaro, alteraram os objetivos da política externa do Brasil para a África. Para ambos, ficou evidente um esvaziamento das relações abrangentes, que abarcavam domínios desde o campo social até o econômico nas gestões Lula e Rousseff. Nesse ínterim, a busca pela manutenção das trocas comerciais com o continente africano seguiu assegurada, diante dos objetivos brasileiros impulsionados por um contexto internacional de crescimento dos mercados.

Ao final do mês de agosto de 2016, Michel Temer, então vice-presidente, substituiu a presidenta do Brasil, em razão do seu processo de impedimento, permanecendo no cargo de Presidente da República até a eleição e posse de Jair Bolsonaro, que ocorreu em 1º de janeiro

de 2019 (RIBAS, 2018). O seu governo surgiu a partir de uma crise institucional nacional, cuja ascensão reorientou, em linhas gerais, as preferências da diplomacia brasileira na esfera internacional (CHAVES, 2021). Temer teve participação no ligeiro reaquecimento das relações econômicas do Brasil com as nações africanas, tendo como principais parceiros a África do Sul, Nigéria, Angola, Argélia e Egito, diante de uma readequação das relações exteriores do país, que passaram a priorizar as interações comerciais com os EUA e a UE (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020). Já o presidente Bolsonaro assumiu o seu mandato e logo provocou rupturas na política externa brasileira. Isso gerou uma reconstrução da identidade nacional para o exterior, porém mantendo ações de cooperação no campo da segurança internacional, como para o combate ao narcotráfico (BESSA, 2022).

Os produtos desse tráfico agravam as instabilidades institucionais guineenses, pois circulam através desse território para atingirem os comércios ilícitos europeus, que movimentam montantes financeiros expressivos. Esse trânsito intermediário demanda o aumento de ações fiscalizatórias, tanto nas fronteiras terrestres quanto no litoral atlântico. Com o intuito de gerar e aumentar as capacidades dos agentes de Segurança da Guiné-Bissau, a fim de combater a supracitada criminalidade, a ABC desenvolveu atividades no Centro de Formação das Forças de Segurança do país, como visto no Gráfico 9. Na área da Defesa, ressalta-se o projeto de cooperação técnica para a capacitação de militares estrangeiros, liderado pelo ABC em parceria com o Ministério da Defesa, cuja duração abrangeu todos os anos do período em consideração, o que é demonstrado no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Projetos da ABC em Defesa e Segurança, entre 2017 e 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

Percebe-se no Gráfico 10 que a ABC manteve iniciativas tanto no setor da Defesa quanto da Segurança junto ao Estado guineense, entre 2017 e 2021, durante o governo Temer, até o final do ano de 2018, e Bolsonaro a partir de 2019. Igualmente ao governo brasileiro de Dilma Rousseff, o maior número de projetos da ABC esteve ativo em Segurança Pública, sendo quatro no mesmo ano. Adicionalmente, em 2019, ainda estavam vigentes dois projetos na área da Defesa, totalizando seis em ambas as áreas no mesmo ano, o que representa o período de maior cooperação do Brasil junto à Guiné-Bissau, considerando os projetos firmados pela ABC.

Nesse período, entre as suas variadas ações, contou com mais de quarenta instituições do país como parceiras executoras de iniciativas junto ao governo guineense, o que está explicitado, a seguir, no Quadro 10. Dessa maneira, no transcorrer dos mandatos dos ex-presidentes Temer e Bolsonaro, em que pese a política externa do país estar direcionada para as relações Norte-Sul, ocorreu a manutenção das principais ações nacionais junto à Guiné-Bissau, garantindo a projeção estratégica brasileira conquistada, anteriormente, naquele espaço geográfico.

De acordo com os dados do Quadro 10, a educação é a área que apresenta números mais expressivos entre as contribuições da ABC. Já ciência e tecnologia estão entre os setores de menor atuação dessa entidade. Cabe destacar uma capacitação para professores guineenses, em Bissau, ocorrida em 2019, para planejamento de ensino e avaliação de rendimento, com o apoio do SENAI, como instituição parceira executora (CAÇADOR, 2019). Outrossim, os campos agrícola, da saúde, da justiça e do desenvolvimento social representaram as maiores quantidades de cooperações brasileiras, envolvendo instituições nacionais com distintas frequências.

Esses domínios constam entre as necessidades precípua para a evolução do Estado guineense, de acordo com a situação geral do país abordada no capítulo inicial dessa pesquisa. Como exemplo, a justiça permite o progresso de questões atinentes aos direitos individuais e coletivos, tendo efetiva participação do Tribunal Superior Eleitoral e da Defensoria Pública da União. Tal modo de integração está alinhado com outras regiões do continente, além da maioria da comunidade internacional, corroborando para a luta contra qualquer forma de extremismo que gere o cerceamento de direitos (ABRAHAMSEN, 2018). Dessa forma, o apoio do Brasil no setor da justiça e da Defesa e Segurança constituem um pressuposto fundamental para entendimento ampliado sobre os problemas nacionais, na Guiné-Bissau, bem como influenciam diretamente para uma boa governança (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Quadro 10 - Instituições brasileiras executoras de projetos com a Guiné-Bissau

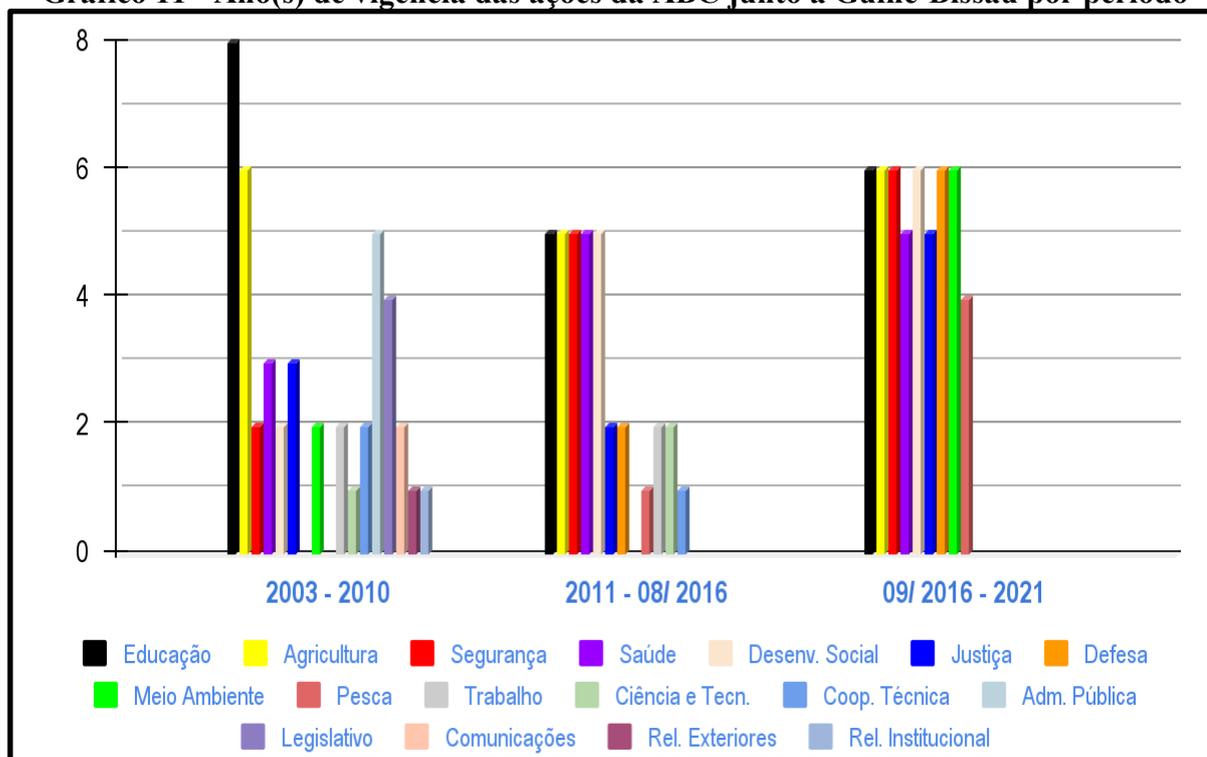
Área (total de projetos)	Nome da instituição	Percentual (Projetos)
Administração Pública (05)	Escola Nacional de Administração Pública	20% (1)
	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	40% (2)
	Fundação João Pinheiro	20% (1)
	ABC (atividade isolada)	20% (1)
Agricultura (09)	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (SC)	11,1% (1)
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	55,6% (5)
	Ministério da Educação/ Secretaria Profissional e Tecnológica	22,2% (2)
	ABC (atividade isolada)	11,1% (1)
Ciência e Tecnologia (01)	Serviço de Processamento de Dados	100% (1)
Comunicações (01)	Empresa Brasil de Comunicação	100% (1)
Cooperação Técnica (02)	Universidade Federal de Viçosa	50% (1)
	Ministérios: da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Pesca e Aquicultura; de Minas e Energia; do Desenvolvimento Agrário; e do Desenvolvimento Social	50% (1)
Desenvolvimento Social (09)	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	22,2% (2)
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	22,2% (2)
	Pastoral da criança - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	33,4% (3)
	ABC (atividade isolada)	22,2% (2)
Educação (36)	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	16,6% (6)
	Departamento de África (Brasil)	2,8% (1)
	Ministério da Educação	16,6% (6)
	Universidade de Brasília	2,8% (1)
	Instituto Diplomático do Suriname	16,6% (6)

	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2,8% (1)
	Fundação Gol de Letra	13,8% (5)
	Ministério da Defesa do Brasil e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	5,6% (2)
	Instituto Rio Branco	5,6% (2)
	Conselho Nacional da Juventude	2,8% (1)
	UNILAB	5,6% (2)
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2,8% (1)
	ABC (atividade isolada)	5,6% (2)
Relações institucionais (01)	Assessoria de Projetos Especiais da Câmara dos Deputados	100% (1)
Justiça (09)	Tribunal Superior Eleitoral	55,6% (5)
	Escola Superior do Ministério Público da União	22,2% (2)
	Defensoria Pública da União	11,1% (1)
	ABC (atividade isolada)	11,1% (1)
Legislativo (03)	Senado Federal	100% (3)
Meio Ambiente (03)	Agência Nacional de Águas	66,7% (2)
	Instituto de Gestão das Águas e Clima	33,3% (1)
Pesca (01)	Ministério da Pesca e Aquicultura	100% (1)
Relações Exteriores (01)	ABC (atividade isolada)	100% (1)
Saúde (09)	Ministério da Saúde	55,6% (5)
	Universidade Federal de Pernambuco	11,1% (1)
	ABC (atividade isolada)	33,3% (3)
Trabalho e Emprego (04)	Ministério do Trabalho e Emprego	25% (1)
	Central Única dos Trabalhadores	25% (1)
	ABC (atividade isolada)	50% (2)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

Igualmente, a relação em estudo está enquadrada na interdependência complexa, pois entre ambas as nações há transportes e deslocamentos físicos de múltiplos artigos, variadas transações financeiras, bem como os movimentos de pessoas, as comunicações e as circulações de ideias, cujos exemplos podem ser tanto no campo cultural quanto do ensino. Em tal contexto, diante das ações da ABC, cabe lembrar que a educação é uma necessidade básica para o desenvolvimento social da comunidade bissau-guineense. Contudo, não basta apenas esse progresso sem que exista alimentação suficiente para o povo, cuja produção pode ser potencializada pelas parcerias da área agrícola e da saúde. Nessa esfera, a instituição executora mais atuante foi o Ministério da Saúde brasileiro, que, de modo geral, está entre os maiores colaboradores.

Gráfico 11 - Ano(s) de vigência das ações da ABC junto à Guiné-Bissau por período

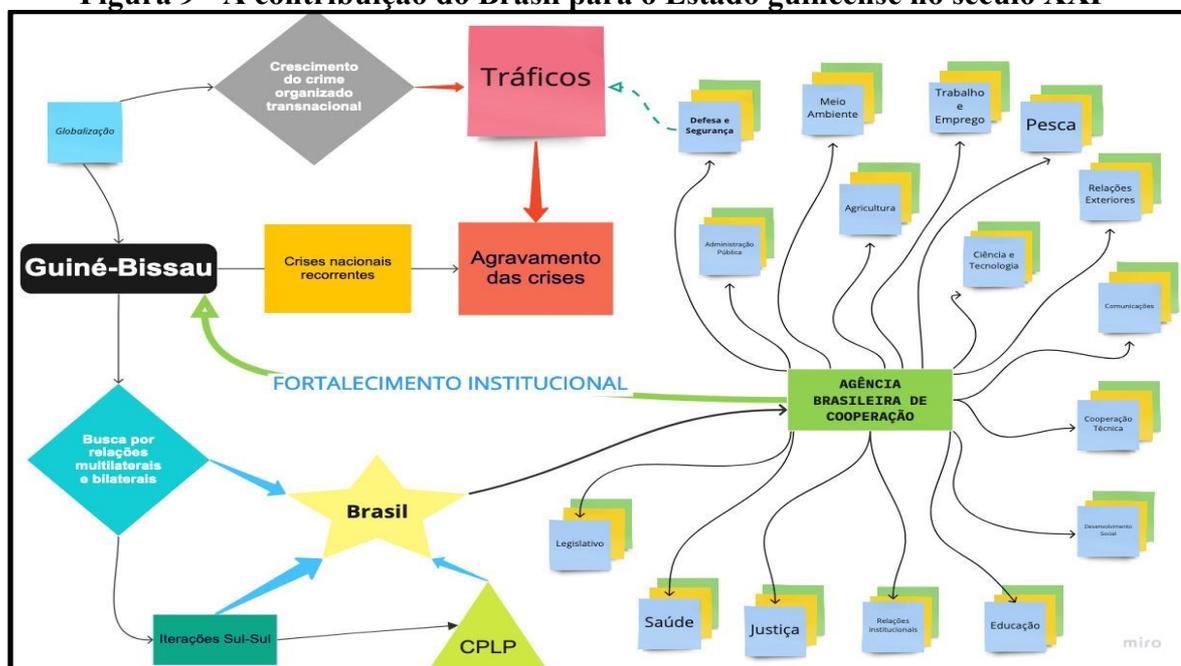


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2022b)

Outrossim, tal qual o Gráfico 11, esse capítulo revelou, entre os diversos segmentos de cooperação realizados, com destaque para a área da Defesa e Segurança, a possibilidade de reforçar o combate aos tráficos no eixo Guiné-Bissau-Brasil, por meio da capacitação dos agentes do país africano nos diversos setores constantes do Quadro 10. Por oportuno, um esforço colaborativo internacional é imperativo para, reiteradamente, combater os reflexos do narcotráfico sobre a saúde dos cidadãos, nas governanças dos Estados afetados e na segurança

mundial. Tanto no Gráfico 11 quanto na Figura 9 constam os esforços das ações da ABC, em variados campos, para alavancar o fortalecimento institucional do país africano apoiado.

Figura 9 - A contribuição do Brasil para o Estado guineense no século XXI



Fonte: Elaborado pelo autor por meio da plataforma Miro.com

Tal qual a Figura 9, a globalização pode constituir um dos fatores impulsionadores da criminalidade organizada transnacional, cujas ações afetam institucionalmente a Guiné-Bissau (NAU, 2021). Contra isso, a ABC segue liderando os projetos identificados nessa pesquisa, contribuindo para que as nações, em cooperações Sul-Sul, encarem em melhores condições as adversidades presentes e vindouras ao longo do século atual (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 2021). No mesmo sentido, verifica-se que terão maior relevância as interações bilaterais além da CPLP, estabelecidas pelo MRE, via ABC, atenuando em alguma medida a insegurança no espaço do Atlântico Sul.

Enfim, esse capítulo encaminhou o atingimento, de modo parcial, do objetivo do trabalho ao apresentar a maneira da condução das relações entre ambos os países em estudo, no transcorrer do século XXI. Infere-se, parcialmente, que a intensificação das relações institucionais entre o Brasil e a Guiné-Bissau, durante as alternâncias de prioridades dos governos brasileiros, a partir de 2003, podem ter contribuído para o fortalecimento estatal guineense. Conseqüentemente, tais ações da ABC, em alguma proporção, seguem impactando para a redução das diversas debilidades bissau-guineenses, recorrentes, expostas ao longo dessa pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve por finalidade apontar os reflexos da cooperação institucional brasileira junto à Guiné-Bissau, para a capacitação desse país, especialmente atinente à luta contra o crime organizado transnacional via Atlântico Sul, entre 2003 e 2021. Nessa esteira, a África é um ponto intermediário do trânsito das drogas, fundamentalmente nos territórios próximos ao Oceano Atlântico. Em tal área, os países possuem significativas fragilidades em diversas expressões do poder nacional, tendo o Brasil, entre os Estados sul-americanos, sustentado importantes relações cooperativas estabelecidas desde o século XX, com intensidades desiguais, no decurso dos governos Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro.

No mesmo sentido, no contexto mundial, a Guiné-Bissau é uma nação cuja situação requer a cooperação internacional, sendo que as suas heranças coloniais são importantes para a compreensão da sua conjuntura atual. Desse modo, a intenção do trabalho foi responder se a cooperação coordenada pela ABC foi análoga, mesmo com as transições dos presidentes brasileiros, contribuindo para o fortalecimento institucional do Estado guineense, a fim de reduzir, em alguma proporção, os tráficos transnacionais recorrentes que passam pelo seu território. Cabe frisar que esse é um Estado cujas fragilidades afetam o seu povo, como a fome, as doenças, as guerras civis e a insegurança, sendo a última proveniente da cotidiana criminalidade organizada instalada no seu território.

Entretanto, como potencialidade interna, o território Bissau-guineense possui recursos naturais vastos. Isso impulsiona a ambição de colaboradores como os chineses que, no presente, buscam satisfazer as suas necessidades energéticas e minerais, por meio de mercados em que possam negociar vantajosamente os seus produtos e serviços. Contudo, tais relações de troca e consumo são contrapartidas menos latentes se considerada a parceria com o governo do Brasil. Assim sendo, o papel dessa cooperação é relevante como elemento existente que permite reduzir as vulnerabilidades e as sensibilidades de ambos os países diante dos obstáculos gerados no cenário internacional, como o narcotráfico citado nessa pesquisa.

A hipótese do trabalho de que as aproximações institucionais entre a Guiné-Bissau e o Brasil tiveram variadas formas durante os governos brasileiros foi ratificada. Essa expectativa teve confirmação em razão das diversificadas características apuradas da atuação de cada gestão, cujas cooperações não foram homogêneas, mesmo sob a coordenação da ABC. De 2003 até 2010, o presidente Lula estabeleceu amplas ligações em múltiplos setores com o continente africano, o que pode ser enquadrado no contexto da interdependência complexa.

De 2011 até agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff alterou o padrão das relações em análise, talvez em razão das crises internas do Brasil, reduzindo algumas áreas de interação institucional e intensificando as ações em Defesa e Segurança. Posteriormente, de setembro de 2016 até 2021, os presidentes Temer e Bolsonaro procuraram assegurar os vínculos estabelecidos com os países africanos, apesar de uma discreta redução do número de áreas parceiras, possivelmente fruto da preferência por relações com nações desenvolvidas. Todavia, foi mantida a destacada atuação estratégica no campo da Segurança, por meio da PFB, sob liderança da ABC, para a capacitação dos agentes das Forças de Segurança guineenses, cujo projeto iniciou no final do segundo mandato do presidente Lula.

A ABC, historicamente, colabora com outras nações a partir de iniciativas em cooperações Sul-Sul, cujas prioridades são estabelecidas pelo MRE. Isso possibilita que elas criem melhores condições para enfrentar as adversidades decorrentes da insegurança existente no espaço do Atlântico Sul. No mesmo sentido, as interações bilaterais surgidas a partir da CPLP estreitaram ainda mais os laços já presentes entre os povos do Brasil e da Guiné-Bissau. Conseqüentemente, os diálogos Sul-Sul entre nações mobilizam significativa parcela da comunidade internacional, a exemplo da ABC junto aos países da costa africana atlântica, que busca parcerias para promover a segurança regional, de acordo com a busca do consenso coletivo elencado por Buzan et al. (1998), bem como o fortalecimento institucional dos Estados mais fragilizados por conflitos internos, tais quais os ocorridos no território guineense e, ainda, assegurando a projeção regional brasileira no seu entorno estratégico afastado.

Igualmente, sob a lente da teoria institucionalista neoliberal, no mundo contemporâneo, verifica-se o progresso das interações entre os governos dos Estados, tanto bilaterais quanto multilaterais. Nesse sentido, o Brasil iniciou junto aos países africanos, formalmente, os seus atos internacionais, como nos acordos de cooperação técnica ou científica. Segundo o histórico dessas relações discorrido ao longo do trabalho, tais atos diretos começaram na primeira metade do século XX. Igualmente, em relações institucionais multilaterais recentes, como da CPLP, o Brasil busca integração diante da amplitude que caracteriza a interdependência complexa, uma vez que um dos objetivos é que os membros desse fórum, cujas nações possuem o português como idioma oficial, cooperem mutuamente em variados assuntos da agenda internacional, conforme o entendimento de Colgan e Keohane (2017) sobre as múltiplas interações globais atuais.

Vale frisar que as variações das relações institucionais estabelecidas através da ABC ficaram evidentes no último capítulo dessa pesquisa. Consoante a Keohane (1989), tais interações possuem vetores para todas as direções, ou seja, os países em estudo podem possuir

diversas ligações em distintos campos. Nos três períodos considerados, em que pese as alternâncias dos presidentes brasileiros, pertinentes ao contexto democrático, os projetos foram intensos nas áreas da agricultura e da educação. Nos segundo (governo Rousseff, 2011-2016) e terceiro (governos Temer e Bolsonaro, 2016-2021) períodos, as cooperações em saúde e segurança também ganharam maior relevância. Contudo, o primeiro período (governo Lula, 2003-2010) teve ações em mais setores que os outros dois subsequentes, como na justiça, no desenvolvimento social, nas relações institucionais, além da ciência e da tecnologia, da administração e da esfera legislativa.

De acordo com Keohane (1989), o sistema internacional é considerado descentralizado. Os Estados não possuem obediência a um poder central, com o monopólio legítimo do uso da força, que evidencie uma determinada hierarquia. Nesse ínterim, na gestão do ex-presidente Lula, a ABC atuou formulando projetos em diversas áreas junto aos países africanos. Esse governo ampliou o investimento na estrutura do MRE, abrindo novas embaixadas e consulados, mantendo a aliança com os países de língua portuguesa e democratizando a política externa brasileira. Dessa forma, no contexto da descentralização aludido por Keohane (1989), ocorreu a ampliação do diálogo com diversos atores da comunidade internacional que, a partir de engajamentos bilaterais seletivos, contemplou a complexa e multifacetada costa africana, ocasião em que a ABC passou a contribuir para o fortalecimento institucional da Guiné-Bissau, com entidades colaboradoras parceiras, como a PFB.

Segundo Keohane e Nye (2001), quando amenizadas as vulnerabilidades de um determinado ator, em alguma medida poderão ser atenuadas as vulnerabilidades do eventual colaborador. De 2003 até 2021, ocorreu o estreitamento das relações entre os países em estudo. Nesse sentido, dentre os diversos projetos da ABC para o incremento das capacidades do Estado guineense, destaca-se a esfera da Segurança, por meio da modernização das Forças de Segurança da Guiné-Bissau. Em 2009, no segundo mandato do ex-presidente Lula, a PFB iniciou a participação na primeira fase do mencionado projeto, mantido na gestão do governo Rousseff, do ex-presidente Temer e, posteriormente, no governo Bolsonaro.

Conforme Nye (2019), a força militar é um importante instrumento contundente no cenário mundial, possível razão pela qual o Brasil tenha participado do projeto do Centro de Formação das Forças de Segurança Bissau-guineenses. Entre as atribuições da ABC, capacitar o corpo de gestores e de docentes do país, dotar o supracitado Centro de infraestrutura adequada e a implementação efetiva de um programa de capacitação das Forças de Segurança, demonstram que o Brasil coopera para a redução dos problemas securitários guineenses

através desse projeto. Em razoável medida, os mais de 1.500 policiais guineenses formados pela PFB podem mitigar problemas atinentes aos tráficos abordados no segundo capítulo. Assim sendo, ocorre o aumento da repressão ao crime organizado transnacional no território da Guiné-Bissau, em especial ligado ao narcotráfico, onde o país é um dos pontos intermediários das drogas que partem da América do Sul com destino à Europa, o que, segundo a referenciada abordagem de Keohane e Nye (2001), pode impactar, em alguma medida, na atenuação dos problemas enfrentados pelo Brasil em relação ao tráfico de drogas.

Apesar de no governo Rousseff terem ocorrido várias visitas do alto escalão do MRE ao continente africano, a ABC reduziu em cerca de 30% o número de áreas de cooperação com a Guiné-Bissau, o que foi constatado no Gráfico 11, na última subseção dessa pesquisa. Entretanto, tal fato, não ocorreu na área da Defesa e Segurança, pois as ações aumentaram junto ao continente africano, principalmente ligadas às questões de segurança internacional. Conforme Buzan et al. (1998), as nações podem construir um entendimento compartilhado sobre o que deve ser priorizado em termos de proteção coletiva. Muito provavelmente por essa razão, com os membros da CPLP, os projetos da ABC também mantiveram o foco nos domínios da Defesa e da Segurança, cujo destaque seguiu junto à Guiné-Bissau, consoante a Colgan e Keohane (2017), em que as cooperações multilaterais podem abranger desde agendas de meio ambiente, passando pelo comércio, até o domínio securitário.

Ademais, de acordo com Keohane e Nye (2001), a relação entre o Brasil e a Guiné-Bissau restou comprovada como assimétrica, pelas intensidades heterogêneas dos projetos bilaterais discriminados no transcorrer do trabalho, especialmente a partir do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1978. Nessa situação, esse acordo pretérito favoreceu a contribuição direta brasileira para a formação das Forças de Segurança bissau-guineenses. Ainda, no contexto dos esforços coletivos em Segurança, assinalado por Buzan et al. (1998), ocorreu um Seminário da ZOPACAS promovido pelo Ministério da Defesa do Brasil, com apoio da ABC, em que a Guiné-Bissau esteve presente, incrementando o enfrentamento aos crimes transnacionais na sua região.

Ainda que seja relevante assegurar trocas mutuamente benéficas e manter a economia aberta, segundo apontado por Keohane (1989), o ex-presidente Temer visitou o continente africano apenas em duas ocasiões. Essas viagens institucionais integraram distintas agendas, sobretudo em 2018, mesmo considerando a sua gestão como vice-presidente do governo Rousseff. Apesar dessa situação, a ABC seguiu empreendendo na área da Defesa por meio do projeto de cooperação técnica que permitiu a capacitação de militares bissau-guineenses no Brasil, com o possível foco na questão da segurança do entorno estratégico afastado do país, o

qual é um esforço coletivo, como notado por Buzan et al. (1998), que requer a participação de nações africanas, cujo exemplo é a Guiné-Bissau.

Já na gestão do presidente Bolsonaro ocorreram rupturas na política externa brasileira, gerando uma reconstrução da identidade nacional para o exterior. Todavia, similarmente ao senso coletivo sugerido por Buzan et al. (1998), percebe-se que a ABC evidenciou a manutenção das ações de cooperação no campo da segurança internacional, bem como para o combate ao narcotráfico, impulsionando a evolução das atividades desenvolvidas no Centro de Formação das Forças de Segurança guineenses. Ademais, segundo a existência das grandes interações globais abordadas por Keohane e Nye (1971), no período delimitado para a pesquisa nota-se a ocorrência dos fluxos de variadas ações da ABC ao longo das transições dos quatro presidentes citados. Consequentemente, é oportuno destacar que foram mais de quarenta instituições brasileiras parceiras e executoras de cooperações junto ao governo guineense.

Cabe reiterar que a Guiné-Bissau é uma nação do Sul global assolada pela extrema pobreza, em que os cidadãos vivem, em média, com aproximadamente US\$ 1 diário. Em um cenário de interdependência complexa, segundo Keohane e Nye (2001), essa nação depende de ambiciosas metas, com um diálogo abrangente, baseado nas experiências de outros países, dando voz a novas lideranças políticas, aproximando civis e militares, o que pode assegurar maior estabilidade interna. Nesse contexto, os ideais de democratização devem franquear a influência civil sobre as Forças Armadas, explicitando um dos grandes desafios da Guiné-Bissau. Para tanto, após profundas crises institucionais, em 1999, o CSNU estabeleceu uma missão para a criação do UNIOGBIS que, a partir de 2010, passou a ser um Escritório Integrado para a Construção da Paz, permanecendo ativo até 2020. Nesse período, foi idealizada a reforma da sua polícia, o que também colaborou para mitigar as demais instabilidades institucionais, como as oriundas da corrupção. Dessa maneira, na reestruturação do Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau reside um dos projetos de maior destaque coordenados pela ABC.

Em síntese, na área da Defesa e Segurança, os excessos de entorpecentes apreendidos nas últimas décadas agravam a sua fragilidade institucional, expondo para o mundo as suas debilidades fiscalizatórias, tanto via Oceano Atlântico quanto pelo seu entorno fronteiriço. Por oportuno, a interação com o Brasil deve permanecer entre as prioridades do governo bissau-guineense. Nesse diapasão, o trabalho confirma tal assertiva, pois constatou a existência de quase uma centena de projetos entre ambos. No mesmo sentido, a atuação dos organismos internacionais na Guiné-Bissau é relevante, por colaborarem para o

desenvolvimento sustentável e o progresso dos seus ideais democráticos. A missão do escritório da ONU, em alguma medida, motivou a melhoria da fiscalização das ações governamentais, favorecendo a defesa do Estado de Direito. Assim sendo, no campo político, as suspeitas e os casos de corrupção nos setores público e privado podem ser amenizados, maculando menos a imagem desse Estado diante da comunidade internacional.

Observa-se a grande complexidade da situação estatal bissau-guineense, pois a luta contra os tráfegos requer profícuas cooperações em Defesa e Segurança. No caso do Brasil, foi demonstrado que tais auxílios são passíveis de variações de padrão, uma vez que decorrem das diferentes prioridades dadas pelo presidente cuja gestão esteve vigente em determinado período considerado, em alguma medida, a fim de auferir trocas que fossem mais mutuamente benéficas, conforme a teoria exposta por Keohane (1989). Como exemplo, na política de governo para as interações institucionais junto à Guiné-Bissau, o governo Lula buscou uma aproximação e fortaleceu mais áreas, por meio da ABC. Já o governo Rousseff reduziu outras cooperações e alavancou a área de Defesa e Segurança, tendo Temer e Bolsonaro como respectivos mandatários subsequentes que buscaram, gradativamente, fortalecer as diversas iniciativas existentes.

Verifica-se que a Guiné-Bissau possui fraca capacidade estatal de controle marítimo dos tráfegos costeiros transatlânticos, bem como das suas fronteiras. Nesse ínterim, o país precisa garantir a autonomia da sua defesa territorial, a qual é constantemente desafiada pelas atividades ilícitas transnacionais. Ainda, o atraso econômico regional existente demanda relações de cooperação internacional para ajuda ao povo guineense. Dessa maneira, a intensificação das suas relações com o Brasil pode amenizar os seus problemas institucionais e gerar potencialidades que contêm os efeitos das crises políticas e das suas restrições econômicas, garantido em alguma proporção a redução dessas vulnerabilidades e o progresso da sua evolução enquanto Estado-Nação.

Nota-se que novas oportunidades de ações bilaterais entre as Forças Armadas do Brasil e da Guiné-Bissau, no contexto da ZOPACAS, podem incrementar o processo de Defesa transoceânica e seriam eficazes artifícios para o progresso do preparo e do emprego militar de ambos os países, ainda que ocorressem somente via CPLP. Por oportuno, a título de adestramento para a Marinha do Brasil, considerando que a África Ocidental está situada no entorno estratégico afastado do país, o Atlântico Sul é um espaço que fomenta ações multilaterais com outras nações. Cabe destacar que potências militares ocidentais são atuantes nessa área, fato que pode gerar parcerias significativas para o Brasil e a Guiné-Bissau, tais

quais as variações possíveis a partir do entendimento da interdependência complexa, se considerado o combate aos fluxos do narcotráfico, abordados no decorrer dessa pesquisa.

Outrossim, constata-se que o advento da globalização foi um dos propulsores da criminalidade organizada transnacional, sendo que essa afeta institucionalmente a Guiné-Bissau. Vale lembrar que a própria cooperação bilateral Brasil-Guiné-Bissau é bastante suscetível aos volumosos tráficos de drogas, que interferem nos setores da Defesa e da Segurança dos respectivos governos. Por conseguinte, os criminosos tiram proveito da insegurança gerada pelas limitações dos aparatos fiscalizatórios nacionais de ambos os países, promovendo as circulações de toneladas de cocaína entre as suas porosas fronteiras, cujo espaço de tráfego é o Oceano Atlântico.

Os problemas gerados ao Estado guineense, como consequência dos tráficos observados, impactam na busca por melhores condições de vida para os jovens do país, que são o futuro dessa nação. Em que pese todas as áreas de cooperação mencionadas nesse trabalho, a fim de responder ao questionamento que deu origem à pesquisa, nota-se que o aprimoramento dos agentes formados para as suas Forças de Segurança potencializa a autodeterminação do país. Por conseguinte, a relação com o Brasil, vinculada ao MRE, a partir das múltiplas vertentes da ABC, promove e embasa a gradativa capacitação estatal da Guiné-Bissau, podendo, em grande proporção, refletir para a redução dos fluxos dos crimes transnacionais, especialmente relacionados à circulação via Oceano Atlântico.

Os supracitados ilícitos podem ser combatidos a partir da manutenção do esforço da PFB na formação e qualificação de mais profissionais para as Forças de Segurança nacionais, que sejam aptos para o combate das distintas redes da criminalidade, seja interna ou externa, incrementando as ações repressivas aos ilícitos transnacionais. Simultaneamente, após décadas de ocorrências e tentativas de golpes, envolvendo conflitos entre civis e militares, com a intervenção da ONU e outros organismos internacionais, a consolidação da paz é uma necessidade permanente na Guiné-Bissau. O estímulo aos investimentos financeiros estrangeiros e a reforma do setor de segurança do país compuseram relevantes prioridades no século XXI, visando dar maior estabilidade ao desenvolvimento nacional, o que também colaborou para a modernização das Forças Armadas Bissau-guineenses.

Conclui-se que a hipótese formulada para essa pesquisa encontrou sustentação desde o primeiro capítulo do trabalho, em que foram expostas as debilidades da Guiné-Bissau. No contexto da interdependência complexa, tais fragilidades são as origens das suas necessidades de aproximação com outros Estados. A partir do segundo capítulo, as mencionadas carências foram agravadas pela evolução das ocorrências dos crimes transnacionais no seu território,

principalmente alavancados pela fase da globalização iniciada após a Guerra Fria. Nesse sentido, o terceiro capítulo trouxe dados sobre as múltiplas ações desenvolvidas pelo Brasil junto aos países africanos, entre os quais está a Guiné-Bissau.

Na subseção derradeira do supracitado capítulo, ainda, consta especial atenção dada ao domínio da Defesa e Segurança, por meio do MRE, sob a liderança da ABC, além de outras diversas áreas citadas no decorrer de 2003 até 2021. Nesse diapasão, o conflito contra os trânsitos irregulares de entorpecentes, armamentos, madeiras e pessoas, explorado desde o segundo capítulo, foi identificado como uma debilidade guineense passível de ser mitigada a partir da cooperação brasileira. Para tanto, à luz do institucionalismo neoliberal, não só foi relevante a atuação da PFB na qualificação dos agentes das Forças de Segurança guineenses para o combate aos tráficos, mas também os auxílios brasileiros em diversos campos junto ao seu governo. Conclui-se, ainda, consoante a interdependência complexa, que esses apoios tiveram distintas intensidades no transcorrer dos mandatos presidenciais de Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro, conforme visto no último capítulo do trabalho, contribuindo sobretudo, de modo geral, para o fortalecimento estatal guineense, ratificando a hipótese elencada desde o início do trabalho.

Finalmente, apesar dos ressentimentos do passado e das questões militares pendentes, os ideais democráticos foram mantidos nesse Estado africano, propiciando o avanço necessário para o progresso dos processos eleitorais, bem como a realização dos pleitos. Infere-se que, em alguma medida, a liderança da ABC tende a seguir mitigando as ameaças de futuras instabilidades na Guiné-Bissau, por meio da qualificação dos seus diversos jovens, agentes públicos, que são os propulsores do futuro amadurecimento desse Estado. Com efeito, essa proficiente cooperação inclina-se a impactar fundamentalmente sobre o narcotráfico, em razão do crescimento da disponibilidade de pessoal competente e qualificado para o controle das fronteiras, das zonas portuárias e dos aeroportos bissau-guineenses, a partir das ações empreendidas pelas Forças de Segurança capacitadas pela PFB.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, Rita. Return of the generals? Global militarism in Africa from the Cold War to the present. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 49, n. 1–2, p. 19–31, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26395253>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS – AMAN (Brasil). **AMAN realiza o Aspirantado**. 2020. Disponível em: <http://www.aman.eb.mil.br/ultimas-noticias/497-aman-realiza-aspirantado>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **The making of global international relations: origins and evolution of IR at its centenary**. Cambridge: Cambridge University, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/making-of-global-international-relations/FB7779C9914127CBDBE200481494BA7E>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Agência Brasileira de Cooperação**, 2009. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/348>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Cooperação brasileira na área de capacitação jurídica é premiada na Guiné-Bissau**. 2018. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1015>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Guiné-Bissau**. 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/GuineBissau>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Oficiais do Corpo de Bombeiros do Paraná participam de missão na Guiné Equatorial para desenvolvimento da corporação daquele país**. 2016. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/683>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Seminário "Operações de Paz – ZOPACAS" é realizado com o apoio da ABC**. 2015. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/646>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Vertentes da Cooperação Técnica**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-tecnica/vertentes-da-cooperacao-tecnica>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE. **ANCINE amplia iniciativas de integração: novas frentes são Mercosul e CPLP**. 23 jul. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/nota-mercosul-e-cplp-rio-de-janeiro-21-10-2003>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- AGUIRRE, Lauriane. Ceiri News. **Guiné-Bissau e o petróleo offshore**. 2019. Disponível em: <https://ceiri.news/guine-bissau-e-o-petroleo-offshore/>. Acesso em: 14 out. 2022.
- A INCRÍVEL saga do primeiro narcosubmarino apreendido na Europa. **BBC News Brasil**, 22 jan. 2022. Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2022/01/incrivel-saga-do-primeiro-narcossobmarino-apreendido-na-europa.html>. Acesso em: 24 ago. 2022.

AMIN, Samir. Underdevelopment and dependence in Black Africa - origins and contemporary forms. **The Journal of Modern African Studies**, [s.l.], v.10, n. 4, p. 503-524, 1972. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/abs/underdevelopment-and-dependence-in-black-africa-origins-and-contemporary-forms/6B61BA3D9955593E7E2D3F1C60292328>. Acesso em: 24 ago. 2022.

AMORIM, Wellington D.; CHIOZZO, Vitor D. Comunidade de Segurança do Atlântico Sul: um subcomplexo regional de segurança? **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 99–130, jan./ abr. 2017. Disponível em: <https://revistadaegn.com.br/index.php/revistadaegn/article/view/555>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ANDRES, Amado de. Expresso. **A Guiné-Bissau pode converter-se num narco-Estado**. 2007. Disponível em: https://expresso.pt/dossies/dossiest_actualidade/NarcotrficonGuinBissau/a-guine-bissau-pode-converter-se-num-narco-estado=f158743. Acesso em: 20 mar. 2022.

ANI, Christian. Institute for Security Studies. **Nova iniciativa discute opções para combater o crime organizado na África Ocidental**. 2022. Disponível em: <https://issafrica.org/about-us/press-releases/new-initiative-discusses-options-for-tackling-organised-crime-in-west-africa>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ARAÚJO, Hélio D. Cooperação Brasil - África (2003-2010) - Formação de Cadetes da CPLP na AMAN. *In: ENCONTRO PEDAGÓGICO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR*, 4., Rio de Janeiro, p. 35-41, 2012. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAGNON_2012_suplemento.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

BARBOSA, Jenny D.; BUARO, Mônica. Micro e Pequenas Indústrias de Guiné-Bissau: Contribuição na Geração de Emprego. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS*, 6., Recife, 2010. **Anais [...]**. Recife: Anegepe, 2010. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/PE503.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BESSA, Pedro H. S. de **O ressurgimento do anticomunismo na política externa brasileira e a ruptura institucional durante o governo de Jair Messias Bolsonaro**. 2022. 50 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16134>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BIJAGÓ, Vagner G. **Os golpes de estado na Guiné-Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3568>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BISCHOFF, Viviane. **As ações públicas de internacionalização da educação superior no Brasil e o seu alinhamento com a política externa brasileira no governo Dilma Rousseff 2011-2014**. 2017, 247 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158147>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Navio da MB participará de exercício na costa da África**. 21 fev. 2017. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-da-mb-participara-de-exercicio-na-costa-da-africa>. Acesso em: 27 jun. 2022

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras recebem o Espadim**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/cadetes-da-academia-militar-das-agulhas-negras-recebem-o-espadim>. Acesso em: 20 jun. 2022

BRASIL. Ministério da Defesa. **Histórico da participação brasileira em missões de paz da ONU**. 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **ABC: pesquisa de projetos**. 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **ABC: busca “guiné-bissau”**. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/search?SearchableText=guin%C3%A9-bissau>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Alerta migratório: Espaço Schengen**. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/cartilhas/alerta-migratorio-espaco-schengen>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/cplp>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia: acervo de atos internacionais do Brasil**. 2022c. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2005. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5300?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=3&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2007a. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5969?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2007b. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5973?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2007c. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5974?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2007d. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5749?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=3&tipoPesquisa=2#documentosAnexos>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2007e. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5975?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2008a. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6204?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2008b. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6225?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2008c. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6124?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2010a. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6941?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=1&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2010b. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6790?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=1&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2010c. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6675?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2010d. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6851?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=1&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2010e. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6943?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=1&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. 2010f. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6940?DataInicial1=01%2F01%2F2003&IdEnvolvido=132&TpData1=1&page=1&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Plenária da II Cúpula América do Sul-África – Isla Margarita**. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-plenaria-da-ii-cupula-america-do-sul-africa-isla-margarita-26-de-setembro-de-2009>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Embaixadas e Consulados estrangeiros no Brasil**. 2022d. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/representacoes/estrangeiras-no-brasil>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Representações brasileiras no exterior**. 2022e. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/representacoes/representacoes-brasileiras-no-exterior>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Reunião do Presidente da República, Jair Bolsonaro, com o Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló**. 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-com-o-presidente-da-guine-bissau-umaro-sissoco-embalo. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Unilab e Guiné-Bissau comemoram 10 anos de cooperação**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/unilab-e-guine-bissau-comemoram-10-anos-de-cooperacao>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ministros de Meio Ambiente dos Países de Língua Portuguesa se reúnem em Brasília**. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/em-bom-portugues>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Em bom português Cooperação estratégica entre países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa estimula a redução da pobreza e o crescimento sustentado**. 2010g. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/em-bom-portugues>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRITO, Gabriel. Racismo Ambiental. **Guiné-Bissau e a gestão comunitária de florestas como oposição às pilhagens público-privadas de recursos naturais**. 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/12/21/guine-bissau-e-a-gestao-comunitaria-de-florestas-como-oposicao-as-pilhagens-publico-privadas-de-recursos-naturais/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BUZAN, Barry *et al.* **Regions and powers: the structure of international security**. v. 91, Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/regions-and-powers/9E0B611D4C01CECD704651B273646E1D>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BUZAN, Barry *et al.* **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/39047709/Buzan_Waever_and_De_Wilde_1998_Security_A_New_Framework_For_Analysis. Acesso em: 24 ago. 2022.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. <https://www.cambridge.org/core/books/evolution-of-international-security-studies/BB04557E83B673F58799E2B62FA83DA1>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CAÇADOR, Cláudia. Cyber do Centro Educacional Amizade São Paulo, na Guiné-Bissau, começa a funcionar. **ABC - Agência Brasileira de Cooperação**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1596>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CAÇADOR, Cláudia. Diretor da ABC recebe a Chanceler da Guiné-Bissau. . **ABC - Agência Brasileira de Cooperação**, 2021. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1787>. Acesso em: 08 jun. 2022.

CAÇADOR, Cláudia. Professores guineenses recebem capacitação em Bissau. **ABC - Agência Brasileira de Cooperação**, 2019. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1181>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CARVALHO, Ricardo O. de **Política Externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: Crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP e CEDEAO” (1973-2014)**. 2016, 251 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149518>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CASTILLO, Juan I. A. R. **O Brasil e a segurança no Cone Sul no Pós-Guerra Fria**. 2008, 206 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11112009-172933/pt-br.php>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ČERVENKA, Zdenek. **The Unfinished Quest for Unity: Africa and the OAU**. London: Julian Friedmann, 1977. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/abs/unfinished-quest-for-unity-africa-and-the-oau-by-zdenek->

cervenka-london-julian-friedmann-publishers-new-york-holmes-and-meier-1977-pp-251-750/FCD595BAD6EB1B22A732582FF3127581. Acesso em: 28 jun. 2022.

CHASTINET, Tony *et al.* **Narco-Europa: Europa é inundada de cocaína da América do Sul.** **R7 Estúdio**, 2021. Disponível em: <https://estudio.r7.com/edicoes/narco-europa-europa-e-inundada-de-cocaina-da-america-do-sul-05112021>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CHAVES, David V. de M. **De Tancredo a Temer: aplicação da análise de política externa ao executivo brasileiro da nova república.** 2021, 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40076>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CHAZAN, Naomi *et al.* **Politics and society in contemporary Africa.** Boulder: Lynne Rienner, 1999. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-1-349-14490-7>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CILLIERS, Jakkie; SISK, Timothy D. Avaliando a fragilidade do Estado a longo prazo na África: Perspectivas para 26 países “mais frágeis”. **Institute for Security Studies**, 27 nov. 2013. Disponível em: <https://issafrica.org/research/monographs/assessing-long-term-state-fragility-in-africa-prospects-for-26-more-fragile-countries>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: The politics of state survival.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/1998-03-01/africa-and-international-system-politics-state-survival?gelid=CjwKCAiArY2fBhB9EiwAWqHK6tbNH6PfPwcpBmt_OAcyiaEGxiKyO0rT8pK3GHRFityDkdFtxO3UhRoCn_MQAvD_BwE. Acesso em: 18 mar. 2022.

CLOSSVANY. **Tradições da Guiné-Bissau.** 2022. Disponível em: <https://clossvany.com/tradicoes-da-guine-bissau/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

COLGAN, Jeff D.; KEOHANE, Robert O. **The Liberal Order Is Rigged - Fix It Now or Watch It Wither.** Foreign Affairs, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44823729>. Acesso em: 20 ago. 2022.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. **Guiné-Bissau.** 2022a. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2774.aspx>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. **Portal Turismo.** Guiné-Bissau. 2022b. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2981.aspx>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CORDEIRO, Ana D. **Guiné-Bissau, o primeiro narco-Estado de África.** 2007. Disponível em: <https://www.publico.pt/2007/08/09/jornal/guinebissau--o-primeiro--narcoestado--de-africa-225351>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – DPU (Brasil). **Delegação da Guiné-Bissau conhece atendimento aos assistidos da DPU no DF.** 22 jun. 2017. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-distrito-federal-slideshow/37923-delegacao-da-guine-bissau>

conhece-atendimento-aos-assistidos-da-dpu-no-df. Acesso em: 20 jun. 2022.

DELBRASGEN. ABC. **Itamaraty e CPLP promovem curso de comércio internacional**. 2005. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/285>. Acesso em: 08 jun. 2022.

DIANA, Alita. UFSC. **Guiné-Bissau mostra a sua cultura na 4 SEPEX**. 2004. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2004/09/guine-bissau-mostra-sua-cultura-na-4%C2%AA-sepex/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

DIAS, Carlos M. Golpes de Estado em África e militarização dos regimes. **Janus: Anuário de Relações Internacionais**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 142 – 143, 2010. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_3_2.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

DISTANCE.TO. **Distance.to**, c2019. Distância entre Rio Grande do Norte - BRA e Bissau - GNB. Disponível em: <https://pt.distance.to/Rio-Grande-do-Norte,BRA/Bissau,GNB#>. Acesso em: 18 mar. 2022.

DUNCOMBE, Constance E.; DUNNE, Tim. After liberal world order. **International Affairs**, [s. l.], v. 94, n. 1, p. 25–42, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/94/1/25/4762688?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 18 mar. 2022.

EMCDDA. **Statistical Bulletin 2022**. 2022. Disponível em: https://www.emcdda.europa.eu/data/stats2022_en. Acesso em: 05 out. 2022.

EXÉRCITO brasileiro integra a força de paz da ONU no Timor-Leste. **Agência Brasil**, 03 jun. 2004. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-06-03/exercito-brasileiro-integra-forca-de-paz-da-onu-no-timor-leste>. Acesso em: 24 jun. 2022.

FERRO, Carlos. Diário de Notícias. **Mares dos Açores e da Madeira são “estradas” para o tráfico de cocaína**. 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/pais/mares-dos-aco-res-e-da-madeira-sao-estradas-para-o-traf-ico-de-cocaina-11550752.html>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GHIMIRE, Safal. Rising powers and security: a false dawn of the pro-south world order? **Global Change, Peace & Security**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 37–55, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14781158.2018.1431878>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GLOBAL ORGANIZED CRIME INDEX. **Guiné-Bissau**. 2019. Disponível em: <https://ocindex.net/country/guinea-bissau>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GRAYLEY, Mônica V. ONU News. **ONU e Interpol lançam projeto para combater extração ilegal de madeira**. 2012. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2012/06/1406921-onu-e-interpol-lancam-projeto-para-combater-extra-cao-ilegal-de-madeira>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GUEDES, Larissa. Universidade Federal da Paraíba. **ACI-UFPB recebe dois estudantes da Guiné-Bissau**. 2022. Disponível em: https://www.ufpb.br/aci/contents/noticias/copy_of_aci-ufpb-recebe-dois-estudantes-de-guine-bissau. Acesso em: 20 jun. 2022.

GUIA GEOGRÁFICO. Guiné-Bissau. **Mapa Político da Guiné-Bissau**. 2022. Disponível em: <http://www.africa-turismo.com/mapas/guine-bissau.htm>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GUINÉ-BISSAU. **DHNET**. 2022. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/cplp/guineb/dados.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GUINÉ-BISSAU. Embaixada. **Mapa da África**. 2017. Disponível em: <http://embaixadaguinebissau.pt/info-guine/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GUINÉ-BISSAU. **Implementação do programa de ação de Istambul na Guiné-Bissau 2011-2020**. 2020a. Disponível em: https://www.un.org/ldc5/sites/www.un.org/ldc5/files/guine_bissau_ipoa_national_report.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

GUINÉ-BISSAU. **Mensagem do Ministro do Ambiente e da Biodiversidade**. 2020b. Disponível em: <https://ministerioambiente.gw/ministerio/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GUINÉ-BISSAU. **PJ da Guiné-Bissau apreende madeira para tráfico**. 2016a. Disponível em: <https://www.pjguinebissau.com/artigos/pj-da-guine-bissau-apreende-madeira-para-trafico/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

GUINÉ-BISSAU. **Programa de Governação da IX Legislatura (2014-2018)**. Bissau, set. 2014. Disponível em: <http://www.gbissau.com/wp-content/uploads/2014/09/Programa-do-Governo-2014-2018.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

GUINÉ-BISSAU. **UNIOGBIS testemunha incineração de cerca de duas toneladas de cocaína**. 2016b. Disponível em: <https://www.pjguinebissau.com/artigos/uniogbis-testemunha-incineracao-de-cerca-de-duas-toneladas-de-cocaina/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GYGLI, Savina *et al.* The KOF Globalization Index – Revisited. **Review of International Organizations**, 14(3), p. 543-574, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11558-019-09344-2>. Acesso em: 28 ago. 2022.

HENRIQUES, Liliana. **Abate florestal continua na Guiné-Bissau apesar de moratória, diz relatório**. 2017. Disponível em: <http://pt.rfi.fr/guine-bissau/20170530-abate-florestal-continua-na-guine-bissau-apesar-de-moratoria-diz-relatorio>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HENTZ, James J. (org). **Routledge handbook of African security**. New York: Routledge, 2014. Disponível em: <https://www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-African-Security/Hentz/p/book/9781138308329>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HOLLIGAN, Anna. A Holanda está se tornando um narco-Estado? **BBC News Brasil**, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50850869>. Acesso em 19 abr. 2022.

INFANDE, Beto. **A política externa da República Popular da China para a República da Guiné-Bissau: uma análise da cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em infraestrutura**. 2021, 134 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades, Artes e

Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33165>. Acesso em: 18 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Áreas territoriais - Porto Velho/ RO**. 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?t=acesso-ao-produto&c=1100205>. Acesso em: 18 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades e Estados - Curitiba/ PR**. 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/curitiba.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

INTERPOL. **IRT Guiné-Bissau 4**. 2022. Disponível em: <https://www.interpol.int/es/Pagina-de-busqueda?search=bissau&limit=12&page=3>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ISMAIL, Olawale; SKONS, Elisabeth. **Security activities of external actors in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2014. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2014/security-activities-external-actors-africa>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ISSUFO, Nádia. **Floresta da Guiné-Bissau ameaçada por abate selvagem**. 2013. Disponível em: <http://85.217.170.64/pt-002/floresta-da-guin%C3%A9-bissau-amea%C3%A7ada-por-abate-selvagem/a-16873786>. Acesso em: 19 ago. 2022.

JAKOBSEN, Kjeld A. **Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula**. 2016, 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-05102016-162031/pt-br.php>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KANE, Mouhamadou. Institute for Security Studies. **Quando os cuidadores ficam do lado dos traficantes de crianças**. 2019. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/when-caretakers-side-with-child-traffickers>. Acesso em: 20 ago. 2022.

KANE, Mouhamadou; WANE, Mamadou A. Enact Observador. **Tráfico de seres humanos / Forçados a mendigar: tráfico de crianças da Guiné-Bissau para o Senegal**. 2021. Disponível em: <https://enactafrica.org/research/policy-briefs/forced-to-beg-child-trafficking-from-guinea-bissau-to-senegal>. Acesso em: 20 ago. 2022.

KARBO, Tony; VIRK, Kudrat. (eds) **The Palgrave handbook of peace building in Africa**. Gewerbestrasse: Palgrave, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-62202-6>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KEOHANE, Robert O. **International institutions and state power**. Westview Press, 1989. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780429032967/international-institutions-state-power-robert-keohane>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. New York: Harper Collins, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706764>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. *Survival*, v. 15, n. 4, 1973. Disponível em: <https://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=231748&kod=JPM033>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Transnational relations and world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/transnational-relations-and-world-politics-an-introduction/23B617A0131C0C3A69769B712E21D552>. Acesso em: 19 ago. 2022.

LAURANCE, William. Portal do agronegócio. **O apetite perigoso da China por madeira**. 2011. Disponível em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/florestal/outros/artigos/o-apetite-perigoso-da-china-por-madeira>. Acesso em: 18 ago. 2022.

LAYNE, Christopher. The US–Chinese power shift and the end of the Pax Americana. **International Affairs**, [s. l.], v. 94, n. 1, p. 89–111, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-62202-6>. Acesso em: 19 ago. 2022.

LOEWENSTEIN, Antony. **Como o tráfico de drogas transformou um pacífico país tropical num narcoestado**. 2019. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/gyzznx/como-o-trafico-de-drogas-transformou-um-pacifico-pais-tropical-num-narcoestado>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LOUREIRO, Vitor G. **A política externa brasileira e a liderança estratégica na América do Sul no século XXI**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8831/1/MO%206348%20-%20LOUREIRO.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 7–50, 2019. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/bound-fail-rise-and-fall-liberal-international-order>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MENDICIDADE e exploração sexual marcam tráfico humano na Guiné-Bissau. **ONU News**, 30 jul. 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/07/1558661>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MOREIRA, Luís G. G. Prioridades para a cooperação brasileira no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 347–358, 2015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/290>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MOURY, Taciana. Academia Militar do Exército Brasileiro forma cadetes estrangeiros. **Plano Brasil**. [s.l.], 02 jul. 2018. Disponível em: <https://www.planobrazil.com/2018/07/02/academia-militar-do-exercito-brasileiro-forma>

cadetes-estrangeiros/. Acesso em: 19 jul. 2022.

MUHACHA, Benney. Sopra Educação. **Biografia de Amílcar Cabral**. 2021a. Disponível em: <https://sopra-educacao.com/2021/01/29/biografia-de-amilcar-cabral-1924-1973/> Acesso em: 20 ago. 2022.

MUHACHA, Benney. Sopra Educação. **Clima e relevo da Guiné-Bissau**. 2021b. Disponível em: <https://sopra-educacao.com/2021/01/26/clima-e-relevo-de-guine-bissau/> Acesso em: 20 ago. 2022.

MUNDO apreendeu 550 mil armas de fogo entre 2016 e 2017, diz relatório da ONU. **ONU News**, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720291>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MUNDO ATUAL. Guiné-Bissau. **Polícias da Guiné-Bissau recebem formação em combate ao tráfico de armas**. 2021. Disponível em: <https://mundoatual.pt/policias-da-guine-bissau-recebem-formacao-em-combate-ao-trafico-de-armas/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

NARCOTRAFICANTES da América Latina se instalam na Guiné-Bissau e se expandem na África. **Insight Crime**, 29 ago. 2013. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/analysis/latam-drug-traffickers-set-up-in-guinea-bissau-expand-in-africa/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

NAU, Aruna U. **A segurança interna e a criminalidade organizada transnacional: O narcotráfico na Guiné-Bissau**. 2021, 142 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais) – XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37037>. Acesso em: 13 abr. 2022.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788571394179,o-paradoxo-do-poder-americano>. Acesso em: 13 abr. 2022.

NYE, Joseph S. The rise and fall of American hegemony from Wilson to Trump. **International Affairs**, [s. l.], v. 95, n. 1, p. 63–80, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/95/1/63/5273551>. Acesso em: 13 abr. 2022.

OLIVEIRA, Guilherme Z. de **A política externa da Nigéria: desafios de um gigante africano (1960-2014)**. 2014, 157 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132905>. Acesso em: 13 abr. 2022.

OLIVEIRA, Guilherme Z. de **A securitização do terrorismo internacional após 11 de setembro de 2001: o caso da África**. 2019, 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/194458#:~:text=Os%20atentados%20de%2011%20de,passava%20ent%C3%A3o%20a%20se%20consolidar>. Acesso em: 13 abr. 2022.

OLIVEIRA, Guilherme Z. de; MALLMANN, Vinícius H. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 129-150, 2020. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/990>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OLIVEIRA, Guilherme Z. de Política africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma?. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 6, n. 29, p. 29-48, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/51761>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **World Drug Report 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Drogas**. 2022. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/topicos/drogas.asp>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PANAPRESS. **Mais de 50 armas de guerra desaparecem de quartel militar em Cabo Verde**. 2011. Disponível em: https://www.panapress.com/Mais-de-50-armas-de-guerra-desap-a_777932-lang4-free_news.html. Acesso em: 22 mar. 2022.

PEREIRA, Fela A. **A inserção de um pequeno Estado: Análise sobre a capacidade estatal da Guiné-Bissau**. 2020, 164 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

PESSÔA, Marcio. **Sem fiscalização, desmatamento ilegal é milionário na Guiné-Bissau**. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/sem-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-desmatamento-ilegal-%C3%A9-milionario-na-guine-bissau/a-17639452>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PIMENTEL, Cauê R. **Avaliando a performance regional do Brasil no Atlântico Sul: diplomacia, defesa, cooperação e comércio em perspectiva comparada**. 2018, 341 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28082018-105944/pt-br.php>. Acesso em: 28 jun. 2022.

PLESSMANN, Janaína. Brasil compartilhará com a Guiné-Bissau técnicas para processamento do caju. **Ministério das Relações Exteriores**, 2020a. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1368>. Acesso em: 28 jun. 2022.

PLESSMANN, Janaína. Cultura e esporte promovem desenvolvimento local na Guiné-Bissau. **Ministério das Relações Exteriores**, 2020b. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1333>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PLESSMANN, Janaína. “Entrei como artesão, saí como técnico administrativo”. **Ministério das Relações Exteriores**, 2017. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/781>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PLESSMANN, Janaína. O Brasil já formou mais de 1.500 policiais guineenses. **Ministério das Relações Exteriores**, 2022. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/impressa/mostrarconteudo/1336>. Acesso em: 20 jun. 2022.

POLICE make Europe's biggest cocaine bust, worth billions of Euros. **CNN. News**. 24 fev. 2021. Disponível em: <https://n1info.ba/english/news/police-make-europes-biggest-cocaine-bust-worth-billions-of-euros/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

POLÍCIAS guineenses recebem formação da INTERPOL em combate ao tráfico de armas de fogo e crimes associados. **Camões**, Notícias, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/policias-guineenses-recebem-formacao-da-interpol-em-combate-ao-trafico-de-armas-de-fogo-e-crimes-associados>. Acesso em: 19 abr. 2022.

REDE de tráfico humano enviou pelo menos 300 africanos para serem mendigos na França. **G1**, 09 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/09/rede-de-trafico-humano-enviou-pelo-menos-300-africanos-para-serem-mendigos-na-franca.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2022.

RIBAS, Rodrigo S. **Moral e política em (dis)curso: análise baseada em frames de discursos de posse dos presidentes do Brasil dos últimos 20 anos**. 2018, 142 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27060>. Acesso em: 19 mar. 2022.

RODRIGUES, Júlio. **A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013)**. 2016, 197 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147369/000998524.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 mar. 2022.

RODRIK, Dani. **Populism and the economics of globalization**. *Journal of International Business Policy*, 2018. Disponível em: https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/populism_and_the_economics_of_globalization.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

ROSSI, Marcos. Agência Câmara. **Câmara abre curso de comunicação para parlamentares**. 2006. Disponível em: <https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/266169886/camara-abre-curso-de-comunicacao-para-parlamentos>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SÁ, Franklin G. C. de **Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau**. 2010, 57 f. TCC (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26408>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SANÉ, Samba. **A educação na Guiné-Bissau: perspectivas na atualidade, o ensino básico em questão**. 2019, 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21398#:~:text=Al%C3%A9m%20do%20mais%2C%20a%20permanente,e%20de%20desenvolvimento%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 16 abr. 2022.

SANTOS, Elisangila R. S. dos. Rádio Sol Mansi. **Guiné-Bissau: tráfico de madeira em eminência de provocar conflito armado na fronteira com Senegal**. 2021. Disponível em: <https://www.radiosolmans.net/index.php/News/guine-bissau-trafico-de-madeira-em-eminencia-de-provocar-conflito-armado-na-fronteira-com-senegal.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SANTOS, Nélcio dos. **Narcotráfico ligado ao golpe de Estado na Guiné-Bissau**. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/narcotr%C3%A1fico-ligado-ao-golpe-de-estado-na-guin%C3%A9-bissau/a-17366224>. Acesso em 16 abr. 2022.

SHAW, Mark; REITANO, Tuesday. Instituto de Estudos de Segurança. **Perspectivas das pessoas sobre o crime organizado na África Ocidental e no Sahel**, [s.l.], n. 1, p. 01-21, 2014. Disponível em: https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Paper254_Port.pdf. Acesso em 16 abr. 2022.

SHRYOCK, Ricci. Mongabay. **Medos por jacarandá enquanto a Guiné-Bissau se prepara para levantar a proibição de exploração madeireira de seis anos**. 2021. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2021/01/fears-for-rosewood-as-guinea-bissau-prepares-to-lift-six-year-logging-ban/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVA, Alexandre. ONU News. **Guiné-Bissau: ONU cita “clima politicamente carregado” que eleva desconfiança**. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/08/1722752>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SOARES, Manuel C. da Desigualdades e globalização. **JN Opinião**, 2017. Disponível em: <https://www.jn.pt/opiniao/carvalho-da-silva/2-5592606.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SOBREIRA, Fabiano. Vitruvius. **Centro Cultural Amizade, em Guiné-Bissau**. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/15.092/5536>. Acesso em: 25 ago. 2022.

THE GLOBAL ECONOMY. Países. **Guiné-Bissau indicadores econômicos**. 2022. Disponível em: <https://pt.theglobaleconomy.com/Guinea-Bissau/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

THE WORLD BANK. Notícias. **O desenvolvimento verde da Guiné-Bissau ganha raízes, começando pela conservação da biodiversidade**. 2015. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2015/11/30/guinea-bissaus-green-development-takes-root-starting-with-biodiversity-conservation>. Acesso em: 20 ago. 2022.

THOMPSON, Peter. Liga Guineense dos Direitos Humanos. **Deflorestação ilegal é “pior que o tráfico de droga” para o povo da Guiné-Bissau**. 2014. Disponível em: http://www.lgdh.org/2014/02/deflorestacao-ilegal-e-pior-que-o_13.html. Acesso em: 10 jul. 2022.

TRÁFICO de crianças/ Secretário Executivo da AMIC diz que o fenômeno é uma realidade

na Guiné-Bissau. 2020. **FAAPA**, 29 jul. 20. Disponível em: <http://www.faapa.info/blog/trafico-de-criancassecretario-executivo-da-amic-diz-que-o-fenomeno-e-uma-realidade-na-guine-bissau/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

TRANSPORTES recordes de cocaína confirmam a reputação de “Narco-Estado” da Guiné-Bissau. **Insight Crime**, 25 set. 2019. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/analysis/guinea-bissau-colombia-cocaine-hauls/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

UNCTAD. UN Conference on Trade and Development. **World Investment Report 2004**. 2004. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2004_en.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

UNESP. **Universidade Estadual Paulista**, 2014. Países do Atlântico Sul reúnem-se por uma região sem conflito. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/14853/paises-do-atlantico-sul-reunem-se-por-uma-regiao-sem-conflito/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

UNIÃO EUROPEIA - UE. **Relatório Europeu sobre Drogas 2021: Tendências e Desenvolvimentos**. 2021. Disponível em: https://www.emcdda.europa.eu/publications/edr/trends-developments/2021_en. Acesso em: 20 mar. 2022.

UNIOGBIS. **A preservação do meio ambiente tem que ser na perspectiva de desenvolvimento**. 2016. Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/%E2%80%9Cpreserva%C3%A7%C3%A3o-do-meio-ambiente-tem-que-ser-na-perspectiva-de-desenvolvimento%E2%80%9D%E2%80%93afirma-especialista>. Acesso em: 20 ago. 2022.

UNIOGBIS. **Contexto histórico**. 2022. Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/contexto-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 21 ago. 2022.

UNIOGBIS. **Relançar a Reforma do sector da Defesa e da Segurança na Guiné-Bissau**. 2018. Disponível em: https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/portuguese_5_defence.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

UNITED NATIONS - UN. **Escritório de Ligação e Parceria no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/publicacoes.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

UNITED NATIONS - UN. **World Drug Report 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Gov.br, 12 de jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/universidade-da-integracao-internacional-da-lusofonia-afro-brasileira>. Acesso em: 14 mar. 2022.

UNODC forma ativistas guineenses para travar tráfico humano. **ONU News**, 21 mar. 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/03/1580601>. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Guiné-Bissau**. 2022a.

Disponível em: <https://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/guinea-bissau.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Ônibus brasileiros chegam à Guiné-Bissau para o Centro de Formação das Forças de Segurança do país.** 2011. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2011/04/14-onibus-brasileiros-chegam-a-guine-bissau-para-o-centro-de-formacao-das-forcas-de-seguranca-do-pais.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Polícia Federal do Brasil treina mais 20 policiais da Guiné-Bissau.** 2009. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2009/12/18-policia-federal-do-brasil-treina-mais-20-policiais-da-guine-bissau.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Main cocaine tracking ows as described by reported seizures.** 2022b. Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2022/MS/Statistical%20Annex/7.3.4_-_Main_cocaine_trafficking_flows_as_described_by_reported_seizures_20162020.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Main countries identified as source and destination of cocaine shipments, as described by reported seizures.** 2022d. Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2022/MS/Statistical%20Annex/7.3.6_-_Main_countries_identified_as_source_and_destination_of_cocaine_shipments_20162020.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Main countries identified as source and transit of cocaine shipments, as described by reported seizures.** 2022c. Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2022/MS/Statistical%20Annex/7.3.5_-_Main_countries_identified_as_source_and_transit_of_cocaine_shipments_20162020.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Programa Regional para a África Ocidental 2010-2014.** 2011b. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/westandcentralafrica/FINAL_RP_PT_complete_15032011.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

VERDÉLIO, Andreia. Guiné-Bissau quer diversificar o relacionamento com o Brasil. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-08/guine-bissau-quer-diversificar-relacionamento-com-o-brasil>. Acesso em: 18 mar. 2022.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory: realism, pluralism, globalism.** Nova York: Macmillan Press, 1993. Disponível em: <https://www.worldcat.org/pt/title/international-relations-theory-realism-pluralism-globalism-and-beyond/oclc/647050087>. Acesso em: 18 mar. 2022.

VOLCAN, William. Portal AZ. **Quem são os maiores produtores de droga do mundo?** 2021. Disponível em: <https://www.portalaz.com.br/blogs/6/opiniao/50152/quem-sao-os-maiores-produtores-de-droga-do-mundo>. Acesso em: 16 jul. 2022.

WALT, Stephen. International Relations: One World, Many Theories. **Foreign Policy**, [s. l.], p. 29-46, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4361851/mod_resource/content/1/Stephen%20Walt%201998.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

WERNER, Guilherme C. **O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: Presença e Influência nas Relações Internacionais Contemporâneas**. 2009, 227 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04092009-163835/publico/GUILHERME_CUNHA_WERNER.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

ZENI, Kaline. **A transferência de conhecimento como um mecanismo alternativo de cooperação Sul-Sul: uma análise exploratória da atuação do fundo IBAS em Guiné-Bissau (2005-2015)**. 2018, 286 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/183302>. Acesso em: 16 jul. 2022.